

A Defesa Nacional

N.º 621

Set/Out 1968

Neste número:

- Luto e Consagração
- Teorias e Doutrinas Sociais Contemporâneas: A DEMOCRACIA
- A Subversão Comunista como a Mais Grave Ameaça à Segurança do Bloco Ocidental
- O Serviço Militar Obrigatório e a Segurança Nacional
- Atualização da Justiça Militar
- Status do Professor Militar
- Genealogia da Guerra Revolucionária
- Essa Seleção Por Concurso...
- Centenário da Construção da "Estrada Militar do Grão—Chaco"
- Objetivos de Turma: Algo Mais Que Simples Comemorações
- Por Que Eles Não Combatem Dentro das Regras no Vietnã?
- O FAIBRAS na República Dominicana — Instrução de Operações em Montanha e Guerrilha
- O Oficial de Estado-Maior
- Blindados e a Travessia de Cursos de Água
- Sentinelas do Jarau
- Curiosidades da Campanha do Paraguai
- Relação do Trabalho com Explosivos e Hipertensão Arterial
- Guerra Química: Necessidade de Uma Solução Brasileira

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS
Rio de Janeiro — Brasil.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO 54º	Rio de Janeiro, GB — Set/Out 1968	Número 621
------------	-----------------------------------	---------------

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma satisfação por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Acelta-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil NCr\$ 3,00

(Desconto em folha autorizado, mensal: NCr\$ 0,60)

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante.)

Exterior NCr\$ 12,00

(Registro e via aérea comportam acréscimos.)

Número avulso:

Mês NCr\$ 0,60

Atrasado NCr\$ 0,30

ENDERÉCOS

Ministério do Exército
Ala Marcellino Dias

Caixa Postal: 17 (DO MEX)
ZC — 55
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

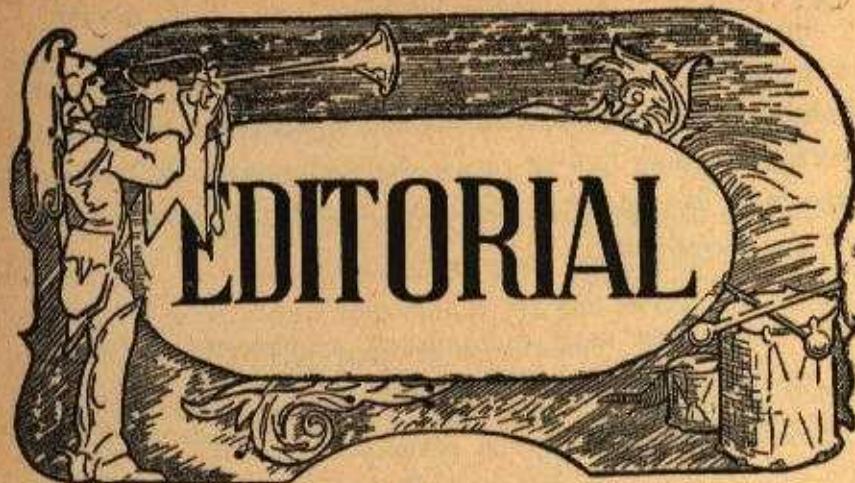
SUMÁRIO

Págs.
5

Editorial	5
Teorias e Doutrinas Sociais Contemporâneas: A DEMOCRACIA — C Alte Berutti, Proc. Rêgo Costa, CMG Manso, Prof. Omar G. Motta e Prof. Mário Pessoa	9
A Subversão Comunista como a mais Grave Ameaça à Segurança do Bloco Ocidental — Cel Adib Murad	29
O Serviço Militar Obrigatório e a Segurança Nacional — Gen Almério de Castro Neves	33
Atualização da Justiça Militar — Bel Luiz Alexandre de Oliveira	42
Status do Professor Militar — Prof. José Denizard M. de Alcântara	47
Genealogia da Guerra Revolucionária — Cel Leonel Ney	51
Essa Seleção por Concurso — Pierre Charrasse (trad. Ten Cel Rubens Mário Jobim)	55
Centenário da Construção da "Estrada Militar do Grão-Chaco" — Ten Cel Darino Castro Rebelo	67
Objetivos de Turma: Algo Mais que Simples Comemorações — Gen Tuanay Coelho dos Reis	74
Por Que Eles Não Combatem Dentro das Regras no Vietnã? — Prof. Otto Heilbrun (Trad. Ten Cel Eni de Oliveira Castro)	75
O FAIBRAS na República Dominicana — Instrução de Operações em Montanha e Guerrilha — Gen Meira Mattos e Oficiais do FAIBRAS	83
O Oficial de Estado-Maior — Gen E. C. Townsend (Trad. Ten Cel Raymundo M. Negrão Tôrres)	133
Blindados e a Travessia de Cursos d'Água — Ten Cel Ménard (Trad. Ten Cel Cesar Marques da Rocha)	139
Sentinela do Jarau — Jotagá	147
Curiosidades da Campanha do Paraguai — Cel Raposo Borges	153
Relação do Trabalho com Explosivos e Hipertensão Arterial — Cap Méd Dr. Messias Dias de Araújo Júnior	159
Guerra Química: Necessidade de uma Solução Brasileira — Cap A. Machado de Paiva	163



MARECHAL JOÃO BAPTISTA MASCARENHAS DE MORAES



Luto e Consagração

Gen. A. de LYRA TAVARES
Ministro do Exército

Foram impressionantes, pela grandeza e pela austeridade, no seu estilo perfeito de verdadeiro culto cívico-militar, as homenagens de pesar que tôda a Nação prestou ao Marechal Mascarenhas de Moraes, por ocasião do seu enterramento.

A atmosfera de luto e de saudade com que o seu corpo, velado no recinto do próprio Monumento que ele fez erigir, para recolher os restos mortais dos seus "pracinhas", foi conduzido, em tocante e impecável ceremonial, até a sua derradeira morada, constitui fato inédito na vida nacional.

A consagração pública à memória do Marechal Mascarenhas foi uma apoteose comparável, em termos de reconhecimento e de homenagem, à que foi prestada à FEB, no seu regresso glorioso dos campos da batalha da Europa.

Os dois acontecimentos foram também semelhantes na consagradora exaltação pública da singularidade da sua natureza humana, que se tornou notável pela modéstia com que fugia às posições de evidência, obstinando-se na certeza de não merecê-las.

O traço que mais engrandeceu, no conceito da Nação, a figura do Marechal Mascarenhas, na sua vida e na sua morte de soldado, foi a humildade em recusar-se a ser tão grande como na realidade o era. E essa grandeza estava, sobretudo, nas suas atitudes morais, na elevação do seu espírito, como na projeção do Chefe Militar que cobriu de glórias as Forças Brasileiras, sem jamais aceitar, para si, as honras que insistia, nobremente, em transferir para os homens que comandou.

Desvelou-se, até tal ponto, na homenagem, como na assistência, aos seus subordinados. Comandou-os, dessa maneira, tanto durante, como depois da guerra, engrandecendo-se, a si mesmo, nesse nobre comportamento, peculiar aos verdadeiros Chefes.

Era impoluto e digno na sua humildade e na sua desambição, além de avesso, por temperamento, às honrarias. Foi essa, aliás, a preocupação que manifestou nas suas últimas vontades, a que o Exército não pôde atender, pelo dever maior que lhe cumpriria para com a figura simbólica e já lendária do Comandante da FEB, a quem o Governo determinou que fôssem prestadas honras especiais.

Voltou da guerra o Marechal, à frente dos que sobreviveram à vitória final da FEB, porém jamais abandonou os

que imolaram, gloriosamente, a vida, à sagrada causa da democracia, que ela tão galhardamente defendeu, na guerra contra o nazismo.

Foi visitá-los, em Pistóia, na determinação, que soube cumprir, de trazê-los de volta, para glorificá-los na majestade do monumento destinado a que êles recebessem, no solo da Pátria, a consagração da posteridade.

Esse traço marcante e característico de sua personalidade e do seu espírito de soldado sempre destacou o Marechal Mascarenhas de Moraes, desde o posto de tenente ao de Marechal, para projetá-lo, sobretudo, no Comando da FEB, onde soube bem cumprir tôdas as árduas e difíceis missões que recebeu, como destacou o Presidente Truman, ao conferir-lhe a Legião do Mérito.

O Presidente do Brasil salientou, ao elogiá-lo em 24 de janeiro de 1946, que "o seu nome está ligado à tropa expediçãoaria, não só por ter sido o seu Chefe em tôdas as circunstâncias, como ainda por ter vinculado, num devotamento das missões que lhe atribuíram o Governo da República e o Comando Americano no Teatro de Operações na Itália".

O Comandante da Fôrça Brasileira, como testemunhou e proclamou o General Crittenberger "não limitou a sua conduta ao estabelecimento de planos, comando de combate e direção das operações. A assistência permanente a seus comandados, às posições de combate e às instalações de retaguarda, particularmente aos hospitais, constituiu um dos aspectos de sua multiforme operosidade".

Ainda mais o exaltaram, depois da guerra, as palavras dos seus subordinados que tiveram o privilégio de viver junto a ele, nas vicissitudes da guerra.

Foi o Marechal Mascarenhas, acima de tudo, um homem do dever. Cultuou-o como uma religião, com intransigente fidelidade, "até o sacrifício, sem reservas nem vacilações". E pôde ufanar-se com a convicção de havê-lo, assim, cumprido sempre, no seu Boletim de despedida, já depois de mais de 47 anos cheios de assinalados serviços, inclusive as vitórias que conquistou, no Comando da FEB.

Essa despedida, que era ato da sua livre vontade, não foi, porém, aceita pela Nação. Ela prolongou, enquanto pôde, a sua vida como militar da ativa, para conformar-se apenas, e dentro da mais profunda tristeza, com o chamamento de Deus, de quem o Marechal Mascarenhas soube ser um dos servos mais humildes e mais fervorosos, na sua crença e no seu culto.

Sómente Deus haveria de dar-lhe o descanso de uma vida tão longa, tão intensa e tão gloriosa.

Ficou com o Exército, porém, a herança do seu nome e dos seus exemplos, como patrimônio que saberemos preservar, tanto no luto das saudades que ele nos deixou, como na consagração da sua memória.



Teorias e Doutrinas Sociais Contemporâneas:

A DEMOCRACIA

C. Almeida HILTON BERUTTI A. MOREIRA
Procurador J. M. REGO COSTA
CMG W. L. MANSO DA COSTA REIS
Prof. OMAR GONÇALVES DA MOTTA
Prof. MARIO PESSOA DA SILVEIRA

S U M A R I O

1 — INTRODUÇÃO

2 — O IDEAL

2.1 — O que a Democracia deve ser

2.1.1 — A sociedade aberta

2.1.2 — Liberdade, Igualdade, Fraternidade

2.1.3 — O Estado autolimitado

2.1.4 — Do povo, pelo povo, para o povo

2.1.5 — Democracia econômica

2.2 — O que a Democracia não é

2.3 — Democracia e Ideologia

3 — A REALIDADE: o que a Democracia veio a ser

3.1 — O problema político

3.2 — O problema psicosocial

3.3 — O problema econômico

4 — O DILEMA: que fazer?

4.1 — O "pragma" contra o dogma

5 — CONCLUSÃO

1 — Introdução

O relato que lhe vamos fazer começa em determinado momento da vida de certo povo, civilizado e culto como os que mais o forem: teve ele o privilégio de criar a disciplina do pensamento humano. Estamos falando dos gregos, em cujo idioma há uma palavra que traduz com fielidade aquela tendência à meditação e à análise: "logos", que quer dizer — razão, lógica.

Outros povos, cultos ou civilizados, também existiram, pela sua excen-tricidade ou pela sua rudeza, eram considerados "bárbaros": de resto, não habitavam a pátria da lógica e da razão. Cada qual dêles tinha as suas inquietações. Só os gregos eram serenos, tranquilos, justamente porque pensavam de maneira racional: pesquisavam as origens das coisas. E por isso que estavam certos do valor, não erguiam muros em redor das suas "polis". Um forasteiro como Paulo, o Apóstolo, não foi impedido de pregar em Efeso contra a idolatria; e foi com delicadeza que os atenienses pagãos repeliram o absurdo da ressurreição dos corpos!

A Grécia era uma sociedade aberta. Brotavam as concepções mais dispares sobre os problemas mais complexos. O teísmo histórico de Homero e Hesíodo era contrastado pelas "mutações" de Heráclito. O humanismo universalista de Sócrates opunha-se ao tribalismo estatal de Platão. A multiplicidade dessas conceituações revelava amadurecimento cultural e sobretudo liberdade de pensamento. Era a extensão, ao terreno da sociologia e da política, das indagações filosóficas sobre aquelas origens das coisas.

O momento histórico da Democracia surgiu, então, como resposta à pergunta indefectível sobre a origem do Poder. De onde vem o Poder? De Deus — ou dos deuses? Ou dos homens?

Foi ela portanto um produto sazonado da razão e da lógica. Teve uma infância de alguns séculos, em que coexistia com outras fórmulas mais ou menos heterodoxas como a aristocracia, a oligarquia, a escravatura — e depois sofreu hiatos. Não morria é claro — esperava apenas novos surtos de lógica e de razão. De século em século, de Continente em Continente, expandiu-se pelo mundo até que, hoje, uma larga parcela das nações adota a Democracia; no entanto, não é a mesma a porção da humanidade que acredita nela, apesar de ela oferecer de graça e sem dor algumas das coisas que o homem mais preza. Deve haver alguma razão forte para isso; talvez mesmo uma variedade de razões poderosas.

2 — O Ideal: o que a Democracia deve ser

Toda instituição humana tem uma forma ideal, que corresponde à concepção mais pura de seus designios. A Democracia, em seu cônones, é um modo de organização da sociedade e do Estado tendo por base o conceito essencialmente humanista do homem, isto é — encara o ser humano como cidadão de fé e liberdade.

2.1 — A Sociedade aberta

A Sociedade democrática é uma sociedade aberta. Seus característicos fundamentais foram traçados pelos membros da "grande geração" dos atenienses que fixaram o entendimento liminar de que as instituições humanas são feituras do próprio homem. Disse Péricles na "Oração Fúnebre": "Nossa cidade tem as portas abertas para o mundo. Somos livres para viver como nos apraz. Não temos suspeitas uns dos outros. Amamos a beleza e tendemos a aprimorar a inteligência e a buscar a verdade onde ela estiver. Não é para nós desgraça a pobreza; desgraçado é aquêle que não tenta sair dela. Não encaramos a discussão como obstáculo, mas como estímulo. E embora poucos de nós possam dar origem a uma política, somos todos capazes de julgá-la". São por sua vez dos fragmentos de Demócrito estas conceituações sobre a sociedade aberta: "A virtude humana baseia-se acima de tudo no respeito ao próximo. Cada homem é um pequeno mundo. Devemos fazer o máximo para auxiliar os injustiçados. Ser bom não significa apenas não fazer o mal: as boas ações é que contam. O sábio não tem nacionalidade porque o seu lar é o mundo". E a quem senão Sócrates se deve o conceito da igualdade perante a lei; as pregações contra o dogma; e o credo no destino universal do homem?

Tais são na verdade algumas das configurações mais sugestivas da sociedade aberta, que se caracteriza essencialmente pela permeabilidade da sua estrutura e interpenetração de suas classes ou perfis.

2.2 — Liberdade, Igualdade, Fraternidade

Inclui-se no conceito da sociedade aberta o equilíbrio entre as figuras da liberdade, igualdade e fraternidade, que são apanágios da Democracia. Deve haver harmonia entre êsses princípios básicos. A hipertrófia de um deles elimina ou reduz os outros e desvirtua a Democracia. A predominância da liberdade conduz ao liberalismo e ameaça substituir a conciliação pela luta. O incremento da igualdade enseja o socialismo em prejuízo das liberdades individuais. A ênfase da fraternidade favorece o dogma de uma utopia mística.

Uma das maiores belezas da sociedade democrática está no respeito com que o homem se oculta no Estado para imperar sobre o homem: a Democracia é acima de tudo uma ética. O súdito renuncia às suas prerrogativas fundamentais para depois recuperá-las como cidadão. É isso que confere à liberdade aquêle caráter transcendente que se configura na expressão rousseauiana da "vontade geral" e bem reflete o papel antropomórfico do Estado, na Democracia. É essa a última etapa da metamorfose política que começa no subjetivismo individualista e termina na objetividade social. O cidadão só é verdadeiramente livre mercê da vontade de todos: aquêle que se negue a êsse determinismo único deve ser "obrigado" a ser "livre" sob a coação do Estado. Não era por paradoxo — antes como advertência — que a palavra liberdade estava escrita sobre

as portas das prisões e nos remos das galés na República de Gênova. A idéia está resumida de forma magistral no conceito do criminalista Hagel: "O castigo é a liberdade do criminoso."

2.3 — *O Estado autolimitado*

Uma sociedade como esta exige uma forma de Estado que venha ao encontro de suas tendências universalistas por meio de atitudes de auto-limitação. O Estado democrático é aquêle em que todos os poderes estão sujeitos à lei: que tem por condição de exercício o consenso dos cidadãos; que tem por finalidade o bem comum; e que tem como limite os direitos fundamentais do homem.

A primeira condição exclui o arbitrio: é o império da lei.

A segunda pressupõe a ausência de qualquer pressão para a investidura jurídica e o consentimento ativo e passivo dos governados.

O bem comum é a mais clara das condições de um Estado democrático, porque responde pela sua exação.

O último dos condicionamentos implica em reconhecer a preexistência daquelas prerrogativas inerentes à pessoa humana que João XXIII considera "universais, invioláveis e inalienáveis". Universais porque pertencem ao gênero humano, sem distinção de raça ou credo. Invioláveis, porque força de qualquer natureza as poderá negar, sob pena de um crime de lesa-civilização e de lesa-humanidade. Inalienáveis — porque nem o próprio homem pode abrir mão delas sob pena de negar-se. Mas estas condições do Estado democrático exigem considerações de outra ordem. Ele na verdade transcende à sociedade política, sobre a qual exerce império mas que com ele não se confunde, para não privá-la da capacidade de vigilância que sobre ele pode exercer. Uma concepção é o Estado — outra, o Governo. Os britânicos são de tal forma ciosos dessa distinção, por assim dizer moral, que os tratadistas do Direito evitam ali usar a palavra Estado e sim — Coroa: e não satisfeitos, mudam os seus textos se é um Rei ou uma Rainha.

É que o Estado democrático também por definição é aberto a todos. Em recente obra de doutrina política, Seymour Lipset enfatiza essa distinção entre a fonte e o órgão da autoridade: nenhuma corrente de opinião, nenhum partido político pode de direito monopolizar o Estado. A Democracia é tanto o governo da maioria como das minorias: ele é neutro e equidistante entre o evolucionista e o conservador, entre o radical e o moderado, entre o temporal e o espiritual. Do contrário, a sociedade correria o risco do oficialismo em matéria de natureza privada, como educação, religião, filosofia, ciência, arte.

2.4 — *Do povo, pelo povo, para o povo*

Aponta Sartori cinco definições para o "demos": um grande número de pessoas; a pluralidade integral das pessoas; o todo orgânico da população; a maioria absoluta; a maioria relativa.

A primeira não conta porque é demasiado vaga. A segunda seria uma hiperdemocracia, portanto utópica. Aceitar a definição da maioria absoluta importaria em atribuir a um só cidadão o destino eventual da sociedade. Resta o conceito da maioria relativa, que admite a existência das minorias e é portanto operante: o povo é a maioria relativa. Que fazer desta definição?

O problema é de Poder: face à Democracia, trata-se de apurar a maneira mais hábil de restringir o Poder daqueles que estão, em princípio, plenamente capacitados para o exercer. O etimólogo puro, desatento a pormenores de tecnologia democrática, não percebe que o simples "governo do povo" só teria validade na "polis" grega para a qual foi criado — mas está ultrapassado pelas megalópolis do mundo atual. A Democracia racionalista e a "massocracia" carismática são infensas, mas defrontam-se a cada instante da sua vida em comum.

Surge então outra face do problema: a soberania do povo. Como pode o povo — e já agora em qualquer das suas acepções reais — ser o controlador efetivo do Poder? Os receios de Rousseau sobre as exorbitâncias da delegação foram em grande parte desfeitos tecnicamente pela fórmula de Lincoln no "Discurso de Gettysburg": "governo do povo, pelo povo, para o povo". As três preposições descrevem a curva do problema e significam, uma — a posse do Poder; outra, a delegação do Poder; afinal — a destinação do Poder. Em qualquer dos casos, o "demos" tem precedência sobre o "cratos" — o que firma a imposição da sociedade sobre o Estado. Tanto basta para definir a democracia política e social.

2.5 — A economia na Democracia

Este capítulo não poderia terminar sem um tópico sobre a economia na democracia. É assunto sobre o qual ou se escreve um tratado, ou apenas cinco linhas. Façamos caberem neste curto espaço as palavras de Henry Ford na audiência final de julgamento da ação contra ele movida por acionistas de sua empresa, sob a alegação de desperdício de lucros: — aumentara Ford os salários dos operários e reduzira o preço dos veículos, fazendo diminuir os dividendos.

A pergunta do advogado opositor sobre se o objetivo real de sua empresa era ou não dar lucro, respondeu Ford: "Ela foi criada para fazer tanto bem quanto for possível, em toda parte, a quem quer que por ela se interesse. Para ajudar o mais possível a todos quantos dela necessitam. Para fazer dinheiro mas investi-lo, para entregar os carros onde as pessoas dêle precisem... e acessoriamente ("incidentally"), para dar lucros". E ante o assombro do juiz, concluiu: "A todo aquele que fizer isso, o dinheiro lhe choverá nas mãos de tal sorte que não saberá o que fazer dêle."

Este diálogo é transcrito em mais de uma obra de leitura corrente. Observa Bruckberger que ele é tão importante para a cultura democrá-

tica quanto a "Declaração da Independência" — e encerra tanta energia revolucionária quanto a teoria de Copérnico: a empresa não é mais o satélite do dinheiro — ficando uma e outro a serviço do homem.

3 — O que a Democracia não é

Complemento substancial para a definição do que a Democracia deve ser — seria a demarcação "ex-adverso" do seu território filosófico: que é que a Democracia não é? Trata-se de recensear as formas do Estado em que o Poder se organiza e se exerce de cima para baixo. A lista não é longa: absolutismo, tirania, ditadura, autocracia, totalitarismo.

O absolutismo é uma reminiscência do "rex absolutus" em que o Estado era uma simples peça de museu da realeza. Trata-se de uma forma de exacerbação da autoridade, com prejuízo de liberdade — e portanto infensa à Democracia.

Despotismo, tirania e ditadura podem ser examinadas em conjunto porque existe um traço comum entre elas — a usurpação do Poder pela violência: lembre-se o preceito de Maquiavel: — "Aquél que funda uma ditadura e não mata Bruto pouco governará." Diz John Strachey que "só existem duas maneiras de governar: contar as cabeças — ou cortá-las". A Democracia não é a que corta: ela não pretende escrever o que Sorokin chama a "missa de Réquiem pelo homo sapiens".

Eis as características da autocraquia: o Poder nela é monolítico, porque inexiste o princípio da descentralização; é incontrolável, à falta do dispositivo corrector dos abusos da autoridade; é ilimitado no tempo porque não existe a rotatividade dos agentes do Poder. É tudo quanto a Democracia mais abomina.

O totalitarismo é definido por Almond como "a tirania com uma burocracia tecnológica e com o monopólio da violência". Coube a Friedrich decompor os fatores primos do totalitarismo, que se caracteriza pelas seguintes configurações: — terror policial; centralização da economia; monopólio das comunicações; monopartidarismo; ideologia oficial. É mais um exemplo da não democracia.

4 — Democracia e ideologia

Ideologia é uma palavra que sofreu apreciáveis alterações semânticas. Seu uso vulgarizou-se a ponto de significar desde as idéias mais graves até as mais perfunctórias. O sufragismo, o nacionalismo são ideologias. O nazismo, o fascismo, o marxismo — igualmente o são. Costuma-se do mesmo modo atribuir à Democracia teor ideológico e isto divide as opiniões.

O termo *ideologia* surgiu no século XVIII e a partir dessa época vem sofrendo de fato as mais contraditórias e variadas conceituações, sobre tudo no campo político.

Os que sustentam que a democracia é também uma ideologia apresentam ponderáveis argumentos. E para melhor manifestarem a convicção que os anima entendem ser imprescindível partir de um conceito de ideologia. Essa precaução se justifica para não recairem no êrro de sobre a ideologia apenas construirem frases de conteúdo polêmico, considerando-se sob o ângulo de certas deturpações que a recente História Humana registrou.

Ideologia, para êles, é a ciência das idéias; é o conjunto de crenças, modo de pensar característico de um grupo, nação, classe, casta, profissão ou ocupação, seita religiosa, partido político etc. Por outro lado, definem-na como sistema de idéias peculiar a determinado grupo e condicionado, em última análise, pelos interesses desse grupo. A função da ideologia consiste na conquista ou na conservação de um determinado *status social* do grupo e de seus membros. Doutrinas políticas, religiosas, econômicas e filosóficas desempenham, geralmente, funções de ideologia (v. "Webster's New International Dictionary of the English Language", 1.º volume; "Dicionário de Sociologia", editado por Henry Pratt Fairchild; "Dicionário de Sociologia", do Departamento Editorial da Editôra Globo, etc.).

Autores outros adotam idêntica opinião quando afirmam que o conceito de ideologia é freqüentemente usado no sentido geral de convicções filosóficas, políticas e morais, a exemplo de Hans Morgenthau (*Politics Among Nations*, 1963). Para êle, as ideologias, como todas as idéias, são armas que podem levantar o moral nacional e com isso o poder de uma nação, ao mesmo tempo em que pode abater o moral do opositor (ibidem).

Na mesma linha de pensamento, estão Irish and Prothro (*The Politics of American Democracy — Third Edition*), professores Ann Vann Wynem Thomas e Myres McDougal and Associates (*"Studies in World Public Order"*, 1960).

Estes últimos referem-se a um "Seminário sobre ideologia" com êste objetivo: dar especial relevo à situação da ideologia democrática em face das ideologias que desafiam no País e fora dêle. Ao mesmo tempo, acrescentam, serão descritos os reais acontecimentos a respeito da situação ideológica do mundo e das principais tendências que nêle se manifestaram por si próprias com as linhas possíveis de um futuro desenvolvimento.

Mesmo entre nós, o General-de-Exército A. Lyra Tavares falou a propósito do fortalecimento do espírito do homem para dar-lhe a convicção ideológica democrática (*Combate ao Comunismo na Fôrça Armada*, 1965).

O professor Pinto Ferreira, catedrático de Direito Constitucional e sociólogo brasileiro, descreve o nascimento histórico da ideologia democrática (v. "Teoria do Estado", 1957).

Prestigando os defensores da tese — Democracia-Ideologia, bem recentemente, Arnold Wolfers (*Discord and Collaboration Essays on In-*

ternational Politics, 1962) enumera vários fatos que a confirmam, inclusive ao falar de uma ideologia wilsoniana, ao lado de uma ideologia leninista.

É de ver que o termo Ideologia tem vasta amplitude, abrangendo a Democracia, que não é apenas um assunto de filosofia, porém algo mais complexo em que fatores sociais, políticos, econômicos, psicossociais e ideológicos dão-lhe conteúdo de enorme complexidade.

Ideologias são anteriores às forças totalitárias nazistas e fascistas de governo, embora eles usassem tipos nocivos de ideologia.

Não há confusão possível, pois a aceitação da Democracia, como Ideologia, dando àquela o caráter agressivo de que necessita, responde, no plano espiritual e moral, ao imperialismo do chamado mundo socialista.

De resto, admitindo-se que haja entre os autores controvérsia sobre a natureza ideológica da Democracia, é do mais alto interesse nacional estrutural suas próprias idéias em termos de ideologia a fim de poder-se criar uma verdadeira mística democrática, na lição de Louis Rougier (*Les Mystiques Politiques Contemporaines et Leurs Incidènes Internationales*, 1935).

Os partidários dessa concepção chegam a afirmar que é necessário, mais do que nunca, o exercício do direito de optar nessa encruzilhada em que se decidem os destinos do mundo.

Eis, agora, os argumentos daqueles que defendem a tese oposta.

A ideologia, em face da psicologia e da sociologia, resume-se no predominio do irracional sobre o raciocínio — o que na verdade recomenda maior parcimônia no uso da palavra, dentro de um critério eminentemente científico. Criou-se um ramo de ciência social cujo recheio é quase constituído pela ideologia-sociologia do conhecimento:

Karl Mannheim — de todos o mais extenso no estudo da questão, afirma que a ideologia é o domínio do "inconsciente coletivo" ("Ideologia e Utopia"). Diz Frederick Hayek ("The Counter-revolution of Science") que a ideologia "é uma forma de super-racionalismo que prepara o terreno para o irracionalismo total". E Lewis Mumford — professor de Sociologia da Universidade de Stanford ("The Condition of Man") — coloca o assunto em termos ainda mais claros ao observar que a ideologia é um superego que, "preocupado com a sua própria ordem, nega a função do "id" e isola-se na vitalidade que o deveria servir". Quer isto dizer — explica o autor — que "a repressão ideológica da vontade, exercida além de certos limites, conduz à destruição total da personalidade". E a isso que Robert Merton ("Sociology of Knowledge") chama de "nihilismo intelectual", e Karl Popper ("The Open Society and its Enemies") — "dogmatismo reforçado".

Outro é Hans Freyer ("Teoria da Epoca Atual"): analisando a posição do homem diante da ideologia, observa que ela não se fundamenta

nêle — "mais é nêle plantada como num poste óco". É também do mesmo autor o conceito de que toda ideologia possui uma idéia-base e um homem-forte, que a empunha "como a mão ao arco".

Diz por sua vez Calderan Beltrão ("Sociologia do Desenvolvimento") — catedrático de Sociologia da Universidade Gregoriana de Roma — que a ideologia "é um pensamento de engajamento e de luta que des-camba para exacerbações e engendra unilateralidades, radicalizações, extremismos e maquiavelismo".

Vejamos como essas conceituções se coadunam com o conceito filosófico e humanístico da Democracia — que, como ficou dito, nasceu do "logos" e portanto da Razão. Ouvamos Rober Strauz-Hupé, professor de Teoria Política da Universidade de Pensylvania ("Power and Community"): "Democracia é antes de tudo um método para partilhar o Poder numa busca de igualdade legal e para manter a ação dos governantes limitada por determinados freios. Não é um corpo acabado de dogmas sociais e políticos. Não é uma ideologia."

Observa por sua vez Arnold Brecht — professor de Ciência Política da Universidade de Heidelberg ("Teoria Política") — que "o sistema democrático de valores converter-se (ele analisa a situação europeia entre as duas guerras) em puro dogma, ou ideologia dentro de que "nenhuma liberdade da ciência, da arte, da imprensa seriam toleradas em oposição à política oficial" — e "até a tortura, a escravidão, a punição cruel e a liquidação eram meios apropriados para fazer impor os objetivos governamentais".

Kennedy, em mensagem aos estudantes japonêses ("Amigos Justos e Bravos Inimigos") disse: "Nós, americanos, somos por disposição e por tradição desconfiados de doutrinas absolutas e de ideologias, convictos que estamos de que a razão e a experiência são os meios pelos quais os povos livres realizam seus designios. Um dos grandes estadistas criadores de nosso tempo foi Roosevelt, criador precisamente porque preferiu a experiência à ideologia."

Em mais de um tópico de sua obra específica — "A Idade da Ideologia" — Frederick Watkins, professor de Teoria Política da Universidade de Yale — focaliza o traço de antinomia entre duas concepções: "Seja como for, prevalece — diz ele — o fato de que a maior parte do mundo está ainda subdesenvolvida e é portanto susceptível ao apelo dos movimentos ideológicos; isto apresenta às Democracias ocidentais um problema que terão de encarar por muito tempo." E em outro ponto: "Uma crescente susceptibilidade ao extremismo ideológico e uma crescente tendência para a democracia constitucional — parece ser a ordem do dia."

Eis o testemunho de Hans Kelsen ("Essência e Valor da Democracia") — criador da teoria do Direito Político puro: "A Democracia assume, com sua posição crítico-racionalista, uma atitude antiideológica; a autorarquia, por sua vez, tende, ao contrário, a render-se às ideologias. A luta

em que a Democracia supera a ideologia dirige-se, em nome da razão crítica, contra a ideologia, que apela para as forças irracionais do espírito humano."

São de um político brasileiro estas palavras em torno da questão: "Começo por sustentar que um verdadeiro democrata não tem ideologia. A Democracia comporta, exatamente, uma variedade de soluções para os problemas, que vai das medidas socializantes às do liberalismo, conforme as circunstâncias, o tempo histórico, as necessidades, as limitações. Há, neste sentido, no democrata, uma disponibilidade, uma disposição de procurar as soluções sem preconceitos nem prevenções, que é precisamente o contrário do que se enquadra num sistema, ou numa ideologia" ("Reforma e Revolução").

E afinal, Giovanni Sartori ("Democrazia e Definizione") — professor de Ciência Política da Universidade de Florença —; "Ideologia, como se sabe, é um termo comercializado pelo marxismo. No entanto, vem-se usando a expressão "ideologia democrática" como algo natural, como se cada discurso sobre democracia pudesse ser apenas ideológico. Inúmeros cientistas políticos concordam que dizer "filosofia da democracia" significa o mesmo que dizer "ideologia democrática". Aqui está uma oferta excelente para a técnica marxista de liquidar, num golpe de semântica, os ideais e a doutrina da Democracia, com os subprodutos de uma falsa consciência de classe".

Eis as duas teses, que entregamos ao exame dos senhores.

5 — A Realidade: o que a Democracia veio a ser

O ideal é sempre melhor do que o real — ou então não haveria necessidade de ideais. Terá a Democracia realizado fielmente os seus desígnios? Prometera ela uma sociedade simples, composta de cidadãos livres e iguais em oportunidade, cooperando fraternalmente para o bem-comum através da discussão racional de suas dúvidas e de concessões recíprocas.

Quanto ao Estado, deveria ele superintender em sua alta competência todo esse imenso mecanismo de ações e reações, garantindo as liberdades públicas e intervindo apenas onde e como fosse necessário para regularizar aquelas funções.

Agora, a realidade. A sociedade democrática revelou ser de uma extrema complexidade. Forças de variada ordem limitaram a poucos apenas aquilo que ela havia prometido a todos. As prerrogativas gerais tornaram-se menos de fato do que de Direito. E eis como o ideal passou a correr o risco de degenerar em ilusão — diluir-se em mais uma Utopia. Prestemos à Democracia o serviço exemplar de exibir as suas falibilidades: façamos a sua catarse.

Principiemos por dividir a culpa com a História. O Século XVIII prometeu emancipar o homem das injunções do Estado — e cumpriu.

Luis XIV dizia "L'Etat c'est moi" — e os herdeiros de Rousseau diriam as mesmas palavras, apontando para si próprio. Mas ao libertar-se do jugo estatal, o homem criou-se a si mesmo novas formas de sujeição com resultado do crescente agravamento da sociedade tecnológica, que começou com as grandes invenções e prossegue hoje com a cibernetica.

Três foram as espécies de injunções selecionadas para exprimir aqui a troca de senhor que o homem sofreu nestes últimos dois séculos. Primeiro, uma injunção política, negando-lhe a prometida representação real de sua vontade no exercício do Poder pelo Estado. Segundo uma injunção psicosocial, privando-o da participação efetiva no processamento da opinião pública. Por último, uma injunção econômica, negando-lhe a positiva libertação da pobreza e da marginalização social. São estes na verdade grandes pecados da Democracia — que todavia ainda trazem consolo, porque os erros de seus adversários terão sido ainda maiores e mais graves, inclusive porque prometeram mais do que ela própria.

5.1 — *O Problema Político*

Em todas as sociedades democráticas existe uma nítida vinculação entre a política e a economia. Os detentores da riqueza tendem a identificar os seus próprios interesses com o bem comum — e a promover aqueles sob o pálio protetor d'este.

O instrumento através do qual o poder político se estrutura são os partidos: éles é que lhe garantem o sucesso eleitoral. Cada partido tem a sua declaração de princípios, seu programa — de forma a atrair as simpatias do eleitorado. Mas é claro que o sucesso nas eleições não depende senão esporadicamente do mérito isolado de tais plataformas: seu êxito é o resultado último de um intrincado processo de psicologia e estatística, colocado sob a orientação de especialistas. Monta-se uma autêntica máquina cuja finalidade é aliciar votos e ganhar a eleição. A sociologia, o cálculo das probabilidades — todas essas ciências mais ou menos positivas, mais ou menos oscilantes, tomam parte no mecanismo de uma eleição desse tipo. E quando o candidato vitorioso nas urnas recebe o cumprimento do seu opositor, é porque no mínimo sua máquina eleitoral terá sido mais pujante do que a do rival.

É claro que as contribuições para as campanhas podem ser doadas de maneira desinteressada — mas não há como negar o seu caráter de exceção: o caso geral — é dos investimentos típicos, em que os grandes empórios destinam somas apreciáveis ao custeio das campanhas e esperam em contrapartida que o partido vitorioso venha a pugnar pela espécie de legislação ou de administração que convenha aos seus interesses. Não há como negar essa integração inconfessada mas patente entre o poder econômico e o poder político. Isto de fato responde pela maior parcela das desilusões que o verdadeiro democrata experimenta ao ver o seu entusiasmo, o seu idealismo esburoar-se de encontro à porta de um cofre forte.

Outro aspecto do mesmo problema tem a ver com o fato de que a Democracia demonstrou ser um fenômeno predominante urbano. Isto é mais sensível nas nações subdesenvolvidas, em que a grande maioria da população ainda se dedica a atividades primárias, como a agricultura, a pecuária. É evidente que a distância em que elas se encontram, as áreas rurais, dos núcleos metropolitanos da política torna difícil a esperada articulação. Além do mais, as sedes partidárias nem sempre se fazem representar junto àqueles centros mais distantes e via de regra só procuram contato com eles nas proximidades dos pleitos eleitorais. É verdade que os progressos tecnológicos das comunicações têm experimentado atenuar essa falta, mas não é menos certo que o desencontro ainda é sensível, e portanto prejudicial ao bom mecanismo da Democracia.

Valeria ainda observar a manifesta tendência de certas democracias no sentido de uma forma de hipertrofia chamada "Executivo forte", que se evidencia de várias maneiras, desde as deliberações "ad referendum" até os plebiscitos por via dos quais o povo é levado em certo sentido a ignorar os seus próprios representantes no Legislativo. Comentando ultimamente êsses fatos, Salvador Madariaga acusa nelas uma tendência de retorno à monarquia. Existe por sua vez nos Estados Unidos o brocado de que o Presidente da República "é um rei absoluto que o povo decapita constitucionalmente de quatro em quatro anos".

5.2 — *O Problema Psicossocial*

Uma das características essenciais da Democracia é a livre manifestação do pensamento. Todos podem expressar-se livremente — é claro: a imprensa escrita e falada, a palavra, o livro — cada um desses veículos do pensamento circula sem submissão à censura oficial. Todavia, o homem comum, livre embora para manifestar o seu pensamento, tem influência deveras reduzida no preparo da opinião pública de uma nação. Ele desempenha na verdade um papel mais passivo do que ativo: não é promotor — é depositário. É que os veículos naturais da opinião — jornais, radio-difusoras, videos — não ficam ao alcance do "average man" para a divulgação de suas idéias: ele não tem como participar da elaboração do pensamento coletivo e isto cria para ele uma frustração.

Também aqui surge a figura do poder econômico em sua onipresença indesejável, mas indefectível: é claro que o alto custo das publicações e programas torna-os acessíveis apenas aos que dispõem de capacidade aquisitiva conveniente. Homens de negócios, chefes de empresas, líderes partidários — estes são os capacitados à comunicação direta com o público: o cidadão comum tem de contentar-se com o silêncio meramente receptacular — ou com alguma coisa como as tribunas de Hyde Park!

É que também as organizações publicitárias têm finalidade lucrativa e como tal ficam sujeitas às influências que limitam o sistema da livre empresa econômica e são por ela condicionadas. Editores — só lançam obras de escritores que lhes garantem rentabilidade para o capital invest-

tido. Jornais não publicam indistintamente notícias que contrariem interesses econômicos que exerçam reflexos sobre o seu gênero de negócio.

É verdade que existem duas classes distintas de imprensa: a imprensa-notícia e a imprensa-opinião. A notícia é uma síntese; a opinião é uma análise. Uma é a ética; a outra — uma ética. Uma e outra não podem prescindir da autenticidade e portanto estão ambas comprometidas com o problema da falibilidade humana. Então, o que chega até ao homem das ruas, ao chefe da família da sociedade democrática não é senão uma resenha filtrada de coletados por todo esse complicado sistema de censuras privadas: observações parciais ou incompletas; idéias formuladas sem talvez o perfeito conhecimento das causas e dos efeitos; informações prestadas por observadores casuais de fatos e de individualidades — tudo isso de um mérito duvidoso mas que ele não tem como devidamente apurar. Eis o grande caldeamento da opinião pública dentro de uma nação democrática, onde a liberdade de acesso às fontes do conhecimento é uma garantia de Direito, mas o exercício dessa prerrogativa não conduz a um resultado prático, de fato.

5.3 — O Problema Econômico

Relata Montaigne em seus "Ensaios" a visita que fizeram a Rouen três indígenas americanos ao tempo de Carlos IX. Um deles, de todos o mais desembaraçado, fez observações curiosas sobre a sociedade francesa da época: "Disse que havia entre nós — conta Montaigne — homens gordos e repletos de toda espécie de comodidades, enquanto suas metades eram mendigos descarnados pela fome".

Aquêles aborígenes do Nôvo Mundo terão apontado a chaga que deveria envergonhar a Civilização e que ainda não cicatrizou: o terrível contraste entre a opulência e a miséria, que não deixa de ser uma forma de canibalismo econômico. A Democracia também prometeu sarar essa ferida, mas ela ainda faz sangrar mais de metade da humanidade.

A grandeza econômica da Democracia vem-lhe do capitalismo: sua falibilidade, também. O bem comum, para o capitalismo, é a mera soma dos bens privados: aumenta um, cresce o outro — e eis aí um equívoco fatal. O rico, aumentando o seu patrimônio, estaria assim fazendo crescer a riqueza comum — e nada mais falso.

Outra falibilidade do capitalismo foi a consideração do trabalho humano como simples mercadoria sujeita às leis frias da economia: a oferta de braço faz baixar o preço do braço, que é salário — mas a alma, que anima o braço, trabalha de graça.

Outra mais é a concorrência: ela mata a própria concorrência porque cria os trusts ou, na melhor das hipóteses, o gigantismo econômico, que Chesterton chamava de "câncer social" porque faz crescer as coisas possuídas além da exata dimensão do "domínio que pode ser dominado".

O capitalismo é ainda responsável pela superprodução: ela sacrifica os mais fracos e cria o malthusianismo econômico, que consiste em destruir produtos que matariam a fome dos necessitados.

Debitável é ainda o capitalismo democrático pelo chamado "conflito norte-sul" que contempla o mundo atual e reflete o decadente imperialismo colonialista; a definição é de U-Thant e tem a ver com a linha equatorial. Os países situados abaixo do maior paralelo fornecem as matérias-primas para o grande mercado industrial; aqueles que ficam acima — transformam esses produtos e abastecem os consumidores internacionais. Há mais: os produtos primários, por maior que seja o volume de sua exportação regular, adquirem-se a preços cada vez mais baixos; enquanto isso os países subdesenvolvidos pagam cada vez mais caro pelos produtos industrializados. É bem fácil antecipar o resultado desse metabolismo econômico de que as nações fracas emergem cada vez mais pobres — e as nações fortes cada vez mais ricas: se isto é uma meia verdade, será pelo menos a metade da verdade total que maiores prejuízos morais tem causado à Democracia! Enquanto as nações de que dependem as grandes regras da política mundial global não se deixarem penetrar pela evidência de que a quase totalidade dos males que assolam o mundo provém da teimosia persistente desse distributismo anacrônico da economia internacional, não deixará de existir esse tratamento discriminatório que responde em larga escala pelos desniveis entre as nações, no concerto político delas próprias — bem como pelos desequilíbrios sócio-econômicos verdadeiramente dramáticos, dentro delas mesmas. É bem este o drama da riqueza e do pauperismo.

Forçoso é convir que o capitalismo, como esteio econômico da Democracia, evoluiu de suas formas históricas na direção das aspirações das classes trabalhadoras; é o neocapitalismo. É claro que ele ainda confere ao capital a decisão suprema, o árbitro dos fatos econômicos — mas não é menos certo que não poderia abrir mão em definitivo de suas prerrogativas, sob pena de desmentir-se. De resto, talvez mesmo fosse preciso chegar a tanto! A indagação frente ao neocapitalismo é saber se ele teria a oportunidade de significar uma opção definitiva para corrigir os males do capitalismo; há considerações importantes a fazer. Em primeiro lugar, suas manifestações gerais ainda não têm homogeneidade, quer dizer — a formulação de uma política econômica neocapitalista ainda não obedece a normas perfeitamente delineadas: trata-se de soluções casuísticas, que portanto ainda não oferecem possibilidade de uma normatização. Tais soluções refletem, porém, duas linhas essenciais de intenções: primeiro, há os que abraçam o neocapitalismo por convicção, como um recurso sadio e por assim dizer filosófico para a superação dos erros intrínsecos e formais do capitalismo ortodoxo; estes compreendem um número ainda pequeno de apologistas. A outra linha é integrada pelos que encerram o neocapitalismo como recurso derradeiro para salvar o capitalismo das vascas da agonia: estes — que compõem uma nítida maioria — mantêm-se unidos mais por força de um medo

extremo ao coletivismo socialista-comunista. Agem menos por convicção do que por um instinto de conservação. O senso de realismo e a fria observação do gênero humano, em suas manifestações, levam a crer que, à menor tendência de atenuação do perigo, serão elas susceptíveis de retornar às formas originais do capitalismo: há exemplos históricos dessa atitude.

6 — O Dilema: que fazer?

O dilema com que se defrontam as nações democráticas é o seguinte: ou resolvem os seus problemas pelos processos democráticos; ou, então, correm o risco de deixarem de ser democracias. Lembre-se a fórmula de Roosevelt: "Remédio para Democracia é mais Democracia." É uma frase, se quiserem, mas existe nela um grande valor dinamogênico, porque sugere o acionamento do dispositivo autocorretor que só a Democracia possui. A sobrevivência das instituições democráticas depende portanto da sua habilidade em oferecer dentro daquele esquema de proposições que resumem a Democracia "como-deve-ser" — um número tal de realizações que garanta ao homem comum aquilo que ele considera como indispensável para o seu bem-estar. A história prova que a Democracia passa a correr perigo iminente desde o momento em que esse mínimo não existe; lembre-se por sua vez que o maior de todos os inimigos da Democracia funda um de seus dogmas no ponto de que só a violência poderá levá-la a modificar a sua conduta na direção do homem. É esse o desafio do Século. E a resposta está no "pragma" — contra o dogma: o "pragma" é a inteligência em ação.

6.1 — O "Pragma" Contra o Dogma

Eis aqui um conceito de Jacques Barzun ("Of Human Freedom") que vale um milhão de pensamentos: "O *demos*" só é perigoso quando os indiferentes são dogmáticos — ou os meditativos, despreocupados". Dentro de uma Democracia, o mais importante não será educar todo mundo além do que sua inteligência permita ou do que seria útil para a coletividade — mas tornar os inteligentes socialmente responsáveis pelo destino de todos.

Devem os senhores ter observado que não se tentou em nenhum momento desta conferência fazer aquilo que se costuma exigir de um estudo desta natureza: a definição de Democracia. Indagação como essa sugere que a Democracia seja uma entidade ou um objeto plástico que o homem possui, ou deixa de possuir. Não existe uma coisa concreta a que se possa dar esse título: existem, sim, pensamentos concretizáveis que se podem batizar com esse nome — mecanismos de raciocínio, práticas individuais e coletivas capazes de serem vistas em funcionamento, como o júri, os comícios políticos, as eleições. Toda vez que um grupo de pessoas se reúne para tomar uma decisão dentro de um ponto de vista consensual — e sobretudo sem que os vencidos fundem outra República — eis a Democracia em ação. Todo aquêle que não se puder libertar

da noção de Democracia como um ideal puramente abstrato — perde-se em um labirinto de conjecturas e de palavras vazias: só o pensamento objetivo possibilita a ação, em seu conteúdo evolutivo e educativo.

Democracia é educação — e é também cultura, que é educação cristalizada no tempo: errôneo pensar que a opção humana perante a Democracia tem fundo apenas político — porque ela é primeiramente cultural. A Democracia na verdade precisa menos de eleitores do que de artesãos — e com isto queremos dizer que o ato de aceitar ou repelir as coisas à luz de um propósito objetivo — vem a ser o verdadeiro senso prático da Democracia: ela é em certo sentido uma obra de arte — e essencialmente humana.

Se é certo que toda tirania começa no espírito — a Democracia também lá principia, porque ela surge justamente no combate silencioso entre a tirania e a liberdade: a Democracia é antes um estado de espírito do que um Estado de Direito. Depois, prossegue no grupo, através do desenvolvimento do espírito de comunidade, mediante o qual o homem se habitua a prover-se a si mesmo, para que o Estado possa assistir melhor aos que dele realmente necessitam. Programas de ajuda recíproca podem ser a chave do êxito de projetos que principiam em uma simples reunião comunitária, onde uma agenda de meia dúzia de itens é capaz de promover uma reforma social. Isto faz com que toda uma população se deixe convencer da importância da cooperação social e receba como estímulo o sucesso das outras comunidades. Só dessa maneira desfaz-se o cacoete da dependência e do protecionismo governamental, que são alguns dos maiores males das democracias, principalmente as incipientes, em que o cidadão, antes, pergunta o que o Estado lhe pode dar — do que avalia as suas próprias possibilidades individuais de fazer aquilo de que o Estado necessita para cumprir a sua missão: ao lado dos direitos naturais — há também as obrigações naturais.

A cadeia de raciocínio concreto prossegue na família, que exerce a função pragmática de um "capacitor" de energias morais perante a Democracia: não admira portanto que o maior de seus adversários deseje extinguí-la, porque ela realiza de fato um papel catalisador. É a sede da propriedade privada; é uma usina de valores éticos; é uma estimuladora da solidariedade humana, da disciplina intelectual, do senso de poupança — situações essas de que a Democracia se utiliza para as grandes promoções visando à valorização do homem.

A sociedade, em si mesma, é o próximo elo desse mecanismo gregário. A sociedade democrática é aquela em que a comunicação humana exerce em cheio o seu dom de ubiqüidade: o sucesso da Democracia depende em larga escala do grau de vinculação de seus núcleos grupais. A comunicação humana e as comunicações desempenharam, por exemplo, papel deveras importante na afirmação da democracia americana, bem assim os transportes, o telégrafo, o telefone, tornando mais concretas as vinculações de fato entre os homens. A Democracia não deixa de ser, em certo sentido, um tráfego — um tráfego de idéias em regime de mão dupla.

Outro passo é a empresa: ela foi o verdadeiro pelourinho onde a economia democrática terá mais sofrido os impactos da experiência comunitária. É a sede do trabalho humano e portanto o local onde o homem se reúne ao homem para a tarefa societária da produção. No complexo das relações econômicas, a experiência mostra que não existem as soluções uniformes: não há economia, há economias — e portanto um remédio aplicável a cada caso isolado. Lembre-se o conceito de Perry de que “é melhor saber que espécie de doente adquiriu uma doença do que a espécie de doença que um doente adquiriu” — e nada mais prático do que o sentido de relativismo que deve presidir as atividades internas de uma empresa, na Democracia.

A Igreja é a religião do homem com suas origens ideais. A Democracia, idealista que é no melhor sentido neo-aristotélico do termo, não disputa com a Igreja o conteúdo espiritual do homem — antes aceita o precioso auxílio dela na exaltação de seus valores morais, com que se ajusta de maneira perfeita na vida prática. O religioso e o cívico servem reciprocamente de adjetivos e possuem uma larga pauta de realizações em comum, no tirocínio cotidiano da Democracia.

O Estado democrático: eis aí o capítulo mais substancial de um programa de atuação prática da Democracia. Duas palavras talvez resumam esse programa: exação — e exceção. O Estado exato e o Estado exemplo — sumarizam o dualismo pragmatista do Poder numa verdadeira Democracia: há toda uma enciclopédia de Política, de Economia, de Moral, de Direito, de Sociologia por detrás dessas duas palavras-sinteses.

Tudo isso compõe uma verdade global, ou pelos menos um pequeno código de verdades mais ou menos fálieis — porém todas elas fundadas na experiência, na insubstituível experiência humana de cada dia. É o grande resumo da vida de uma nação, imperfeito que seja, faltoso que possa ser — mais perfeitamente real em seus contornos gerais. Todo aquélle cuja inteligência for tão forte quanto a confiança que possa ter na própria capacidade de corrigir os erros de ontem pela ação de amanhã — estará portanto habilitado a viver no mundo democrático e pluralista onde não devem existir dogmas universais; nem “homo faber”; nem raça eleita; nem homens que se alimentam no bico das águias; nem panacéias sociais; nem arte mundial; nem fórmulas de felicidade; nem gestos-padrão; nem uma camisa para todos os corpos — mas sim uma humanidade terrivelmente humana, feliz ou infeliz na justa medida de seus anseios mais ou menos realizados, porém maravilhosamente diversificada merecê da opulenta imaginação de Deus que não agiu em vão ao fazer cada qual de nós com um gôsto, um paladar, um ouvido, uma côr, uma alma.

7 — Conclusão

Há uma carta de Jefferson que define de maneira lúcida e brilhante o grande desafio da Democracia aos tempos: “Não tenho medo — dizia ele

em 1787 — de que o resultado de nossa experiência possa ser outro senão este: que podemos confiar nos homens para se governarem a si mesmos, sem a necessidade de um dono. Pudesse o contrário disso ser provado, eu concluiria que Deus não existe — ou então...

O mundo atual não é o mesmo dos tempos de Jefferson. Os perigos que assolam aquela “planta tenra” são hoje notoriamente mais graves. As marés montantes das ideologias traumáticas transformadas em novas formulas de imperialismo — como bem aponta Seton-Watson, professor de História na Universidade de Londres (“The New Imperialism”) — ameaçam as restantes ilhas de liberdade: Berlim Ocidental, Alemanha Ocidental, China Insular, Coréia Meridional, Vietname do Sul, Europa Ocidental, o Hemisfério Ocidental, não longe das praias continentais. Não foi sem razão que a Mitologia grega acorrentou Prometeu — no Cáucaso! Convé-nhamos que a estratégia do terror é algo na verdade alarmante — e em momentos de crise surgem sempre aquêles que não hesitariam em abandonar a experiência de liberdade, em troca de sobrevivência a qualquer preço. Pensam os pusilâmines que se a defesa da liberdade coloca em risco a paz, melhor será viver sob a tirania do que arrostar a destruição. “Better red than dead” — diz penosamente Bertrand Russel! Ao que se poderia responder, como Sidney Hook (“The Paradoxes of Freedom”), dentro da melhor tradição jeffersoniana: “Aquêles que jamais arriscam a vida pela liberdade, certamente perderão a liberdade — sem salvarem a vida; e se não prezarmos alguma coisa mais preciosa do que a própria vida, então não seremos dignos da condição humana.”

Eles são muitos, êsses timoratos da liberdade, e tendem a crescer em número, criando uma das questões mais graves para a Democracia, que é esta: poderá ela negar o privilégio político àqueles que a destruiriam se elevados democraticamente ao Poder? É claro que, numa Democracia, o Poder, uma vez emanado do povo, tem de voltar ao ponto de partida para a renovação do mandato. Assim, o cidadão, numa Democracia, não pode decretar o fim da Democracia sob pena de negar-se a si mesmo: a única liberdade negável — é a liberdade de não ser livre! O democrata não tem o direito de autodestruir-se como homem livre, porque não pode dispor arbitrariamente de uma coisa que não pertence apenas a si mesmo: Ele não só sacrificaria o seu próprio destino, como o destino das minorias, que seriam consigo arrastadas para a escravidão involuntária. Ele não só hipotecaria o seu próprio futuro individual, como também o patrimônio cultural e cívico de seus ancestrais e de seus descendentes. Eis por que é preciso fazer a legítima defesa da Democracia: ela já está ficando fatigada de deixar-se ferir pelas armas que coloca de boa fé à disposição de seus inimigos. Pois então — observa Pierre Duclos — não deve ela mais dizer aos que a difamam: “Concedo-vos, em nome dos meus princípios, a liberdade que me negaríeis, em nome dos vossos”; mas sim — “nego-vos, em nome dos vossos princípios, a liberdade que me solicitais, em nome dos meus”.

B I B L I O G R A F I A

- 1 — SEYMOUR LIPSET — "The Psychology of Voting"
- 2 — GIOVANNI SARTIRO — "Democrazia e Definizione"
- 3 — R. BRUCKBERGER — "La République Americaine"
- 4 — JOHN STRACHEY — "O Grande Despertar"
- 5 — GABRIEL ALMOND — "Political Behavior"
- 6 — CARL FRIEDRICH — "Constitutional Goverment and Democracy"
- 7 — HANS MORGENTHAU — "Politic Among Nations"
- 8 — IRISH and PROTHO — "The Politics of American Democracy"
- 9 — ANN THOMAS and MYRES MACDOUGALL — "Studies in World Public Order"
- 10 — PINTO FERREIRA — "Teoria do Estado"
- 11 — ARNOLD WOLFERS — "Discord and Collaboration Essays on International Politics"
- 12 — LOUIS ROUGIER — "Les Mystiques Politiques Contemporaines et leurs Incidences Internationales"
- 13 — KARL MANHEIM — "Ideologia e Utopia"
- 14 — FREDERICK HAYNEK — "The Counter-revolution of Science"
- 15 — LEWIS MUMFORD — "The Condition of Man"
- 16 — ROBERT MERTON — "Sociology of Knowledge"
- 17 — KARL POPPER — "The Open Society and its Ennemis"
- 18 — HANS FREYER — "Teoria da Epoca Atual"
- 19 — CALDERAN BELTRÃO — "Sociologia do Desenvolvimento"
- 20 — ROBERT STRAUSZ HUPÉ — "Power and Community"
- 21 — ARNOLD BRECHT — "Teoria Polítca"
- 22 — ROBERT KENNEDY — "Just Friends and Brave Ennemis"
- 23 — FREDERICK WATKINS — "The Age of Ideology"
- 24 — HANS KELSEN — "Esencia y Valor de la Democracia"
- 25 — JAQUES BARZUN — "Of Human Freedom"
- 26 — HUGH SETON-WATSON — "The New Imperialism"
- 27 — SIDNEY HOCK — "Paradoxes of Freedom"
- 28 — LYRA TAVARES — "Combate ao Comunismo na Fôrça Armada"
- 29 — CHESTERTON — "Orthodoxy"
- 30 — MONTAIGNE — "Ensaio"
- 31 — PITIRIM SOROKIN — "Basic Trends of our Times"
- 32 — C. LACERDA — "Reforma e Revolução"

A SUBVERSÃO COMUNISTA COMO A MAIS GRAVE AMEAÇA À SEGURANÇA DO BLOCO OCIDENTAL

cel Eng (QEMA)

ADIB MURAD

A estratégia subversiva empregada pelo Movimento Comunista Internacional, já está bem equacionada.

Os comunistas relegaram a plano secundário a pregação ideológica e buscam consolidar a influência de altos militares do Partido sobre as diferentes classes sociais, em particular a dos trabalhadores, dos estudantes e dos intelectuais.

Para isso, inicialmente, eles congregam os membros de cada classe sob a motivação de justas reivindicações, de tradicionais antagonismos internos, ou explorando, nos países subdesenvolvidos, as inúmeráveis vulnerabilidades que nêles se encontram.

Obtido o impulso dinâmico das reivindicações classistas, com oportunidade, apoiados em farta propaganda e usando todos os pretextos para sensibilizar a opinião pública contra o governo constituído, os comunistas desvirtuam o sentido das manifestações e dão inicio ao processo subversivo.

Todas as nações democráticas estão sob o impacto dessa guerra fria, uma guerra onde os Exércitos não se chocam, mas o País é levado a exaurir-se numa inglória luta fratricida.

Todos os governos identificam, como causa principal de seus graves problemas, a pressão comunista. Alguns já perceberam que as medidas preventivas devem ter preponderância sobre as repressivas e que há necessidade de estratégias distintas para combate ao PC e o combate à subversão fomentada pelo PC, visto como:

- A massa dos amotinados é, normalmente, constituída por bons cidadãos, democratas e até anticomunistas, que ainda não se deram conta do desvirtuamento das finalidades das agitações, que só visam atender aos interesses soviéticos.
- Essa massa de manobra do MCI deve ser esclarecida, orientada quanto ao modo de reivindicar sem entravar o progresso e comprometer a segurança do País, ao passo que a repressão deve

ser firmemente orientada contra a liderança espúria e apátrida, para eliminá-la e permitir o surgimento de autênticas lideranças democráticas.

Para simplificar a exposição da tese definida no título desta análise, abordaremos o problema em relação à AL, embora os argumentos tenham validade em amplitude mundial.

A diversidade de processos de atuação dos governos latino-americanos em face do processo subversivo e os erros em que alguns persistem, inclusive deixando toda a iniciativa com a minoria comunista, evidenciam que o problema não tem merecido a devida ênfase no âmbito da OEA.

A rigor, o problema da subversão interna tem sido considerado, erradamente, como da exclusiva competência de cada nação, talvez pelas dificuldades de solucioná-lo em conjunto sem os riscos de atentar contra respeitáveis pruridos de soberania.

Entretanto, tudo indica a necessidade urgente de que esse problema seja analisado sob o prisma da segurança coletiva do hemisfério, visando a, dentre outras medidas:

- Equacionar suas causas mais profundas;
- Definir as necessidades prioritárias de apoio das potências democráticas às nações subdesenvolvidas;
- Orientar a atuação defensiva dos governos; e
- Obter, onde e como possível, uma efetiva integração de esforços contra o inimigo comum.

As graves implicações da guerra revolucionária mundial na segurança coletiva só podem ser postas em evidência quando o problema é encarado sob o prisma de sua projeção no futuro, com a consciência de que, hábeis estrategistas, os soviéticos planejam sempre para obter os melhores resultados a longo prazo.

Nos dias atuais, a URSS está apenas preocupada em implantar solidamente o seu dispositivo de ação no seio dos países democráticos.

Não lhe deve interessar que em qualquer outro país da AL se implante o comunismo pela tomada violenta do poder, particularmente devido às experiências obtidas na República Dominicana e aos ônus que lhe acarreta a manutenção já pouco útil do abalado regime de FIDEL CASTRO, em CUBA.

Hoje, promovendo a subversão interna, a URSS alcança resultados imediatos:

- Paralisa, ou retarda, o progresso das nações democráticas, o que se reflete em detrimento da potencialidade do Bloco Democrático, como é óbvio.

- Consolida a liderança de comunistas sobre diversas classes sociais previamente selecionadas e busca o entrosamento dessas classes e o surgimento do espírito de solidariedade entre elas, visando à união geral em apoio a qualquer movimento promovido por uma delas.
- Desencadeia onerosa guerra psicológica para a conquista do grande objetivo representado pela opinião pública, visando a abalar a unidade democrática internacional e a desprestigar, internamente, as autoridades e as Instituições.
- Procura obter unidade de comando sindical e estudantil, primeiro no plano interno, depois no internacional.
- Procura diminuir a influência política, econômica e cultural dos EUA sobre os países latino-americanos, e, ao mesmo tempo, acentuar o antes tão abalado prestígio dos soviéticos no seio desses países.
- Dividindo artificialmente o PC em alas dissidentes, logra atuar, sem aparente contradição para sua tese da coexistência pacífica, tanto pelos processos normais, quanto pelo clandestino tradicional. (PEQUIM e HAVANA servem-lhe de "testas de ferro", com base em inofismáveis pontos de atrito existentes entre os centros de irradiação do MCI, mas a grande fraude é desmascarada quando se analisa o problema sob o prisma da viabilidade atual das pretensões aparentes da CHINA e de CUBA sobre a AL).

A longo prazo, a URSS atingirá seus objetivos, caso continue a desfrutar, como até agora, da tolerância, ou da incapacidade de reação eficaz dos países democráticos.

Então, a segurança coletiva estará seriamente ameaçada, não importam quais sejam as possibilidades de uma guerra entre os blocos oriental e ocidental, ou as formas mais evoluídas que surgirão para continuação do grande conflito em clima de guerra-fria.

Exemplo frisante nos foi oferecido pelos recentes acontecimentos ocorridos na França, onde o dispositivo comunista, bem articulado, surpreendentemente paralisou uma grande potência e, num mínimo de tempo, a levou à iminência do caos.

Se os estrategistas democráticos encararem o atual problema subversivo com visão perspectiva sobre o futuro, perceberão o grande objetivo das atuais atividades comunistas: — A subversão generalizada, difícil de controlar, desencadeada **SIMULTANEAMENTE** em todos os países da AL, combinada com a subversão parcial no seio de cada grande potência do Bloco Ocidental.

Estarão as nações democráticas preparadas para enfrentar essa crise, no âmago de outra crise de grande amplitude envolvendo as grandes potências?

Mesmo sem considerar a pior hipótese, terão os EUA condições para socorrerem a todos os países, se simultaneamente ameaçados pelo poder comunista fortalecido de longa data no seio de cada qual?

Não há como negar a incrível gravidade do problema, o imenso perigo potencial que as atividades comunistas no hemisfério representam, hoje, se projetadas no futuro.

Agravando as condições das democracias, deve-se ter em vista que as massas a serem empregadas no processo subversivo total e simultâneo estão sendo arregimentadas no seio de cada povo, o que poupará, aos comunistas, a necessidade de desgastar-se enviando tropas.

Evidentemente, a ameaça comunista atual deve ser encarada como um vírus maligno nos organismos democráticos e os remédios capazes de destruí-lo — e que não foram usados em caráter preventivo — devem ser aplicados desde logo, enquanto ainda há tempo.

Mais que um problema de caráter continental, a exigir a integração das atividades das organizações de segurança latino-americanas, mais que um problema a ser tratado apenas no âmbito da OEA, a guerra revolucionária comunista, que também visa a promover o "cercado" ou o "isolamento" das grandes potências, deve ser encarada como a mais grave das ameaças contra a segurança do Bloco Ocidental e a sobrevivência da Democracia.



G. R. Schmid & Cia. Ltda.

PAPELARIA — TIPOGRAFIA — MATERIAL
DE DESENHO — MATERIAL DE LIMPEZA

Rua Teófilo Ottoni, 113-3º — Tel. 43-9462

RIO DE JANEIRO

O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO E A SEGURANÇA NACIONAL

Gen Almério de Castro Neves

S U M A R I O

- I — INTRODUÇÃO
- II — O SERVIÇO MILITAR E AS FÔRÇAS ARMADAS
- III — AS FÔRÇAS ARMADAS E A SEGURANÇA NACIONAL
- IV — O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO
- V — ESTUDO COMPARATIVO DAS DIFERENTES FORMAS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO
- VI — CONCLUSÃO

I — INTRODUÇÃO

O serviço militar tem por finalidade prover as Fôrças Armadas do pessoal que elas necessitam para as suas atividades específicas, podendo, na mobilização, abranger organizações civis que interessam à defesa nacional.

A importância desse serviço é evidente.

Disse o Gen Eisenhower que "a principal arma dos Exércitos é o homem", e que "de nada adiantam armas, por mais aperfeiçoadas que sejam, se não houver homens capazes de manejá-las".

Prover as Fôrças Armadas de homens capazes é a finalidade do serviço militar.

A Guerra moderna, qualquer que seja a forma em que se apresente, nuclear, convencional ou revolucionária, cada vez mais complexa e empregando material mais aperfeiçado, exige para a constituição das Fôrças Armadas pessoal cada dia mais qualificado, especializado e cuidadosamente adestrado.

Além disso, o seu desencadeamento pode ser instantâneo.

A clássica "declaração de guerra", após um período de tensão política, não existe mais; a tensão política é permanente e a possibilidade de emprêgo imediato das Fôrças Armadas, seja no exterior em caso de guerra externa, seja no interior em missões de segurança interna, também é permanente.

Em consequência, surge a necessidade de que elas sejam não só eficientes, como capazes de emprêgo imediato.

Visando a esse objetivo, as seguintes soluções podem ser encaradas para o provimento de pessoal para as Forças Armadas:

- 1 — serviço militar profissional;
- 2 — serviço militar obrigatório;
- 3 — serviço militar misto, profissional e obrigatório.

II — O SERVIÇO MILITAR E AS FÔRÇAS ARMADAS

O serviço militar profissional, permitindo uma instrução cuidadosa e prolongada, proporciona a eficiência do pessoal e a possibilidade de emprêgo imediato.

Entretanto, apresenta o inconveniente de dificultar a formação de reservas, necessárias para uma ampliação eventual ou recompletação em curto prazo.

Esse inconveniente perde em parte a sua importância, se for considerado que a constante evolução e aperfeiçoamento do material, assim como dos processos de combate, obriga o reservista a um novo aprendizado, antes de ser incorporado.

A formação de reservas poderia, portanto, limitar-se à instrução básica, ministrada em Órgãos de Formação de Reserva.

O serviço militar profissional entretanto, é muito dispendioso, pois só é possível manter nas Forças Armadas, como profissionais, elementos qualificados, através de remuneração condigna.

O serviço militar obrigatório é menos dispendioso pelo seu caráter de conscrição — um dever a cumprir para com a pátria — mas apresenta o inconveniente dos períodos críticos de licenciamento, incorporação e instrução de formação, quando as Forças Armadas não têm a desejada eficiência nem possibilidades de emprêgo imediato.

Esse inconveniente poderá ser reduzido ou mesmo eliminado, pela designação inicial dos convocados para centros de instrução, sendo incorporados sómente quando estivessem com a instrução de formação terminada.

Essa solução, entretanto, obrigaría a um aumento no tempo de duração do serviço militar, que seria acrescido do tempo passado nos centros de instrução, assim como a um aumento de efetivo, devido à permanência do contingente anterior nas fileiras até o término do período de formação do novo.

Em conseqüência, é uma solução também dispendiosa, além de afastar o convocado de suas atividades civis normais durante muito tempo.

Outra solução seria a de contornar os períodos críticos de licenciamento, incorporação e instrução de formação, por meio de incorporações parceladas em diferentes épocas do ano, de forma a haver sempre unidades prontas para emprêgo imediato.

Essa solução, menos dispendiosa, mantém sempre uma parcela das Forças Armadas sem condições de emprégo imediato.

O sistema misto, isto é, convocação de conscritos e manutenção de um núcleo-base profissional eficiente e capaz de emprégo imediato, assim como de enquadrar convocados para emprégo em curto prazo, é uma solução que atenua os inconvenientes apontados nas outras.

Em síntese, as seguintes soluções permitem manter o pessoal das Forças Armadas em estado de eficiência e pronto para emprégo imediato:

- 1 — serviço militar profissional;
- 2 — serviço militar obrigatório com incorporação dos convocados após o período de formação realizado em centros de instrução;
- 3 — serviço militar obrigatório com incorporação parcelada de convocados, pelo menos em duas turmas, cada uma após o término do período de formação da outra;
- 4 — serviço militar misto, com incorporação parcelada dos convocados e manutenção de um forte núcleo-base profissional.

III — AS FORÇAS ARMADAS E A SEGURANÇA NACIONAL

A segurança nacional, mesmo quando considerada do ângulo estritamente militar não pode basear-se apenas na existência de Forças Armadas eficientes e prontas para emprégo imediato, e de uma estrutura capaz de sustentá-las.

A guerra moderna não é travada apenas com Forças Armadas realizando operações militares em um ou mais teatros de operações; ela é total, dando margem a ações também na retaguarda, sob a forma de bombardeios, sabotagens, guerrilhas e guerra psicológica, muitas vezes decisivas para a vitória e exigindo a participação direta ou indireta de toda a população.

Além disso, o poder destruidor das armas modernas, particularmente as nucleares, faz com que cada vez menos a decisão de luta seja procurada nos campos de batalha; a guerra moderna, antes de chegar aos campos de batalha, apresenta-se sob uma forma insidiosa e subterrânea, procurando cada contendor dominar o seu adversário pela exploração e agravamento das suas tensões internas e antagonismos existentes, de ordem econômica, psicossocial, política, militar, religiosa, racial, etc., de forma a enfraquecer a sua capacidade de defesa e assim facilitar a consecução dos seus objetivos, se possível sem luta armada.

Dai resulta que a preparação para a guerra sob qualquer das suas formas — convencional, nuclear ou revolucionária — não deve limitar-se à organização de forças armadas capazes de realizar operações militares com material ultramoderno e prontas para emprégo imediato.

A existência de Fôrças Armadas eficientes e modernas é importante como meio de "dissuasão", seja para fazer um possível inimigo sentir que qualquer ataque poderá lhe custar caro, seja para exercer uma ação repressiva em fôrça, em qualquer parte do próprio território.

Entretanto, a preparação para a guerra deve abranger todo o povo, técnica e espiritualmente, visando não só a sua cooperação nas medidas de defesa, como a capacidade de suportar os efeitos da guerra, principalmente a guerra psicológica.

Essa preparação é particularmente importante nos países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento, porque as tensões internas são mais fortes, permitindo uma atuação inimiga mais fácil no sentido do seu agravamento.

Em consequência, a preparação para a guerra, sob qualquer das formas em que pode se apresentar — nuclear, convencional e revolucionária — deve atender à duas finalidades:

- 1 — existência de Fôrças Armadas eficientes e capazes de emprego imediato no exterior e interior;
- 2 — preparação da população para suportar os efeitos da guerra, particularmente os psicológicos, e apoiar as Fôrças Armadas, inclusive com reservas instruídas.

A maneira mais fácil e eficaz de preparar a população para a guerra é através do serviço militar obrigatório, integrando as Fôrças Armadas com o povo, e é uma das razões por que a nossa Constituição e a Lei prescrevem o serviço militar obrigatório e universal.

É evidente que a forma ideal do serviço militar obrigatório seria a incorporação total da classe convocada, considerando como "classe" a totalidade dos brasileiros nascidos no mesmo ano, nas Organizações Militares da Ativa.

Entretanto, como isso é impossível, por motivos de ordem econômico-financeira, é necessário procurar a solução em Órgãos de Formação de Reserva que não constituam ônus para o país ou que, pelo menos, sejam pouco dispendiosos.

Esses órgãos receberiam os convocados que excedessem das Organizações Militares da Ativa.

IV — O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

No Brasil, o fraco efetivo das Fôrças Armadas, fraco por motivo de ordem econômico-financeira, faz com que apenas uma pequena parcela dos jovens preste serviço militar incorporada às Organizações Militares da Ativa ou matriculados nos Órgãos de Formação de Reserva.

Atualmente, menos da metade dos jovens considerados aptos na inspeção de saúde, realizada durante a seleção, presta serviço militar, sendo mais da metade incluída no "Excesso do contingente".

Além disso, muitos Municípios são considerados "não tributários" e os jovens nêles residentes são "dispensados de incorporação", não comparecendo à seleção.

Em consequência, o número de jovens que presta serviço militar é muito pequeno em relação à classe convocada.

Um outro aspecto deve ser considerado.

Verifica-se no país uma explosão demográfica e o efetivo das Forças Armadas não é aumentado por motivos de ordem econômico-financeira; em consequência, o número percentual de jovens que presta serviço militar será cada ano menor e o de incluídos no excesso do contingente e dispensado de incorporação cada vez maior.

Esse fato tem o significado de que cada ano um número maior de brasileiros deixa de receber instrução militar e mesmo educação moral e cívica, seja por não freqüentar escolas, seja porque a maioria das escolas não cuida desse assunto.

Muitos deles nenhuma compreensão têm da necessidade de participação de todos os brasileiros, sem exceção, na segurança nacional.

Esses jovens, pelo seu desconhecimento desses assuntos, constituem uma presa fácil para os doutrinadores e agitadores extremistas, que vão explorar um campo virgem com grave risco para a segurança nacional.

Torna-se necessário então esclarecer esses jovens, ministrando-lhes educação moral e cívica e, de acordo com o seu nível intelectual, noções de segurança nacional, visando pelo menos sua compreensão sumária.

Além disso é necessário dar-lhes instrução militar visando prepará-los também para a Guarda Territorial.

Em síntese, duas considerações são muito importantes:

- 1.º — não é possível deixar sem nenhuma noção de segurança nacional, nem mesmo instrução moral e cívica, a maior parte da nossa juventude em idade militar, que é incluída no excesso do contingente e dispensada de incorporação;
- 2.º — há necessidade de ministrar instrução militar visando também as ações de defesa na retaguarda, ou seja, a "defesa territorial", empregando elementos especializados, instruídos e equipados para essa missão, e, de preferência, radicados no local, conhecedores da região em que vivem.

Dai resulta a necessidade da existência, na estrutura de segurança nacional, de órgãos que atendam a essa dupla finalidade e absorvam o excesso do contingente, fazendo desaparecer os dispensados de incorporação.

Esses órgãos, não podendo ser da ativa, pelos motivos de ordem econômico-financeira já citados, podem ser órgãos de Formação de Reserva, que não sejam muito dispendiosos.

V — ESTUDO COMPARATIVO DAS DIFERENTES FORMAS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

FORMAS DE PRESTAR O SERVIÇO MILITAR	ASPECTOS POSITIVOS			ASPECTOS NEGATIVOS	
	Possibilidade de emprego imediato	CAPACIDADE DE PREPARAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA:		Prejuízos que arreata para as atividades civis dos convocados	Custo para o país
		Integração com as FA	Formação de reservas		
1. OMA Profissionais	M.B.	M.B.	Neoluma	R	R
— Totalidade dos convocados nos OFR					Nenhum
2. Incorporação de convocados nas OMA após o período de formação.	M.B.	M.B.	M.B.	M.B.	Muito Grande
— Convocados excedentes nos OFR.					
3. Incorporação parcelada de convocados nas OMA.	R	R	M.B.	B	Regular
— Convocados excedentes nos OFR.					Pequeno
4. Incorporação parcelada de convocados nas OMA e manutenção de um Força Núcleo-Base Profissional.	B	B	M.B.	B	Regular
— Convocados excedentes nos OFR.					Regular

Esse estudo comparativo indica como a melhor solução para um país rico e desenvolvido a de nº 2.

Entretanto, para um país subdesenvolvido ou em desenvolvimento, a melhor é a de nº 4.

É a solução que permite haver unidades prontas para emprégio imediato e outras em condições de emprégio em curto prazo, além de não ser dispendiosa.

VI — CONCLUSÃO

Dentre as soluções possíveis visando o serviço militar obrigatório prestado nos Órgãos de Formação de Reserva pelo maior número possível de convocados, duas se apresentam como de mais fácil execução e exigindo menores recursos financeiros:

- 1 — ampliação dos Tiros-de-Guerra;
- 2 — criação de Órgãos de Formação de Reserva em Estabelecimentos de Ensino.

A ampliação dos Tiros de Guerra — criação de novos e aumento de efetivo dos existentes — permitiria a prestação do serviço militar por maior número de jovens residentes nas cidades, com despesas mínimas para o Exército, pois a sua manutenção corre por conta dos Municípios e sem prejuízo para as suas atividades profissionais sejam elas estudantes ou trabalhadores.

É a solução mais simples, porque consiste apenas em ampliar o existente, de acordo com o prescrito no Regulamento para os Tiros-de-Guerra — R/138.

A criação de Órgãos de Formação de Reserva em Estabelecimentos de Ensino, também com despesas mínimas, pois a sua manutenção correria por conta das Escolas, possibilitaria o serviço militar dos estudantes sem prejuízo para os seus estudos, facultando ainda a formação de oficiais e graduados para a reserva.

Atualmente, somente nos Colégios Militares existem Órgãos de Formação de Reserva, formando reservistas soldados, quando poderia formar oficiais ou sargentos, após um estágio na tropa.

A criação de Órgãos de Formação de Reserva nas Escolas de Nível Médio e Superior (de acordo com o Art. 56 da LSM) permitiria a formação de Oficiais, graduados e soldados para a reserva, sem prejuízo para os estudos, e ministrando aos estudantes noções de segurança nacional que o seu nível intelectual permita compreender.

Além disso, é necessário considerar que nos países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento, as Forças Armadas não se limitam à sua missão específica.

No Brasil, elas cooperaram para o desenvolvimento, não só diretamente, através de Unidades de Engenharia e núcleos de povoamento, como indiretamente através da alfabetização, ações cívico-sociais e educacionais, e operações como a que recebeu o nome do grande sertanista Rondon, realizada com grande êxito.

A participação dos jovens em operações desse tipo, devidamente regulamentada, poderia ser considerada um estágio de serviço, para fins de prestação do serviço militar.

Nessas condições, os Tiros de Guerra e os Órgãos de Formação de Reserva nas Escolas poderiam:

- 1.º — ministrar educação moral e cívica à nossa juventude, esclarecendo-a sobre os problemas de segurança nacional, de forma a neutralizar a propaganda subversiva, particularmente a comunista;
- 2.º — absorver gradativamente uma parcela cada vez maior dos dispensados de incorporação, de forma a que em futuro próximo desaparecesse essa dispensa;
- 3.º — preparar elementos para a Guarda Territorial;
- 4.º — cooperar no desenvolvimento do país em todo o território nacional.

Dessa forma, o serviço militar poderia ser realmente obrigatório para todos, como manda a lei, com despesas mínimas para o País, e poderia proporcionar um melhor conhecimento entre as Forças Armadas e o povo.

Além disso, ministrando uma instrução militar mais de acordo com o nível intelectual dos jovens conscritos, proporcionaria também uma participação mais adequada de todos os brasileiros na segurança nacional.

A DEFESA NACIONAL é a sua Revista de estudos e debates profissionais. **É a sua tribuna.** MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!



Estréia de "O Solo Tem Vida"

A melolonta, cuja cabeça é aqui mostrada, faz parte da vida miríade que se desenvolve incessantemente no subsolo. Esta criatura aparece em "O SOLO TEM VIDA", um novo filme Shell que explica o problema da destruição das colheitas por pragas de insetos nocivos e moléstias, e os meios que a ciência emprega para vencer estes males.

Este é um dentre mais de uma centena de filmes informativos de 16 mm, disponíveis na Filmoteca Shell, para empréstimo gratuito a sociedades e instituições espalhadas pelo país. Um outro

filme que trata do mesmo assunto é o "MUNDO RIVAL", que dramatiza os perigos à saúde e ao bem-estar do homem, impostos por um mundo cheio de insetos, cujo número está na proporção de 50 milhões para cada pessoa.

Os filmes Shell oferecem um ponto de partida para o ensino em diversos campos diferentes, não sómente no da agricultura mas também no da física, geografia, aviação e engenharia de motores, bem como no da própria indústria química e petroífera.



PARA INFORMAÇÕES SÓBRE FILMES SHELL ESCREVA PARA:

SHELL BRASIL S. A. (PETRÓLEO)

RIO DE JANEIRO, CAIXA POSTAL, 232 - ZC-00

SAO PAULO, CAIXA POSTAL, 2000

ATUALIZAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR

Bei. LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA

1.º Substituto do Auditor da 9.ª RM

De um modo geral o Poder Judiciário no Brasil não acompanhou o progresso do País quanto à sua organização.

Leis obsoletas e o próprio sistema federativo, e ainda dificuldades políticas, econômicas, e até de vocacionados para a carreira Judiciária, tudo isso tem emperrado a nossa organização jurídica.

No que concerne à Justiça Militar, são manifestas as suas falhas. O Código de Justiça Militar apresenta incoerências e ambiguidades de redação que estão a reclamar a sua atualização.

Quanto aos seus serventuários e instalações, a Justiça Militar está a exigir grandes reformas. E de todo sabido que ultimamente o âmbito de ação dos tribunais militares foi bastante ampliado e para tanto não existe o aparelhamento necessário, daí a contingência não rara de ter as auditorias de apelar para os comandos militares para o reforçamento do seu pessoal a fim de atender os serviços de emergência.

Além disso, o quadro funcional nem sempre é aproveitado como devia ser. Os oficiais de Justiça, por exemplo, que na maioria dos casos possuem preparo bem superior ao exigido pelas suas funções, não são devidamente aproveitados, o mesmo acontecendo com os procuradores, que em determinadas circunstâncias deveriam assessorar mais de perto os encarregados dos IPM, com real proveito para o interesse público.

O quadro de substitutos também está a exigir uma providência legal, pois sobre esse aspecto é gritante a desatualização da Justiça cistrense.

A situação dos substitutos foi primitivamente definida pelo Decreto 925, de 2 de dezembro de 1938. Esse decreto-lei era ambíguo e impreciso na sua redação. O Decreto-lei nº 3.581, de 3 de setembro de 1941, uma lei de emergência visando solução provisória do assunto. Por esse diploma legal, os substitutos não tinham direito algum. Perdiam o cargo caso não atendessem à convocação. O art. 2º da referida lei é explícito no sentido de ficar bem claro não serem os substitutos possuidores de qualquer garantia. Estava então o País no regime ditatorial. Posteriormente, veio a Constituição de 1946 que no seu art. 188 deu estabilidade aos funcionários sem concurso com mais de cinco anos de exercício da função.

No Art. 189 da mencionada Constituição foi garantido o direito dos estáveis, mesmo quanto extinto o cargo para o qual fôra nomeado, devendo o titular do mesmo ser aproveitado em outra função, o que equivale a dizer que a Lei maior não previa a hipótese de estabilidade não remunerada. O artigo 90 da Carta Magna vigente não dá estabilidade aos funcionários sem concurso, porém no artigo 177 reconhece os direitos adquiridos pelos funcionários que na data de sua promulgação já eram estáveis ou já tinham o direito de estabilidade. O art. 94, § 3º da Constituição de 1946 só reconheceu a vitaliciedade para os substitutos quando estes tivessem mais de 10 anos de exercício da função, mas no art. 18 de suas Disposições Transitórias dá estabilidade aos que tinham na época mais de 5 anos de exercício do cargo. O art. 108 da Constituição vigente estabelece as garantias fundamentais da Magistratura.

Os atuais substitutos da Justiça Militar não gozam dessas garantias, logo seria o caso de se perguntar se são válidas ou não as suas sentenças, pois não existindo independência e garantia para o julgador, claro está que as suas decisões carecerão de validade ou da força das coisas julgadas.

Se o art. 177 da Constituição atual — Disposições Transitórias — é válido, como aliás, não pode deixar de ser, então os magistrados que eram estáveis na época da sua promulgação, gozam também da vitaliciedade e assim não se comprehende que os mesmos sejam convocados esporadicamente, enquanto outros em iguais circunstâncias gozam de convocação permanente, ferindo desta maneira o princípio constitucional de igualdade de todos perante a Lei.

O interesse público está a exigir a solução de tão importante assunto, de vez que os auditores devem se familiarizar com as suas funções que não admitem improvisações, como acontece nas convocações periódicas e eventuais.

Além disso, se o Governo exige para o empregador particular a estabilidade dos seus empregados depois de 10 anos de trabalho, porque então aplicar critério diferente para seus servidores? No Brasil chegou-se a esse absurdo de se exigir do empregador o pagamento do décimo terceiro salário para os seus empregados e estabilidade dos mesmos após 10 anos, enquanto o poder público nega a seus servidores até as garantias constitucionais.

A solução definitiva, a nosso ver, para o caso, será transformar os cargos de substitutos em iniciais de carreira, sujeitando-se os seus titulares atuais que ainda não tenham estabilidade a concurso e reconhecendo-se aos estáveis os direitos que lhes são devidos e enunciados na atual Constituição, pois se a doutrina de Kelsen é válida, não tem fundamento circunscrever os direitos dos substitutos a um Decreto do período ditatorial que ficou superado com a Constituição de 1946, referendada pela Carta Magna vigente.

Também no que toca às instalações da Justiça Militar, a nosso ver, algo deverá ser feito. Um plano para ser executado gradativamente para as sedes das auditorias deve ser elaborado, à semelhança do que se vem fazendo para os Correios e Telégrafos.

A execução desse plano poderá ser feita em colaboração com o Ministério do Exército ou com o Ministério da Justiça, pois nesse caso seria mais econômico, visto que em condomínio, num só edifício poderiam funcionar com dependências próprias a Justiça Federal, Militar e até a Polícia Federal, quando fosse o caso.



O PREÇO DESTA REVISTA...

“A DEFESA NACIONAL” vem-se impondo, cada vez mais, à consideração, ao interesse, à simpatia dos nossos leitores — já dos militares (oficiais e sargentos), já agora de destacadas personalidades dos meios oficiais e culturais civis. Até no exterior, ao que sabemos, vem tendo bastante aceitação entre as Forças Armadas amigas.

Entretanto, o preço do exemplar (NCR\$ 0,50) há muito que está inalterado, em flagrante descompasso com a realidade. E isto porque a Diretoria, apesar das alterações, tem-se empenhado em agilentar enquanto possível. Agora, não é mais possível: a Revista tem de aumentar o seu preço, para torná-lo mais apropósito com o custo da edição (embora ainda inferior...).

Estamos certos de que tal necessidade, aliás imperiosa, será bem compreendida e apoiada por todos os nossos assinantes, leitores, amigos — que continuarão a honrar-nos com a sua preferência e a prestigiar-nos, como sempre.

A DIRETORIA

STATUS DO PROFESSOR MILITAR

Prof. José Denizard Macedo de Alcântara

Encontramos no Direito Administrativo dois institutos referentes ao pessoal do serviço público civil em sua passagem à inatividade: a "disponibilidade" chamada por vezes de "avulsão", e a "aposentadoria".

Na "disponibilidade", o servidor é afastado do serviço se, em virtude da sua estabilidade, não é possível a sua demissão. A hipótese ocorre quando o seu cargo é extinto por lei, ficando entretanto sujeito ao aproveitamento em cargo compatível, como preceitua o artigo 174 do Estatuto dos Funcionários Públicos, tratando-se assim de uma "inatividade condicional".

Na "aposentadoria", o titular do cargo civil é afastado cabalmente, não sobrevindo nenhuma hipótese normal que possa determinar o retorno à atividade funcional. É a inatividade definitiva.

Análoga é a situação do militar que passa à inatividade: desparamos na espécie com os institutos da "passagem à reserva" e da "reforma".

Na "passagem à reserva" sobrevive o vínculo funcional de continuar sujeito à mobilização, quando assim fôr do interesse público. Atingindo certos limites de idade, o militar na reserva é definitivamente transferido para a classe dos reformados.

A "passagem à reserva" assemelha-se, assim, à disponibilidade do serviço civil, tanto que, em alguns países, o termo "disponibilidade" é usado para indicar a mencionada classe de inativos.

A "reforma", esta desvincula em definitivo o titular da possibilidade de voltar a prestar serviços na atividade.

Nesse paralelismo, a diferença substancial reside no fato de que a disponibilidade é de aplicação excepcional ao servidor civil, sendo a aposentadoria o caminho comum para a inatividade.

Com o militar ocorre precisamente o inverso: a passagem à reserva é a saída normal para a inatividade, seguida da reforma posterior, ao atingir os limites de idade, sendo excepcional a passagem direta à categoria de reformado.

Seja, entretanto, qual fôr a hipótese — passagem à reserva ou reforma — o militar não é considerado em *atividade*, exceção claramente vista da transitória convocação ao serviço ativo para os que ainda permanecem na reserva.

* * *

As considerações até aqui desenvolvidas valem para situar a posição do militar em atividade que ingressa no magistério militar, em caráter efetivo.

O Decreto-lei n.º 103, de 23-12-1937, embora antiquado mas não revogado, ainda é o diploma fundamental do magistério do Exército. Dispõe assim em seu art. 3.º, § 1.º, que os oficiais nomeados em caráter efetivo (catedráticos e adjuntos de catedráticos) serão transferidos para a reserva, no posto imediato ao que tiverem na atividade por ocasião da nomeação e que a aceitação desta importa em renúncia definitiva ao serviço ativo do Exército, para o qual o oficial transferido para a reserva não mais poderá reverter.

Assegura ainda o art. 3.º, § 2.º, que os oficiais transferidos para o magistério terão acesso gradual até o posto de Coronel e pelo § 3.º garante a paridade de vencimentos com os oficiais de igual patente do Exército ativo. Finalmente, dispositivo oriundo de outra fonte legislativa determina a reforma com 35 anos de serviço.

A análise e hermenéutica desses dispositivos citados induzem à conclusão que os oficiais ingressos no magistério estão evidentemente submetidos a um regime jurídico *sui generis*, especial, dentro do qual cumpre ser feito o enfoque do seu *status*.

Já o primeiro considerando do Decreto-lei n.º 723, de 22 de setembro de 1938, dizia que a sua inatividade era "diferente da inatividade comum dos oficiais do Exército ou da Marinha".

Assim, por exemplo, a sua passagem à reserva não decorre da ultimação de determinado tempo de serviço, como é a hipótese normal, mas do atendimento às condições exigidas para o exercício do magistério. Igualmente, a concessão da reforma advém de implementos diferentes dos habitualmente exigidos para os outros militares.

Conservam na reserva o direito à promoção até o posto de Coronel e o mesmo nível de vencimentos com os de igual patente em atividade — privilégios esses que encontram sua ampla justificativa no fato de continuarem prestando serviços sob a forma da atividade didática — o que não ocorre com os demais classificados na reserva.

No que tange ao regime de sua remuneração o Decreto-lei n.º 103 e a legislação subsequente inovaram por completo a matéria, pois, anteriormente, a tradição legal era retirar dos oficiais transferidos em caráter efetivo para o magistério todos os proventos militares, exceto o sólido, dando-se-lhes em compensação "os mesmos direitos, garantias e vantagens que têm ou vierem a ter os lentes e substitutos dos institutos civis de ensino superior", como rezava o art. 11 da Lei n.º 2.290, de 13-12-1910.

Revogado este dispositivo, pelo art. 1.º do Decreto n.º 23.795, de 23-1-1934, o Decreto-lei n.º 103 reformulou a matéria, concedendo aos membros efetivos do magistério paridade de remuneração com os oficiais da ativa.

Em face da regra imperativa do art. 3.º, § 1.º, citado, nenhuma dúvida podemos levantar quanto ao fato de que os militares efetivados no magistério ficam classificados na reserva, seguindo-se que a

éles são aplicáveis todas as normas legais referentes aos inativos, exceto as que possam infringir dispositivos expressos do seu regime jurídico *sui generis*.

A orientação esboçada no sentido de considerá-los como estando em plena atividade militar, pelo fato de continuarem exercendo atividades de ensino em estabelecimentos militares, não colhe nem prospera, pois o exercício puro e simples do magistério não constitui função especificamente militar, tanto que a Lei n.º 2.290 mandava retribuir os encargos da docência com os vencimentos dos professores civis de nível superior.

A jurisprudência já o havia assim entendido, por ocasião do relatório do Ministro Nelson Hungria, no Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Rescisória n.º 403, em 4 de junho de 1956:

"A função de magistério militar não é propriamente tal, mas essencialmente civil, pois, de outro modo, seria incompreensível que pudesse, como pode, ser exercida por civis. Segundo o ensinamento de Pontes de Miranda... 'sempre que um civil pode exercer a função, tal função não é militar'."

A legislação, porém, já dirimiu expressamente a dúvida suscitada. O importante Decreto-lei n.º 200, de 25-2-1967, que estabeleceu as diretrizes da Reforma Administrativa, precisou nitidamente no art. 188, § 2.º, que "cargo militar é aquêle que, de conformidade com as disposições legais ou quadros de efetivos das Forças Armadas, só pode ser exercido por militar em serviço ativo", o que evidentemente não é o caso das funções docentes nos estabelecimentos militares de ensino, exercíveis por oficiais da reserva, reformados e civis.

* * *

Pertencentes à reserva e em inatividade militar, aos oficiais membros efetivos do magistério é aplicável o benefício previsto no artigo 94, § 6.º, combinado com o art. 97, § 3.º, da Constituição Federal em vigor, isto é, podem acumular os proventos militares com o exercício de mandato eletivo, cargo em comissão, ou contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

Este o nosso parecer, salvo melhor juízo.

NOTA DA REDAÇÃO — O Professor José Denizard Macedo de Alcântara é Bacharel em Ciências Contábeis e Doutor em Ciências Econômicas. Professor Catedrático de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará e Vice-Reitor para Assuntos Culturais da mesma Universidade. Professor de História do Brasil da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará e do Magistério do Exército. Sócio efetivo do Instituto do Ceará e da Sociedade Cearense de Geografia e História.

Vogal do Conselho Estadual de Cultura do Ceará, participou do 1.º Seminário de Ensino do Exército e em bancas examinadoras para catedrático nas Universidades Federais do Ceará e do Recife. Autor de vários ensaios sobre assuntos históricos, geográficos, sociológicos e educacionais. Autor de "A Problemática do Magistério do Exército" publicado em "A Defesa Nacional" de Set/Out 67.

Instituto dos Docentes Militares da Seção do Ceará — Fortaleza

GENEALOGIA DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

(UM ESBÔÇO DE PESQUISA E ESTUDO)

Cel. Inf. (QEMA)

LEONEL NEY MARTINS DA SILVA

A guerra tem sua gênese nas próprias origens da sociedade humana. Portanto, para compreendermos este fenômeno social, temos necessidade de pesquisarmos o problema da guerra nos comportamentos dos grupos primitivos e localizar as causas impulsionadoras das lutas entre aquêles grupos.

A resposta deve ser procurada não em especulações abstratas mas na natureza do homem e nas suas relações intergrupais, sua ética, sua moral.

Ora, "sabemos que não se pode compreender razoavelmente a natureza de uma pessoa observando-a apenas durante algumas horas e desconhecendo-se completamente seus antecedentes, não podemos, pelas mesmas razões, entender a natureza de um fenômeno sociológico apenas observando suas manifestações atuais ou de um passado recente". Necessário se torna, portanto, mergulharmos nossas sondas às raízes das coisas.

Assim sendo, "Herbert Spencer, após meio século de trabalho, em 1893 na sua obra "OS PRINCIPIOS DA ETICA" em que procurava descobrir um código que colocasse o comportamento humano (ética) em bases científicas, constatou que as coletividades humanas falavam duas linguagens diferentes, isto é, dois códigos de éticas diferentes.

A um denominou de "Código de Amizade" e, ao outro, "Código da Inimizade".

Sobre os mesmos escreveu:

"Tribos selvagens — sociedades civilizadas — têm tido, continuadamente, que levar a efeito uma autodefesa externa e uma cooperação interna — antagonismo externo e amizade interna. Como consequência, seus membros adquiriram dois conjuntos de sentimentos e idéias ajustadas a essas duas espécies de atividades."

"Uma vida de constante inimizade externa dá origem a um código onde são incalcadas a agressão, a conquista e a vingança, enquanto a atividade pacífica é condenada. Inversamente, uma vida de amizade interior, solidamente estabelecida, dá origem a um cód-

digão na qual são preconizadas as virtudes que conduzem à cooperação harmoniosa — à justiça, à honestidade, à veracidade, ao respeito ao direito dos outros.” (1)

“Como as éticas da inimizade e da amizade, que surgem em cada sociedade em resposta, respectivamente, a condições externas e internas têm que coexistir, o seu encontro dá lugar a um conjunto de sentimentos e idéias absolutamente contraditórios” chega-se, assim, a duas classes de deveres e virtudes, condenadas ou aceitas segundo padrões semelhantes, uma das quais (Código da Amizade) associa-se às concepções éticas enquanto que a outra (Código da Inimizade) não.” (1)

“O homem é, portanto, submetido a um duplo jogo de impulsos: os quais proporcionados pela natureza, que lhe são inatos e tornam-se instintivos, e os adquiridos em consequência da pressão do meio social em que vive.”

Para que a tribo possa sobreviver, o homem que dela faz parte deve estar disposto a sacrificar-se no combate e, para que possa manter a coesão, ele deve submeter-se a seus tabus. Assinala-se que as relações entre tribos caracterizavam-se pelo isolamento, a suspeita e a hostilidade.

Dentro da tribo, porém, o interesse comum oposto aos das outras tribos obriga seus membros, como autopreservação, a se unirem. Surge desse modo, uma diferença entre determinada tribo — o grupo interno — e as outras tribos — o grupo externo — qual seja a de que entre os membros do primeiro grupo a paz e a cooperação são essenciais e que seus sentimentos inatos para com os estrangeiros se caracterizam pelo ódio e a hostilidade. Estas duas relações são correlativas e, para reforçar seus argumentos (Maurice R. Davie em “The Evolution of War”), faz a seguinte citação do livro *Folkways*, de W. G. Sumner:

“As necessidades da guerra com os estrangeiros são os fatores que determinaram a paz interna, para que discórdias intestinas não enfraqueçam o grupo interno para a guerra. Tais exigências determinaram também, o governo e a lei do grupo interno, a fim de evitar as disputas e impor a disciplina. Dessa modo, a guerra e paz reagiram uma contra a outra e desenvolveram-se mutuamente, uma dentro do grupo e a outra nas relações entre os grupos.”

Quanto mais coesas (internamente) as nações mais poderosas são, mais intensas as atividades da guerra e, portanto, mais fortes são a organização interna e a disciplina em cada uma delas.

(1) *Essays on Human Evolution* — Sir Arthur Keith — 1946.

CONCLUSÃO

Conclui-se, assim, que havia duas espécies de moral — de **mores** — uma para o grupo interno e outra para o grupo externo, ambas emanando dos mesmos interesses. Contra estrangeiros era meritório matar, pilhar, praticar vinganças sangrentas e roubar mulheres... enquanto que, para o grupo interno, era válido o oposto.

Este díplice padrão de moralidade (interna e externa) com certa tolerância, chegou até nossos dias e reflete a consciência social e política de nossa sociedade.

A força de coesão interna faz surgir a exacerbção dos sentimentos patrióticos, que por sua vez radicalizam-se em nacionalismos, isolacionismo e finalmente, depois de um período de gestação, em hostilidade declarada a nações vizinhas ou já a esta altura a nações política ou econômica antagônicas. Então toda esta energia condensada da coesão interna, tende a distender-se, transformando-se em agressão contra a nação-alvo antagônica considerada. Surge, assim, a **GUERRA EXTERNA**.

E como explicar a guerra interna, ou seja, a atual Guerra Revolucionária?

O fenômeno da **GUERRA REVOLUCIONÁRIA** é o mesmo fenômeno da **GUERRA EXTERNA**, apenas que os marxistas-leninistas transformam a guerra externa em termos de revolução interna.

Para isto, procuram fazer a conscientização do povo, de que o inimigo não é a tribo vizinha (isto é nação vizinha), mas sim, de acordo com Marx, o inimigo é a classe que opõe, a classe dominante, portanto toda aquela energia concentrada da coesão interna é dirigida não contra a nação vizinha ou antagônica (o que seria uma guerra de agressão segundo os marxistas) e sim contra a classe privilegiada e opressora "guerra de libertação". Para isso, contam com o apoio de todos os Partidos Comunistas Nacionais, os quais se declaram identificados com as classes chamadas oprimidas dos demais países.

Dai a compreensão internacional do slogan adotado pelo "Pravda" — "Trabalhadores de todo mundo — uni-vos".

Assim, a Guerra Revolucionária utiliza as mesmas energias motivadoras da Guerra Externa, apenas que o antagonismo-alvo não é o externo, mas um antagonismo interno e fundamentado nas contradições internas da Democracia Capitalista.

Dêsse modo, na **GUERRA REVOLUCIONÁRIA**, uma minoria inconformada respaldada pelos princípios que regem a moral externa do grupo social considerado, se lança, reforçada pelo apoio das demais minorias internacionais identificadas pelo mesmo inconformismo, contra o governo constituído de uma Nação e contra o seu **status quo** político, econômico e social, procurando quebrar a coesão interna e, em consequência, modificar os padrões interno-externos da sociedade vigente, para implantar uma nova sociedade.

ESSA SELEÇÃO POR CONCURSO...

PIERRE CHARRASSE

Revue de Défense Nationale

Trad. do Ten-Cel Rubens Mário Jobim

"Elogiamos um cavalo por ser vigoroso e destro, e não por causa de seus arreios... Por que, ao avaliar um homem, o avalias todo embrulhado e empacotado? É o preço da espada que buscas, não o da bainha. Que alma tem? Será bela, capaz e provida com a felicidade de todas as suas peças?... É isto que é preciso saber."

MONTAIGNE (Ensaios I. XLII)

*Da desigualdade que entre
nós existe*

Na França, em todas as disciplinas, a seleção é feita por concurso, consagração de todo êxito escolar. Um programa é estabelecido para o ingresso ou diplomação por uma escola, grande ou pequena, que permite classificar os candidatos por ordem de mérito, isto é, separar o joio do trigo. Que pensar do método? Correspondará ao que se espera dele?

Desconhecido até o Século das Luzes, parece que foi introduzido pela primeira vez no ensino por Frederico II, em 1765, sob a forma de uma espécie de certificado de estudos. Na França, Napoleão impôs aos estudios, a partir de 1808, um sistema rigoroso de diplomas inteiramente hierarquizados.

Louis Armand responsabiliza por ele os Jesuítas, que o teriam trazido da China. "Os americanos levam em conta os dólares, os ingleses o nascimento, os franceses os concursos. E nossos concursos são feitos seguindo método chinês das "cotações": notas de 0 a 20 ou de 0 a 10. O mais curioso — conclui ele — é que nós, franceses, continuamos chineses e mandarins, enquanto que os chineses não o são mais.

Estamos certos de que os critérios adotados pelas bancas examinadoras permitirão descartar os incapazes, os insuficientes, os inadaptables, e conservar os melhores do tropel de postulantes que se comprime à porta? Sobre que condições o examinador julgou?

Para apreciar o valor de um sistema, é conveniente verificar os seus resultados. Pelo fruto saber-se-á o que vale a árvore. Conseguiremos referir os candidatos verdadeiramente aptos à situação que disputam? Haverá, ao contrário, uma flagrante inconsequência sistemática na seleção dos eleitos?

Alguns exemplos ajudarão acender nossa lanterna.

Saindo de Brienne, o aluno Bonaparte revelou-se pouco brilhante. Ele próprio reconheceu a deficiência de seus estudos. "Puseram-me logo em seguida na classe de artilheiro (ele pretendia ser marinheiro). Fui admitido em penúltimo lugar" (1).

Bonaparte descartado da carreira militar? O destino tido em pouca conta por uma nota escolar eliminatória.

Faltaram poucos pontos, igualmente, para que o Almirante Boué de Lapeyrère, que honrou a marinha, ficasse afastado dela: foi admitido em último lugar, no Borda.

Pierre Gaxotte cita o caso de Renoir, trabalhando bem jovem com Monet e Manet sobre o mesmo modelo. Monet julgava-o extraviado na pintura. "A caridade mandaria que se o desencorajasse, suspirava o mestre, ele jamais chegará a alguma coisa."

"Numa sociedade minuciosamente organizada, uma comissão de exame presidida por Manet (que presidente!) teria reprovado o candidato Renoir, tirado seus pincéis e paleta, e o mandado para o notariado ou a limonada."

O próprio Degas obtinha notas mediocres em desenho, em sua classe. Sómente um prêmio de consolação impediu-o de desesperar de uma vocação contrariada por seus professores.

Não seria lisonjeiro para os examinadores comparar a classificação de entrada ou mesmo de saída das escolas à situação na carreira e, mais geralmente, ao sucesso na vida. A ausência demasiado frequente de correlação, que ali se evidencia, e que os anos acentuam, dá o que pensar sobre o valor dos rótulos iniciais e sobre a autoridade do critério "concurso".

"Com 18 anos, Henri Beyle perguntava-se se seria Turenne ou Molière. Foi oficial de dragões, mas com uma tal fantasia, que o ofício das armas depressa lhe pareceu um caminho falso. Depois de refletir, decidiu-se por Molière, porque tinha desejo de viver com as atrizes." Finalmente, foi Stendhal, belo exemplo — raríssimo — de uma carreira abortada que termina em beleza sobre outros caminhos. Quantos equívocos de juventude, encorajados por um júri cego, não conseguiram transformar-se assim com tanta felicidade em sucesso!

(1) "Monsieur de Bonaparte". Georges Roux (Fayard)

A proporção de erros de orientação na estréia da vida, decorrentes de um sucesso escolar, é absolutamente proibitiva. As verdadeiras vocações, desencorajadas por um fracasso escolar, são legião. Se é grave descartar o candidato de mérito não reconhecido, ainda o é mais receber aquêle que se desencaminha. A amargura de uma carreira errada será o seu quinhão. O êrro dos primeiros juízes pesará grandemente sobre ele e sobre os que confiavam poder dar-lhe um crédito de confiança.

Jean Rostand levantou-se vigorosamente contra estas instigações destruídas e denunciou-lhes as causas.

"Não é exagero dizer que, em nossos dias, o sucesso escolar é assegurado principalmente pela aptidão para as matérias ou pela facilidade de expressão. O problema ou a dissertação franceses... Os algarismos e as palavras... O quadro-negro ou a página em branco... Dito de outro modo, símbolo de abstrações. E todo o resto? O concreto, o real, o vivo? Contará isto, pois, tão pouco? Não gostaria de fazer aqui demasiadamente bela a parte daqueles que se chamam os "refugos", mas me permite pensar que, entre aquêles que, aos 16 anos, são incapazes de resolver um problema de álgebra ou inábeis para dissertar sobre Voltaire ou Corneille, poderão encontrar-se excelentes espíritos que, servidos por mãos hábeis, seriam bons naturalistas ou biólogos. De mais a mais, o preconceito acredita que o instrumento matemático é indispensável àquele que deseja se engajar nos caminhos da ciência. E, no entanto..."

"De Charles Darwin, por exemplo, seu amigo Herbert escrevia: Não tinha nenhuma inclinação natural para as matemáticas, e abandonou-as antes de ter vencido as primeiras dificuldades da álgebra e após uma querela particular com as raízes imaginárias e o teorema dos binômios."

"Quanto a Alfred Russel — outro grande naturalista, que propôs, ao mesmo tempo que Darwin, a teoria da seleção natural —, confia-nos ele próprio, que jamais pôde compreender o princípio do cálculo diferencial e que se perdeu nesse "labirinto sem fim" que era, para ele, o cálculo integral."

A opinião inglesa sobre esta questão essencial não deixa de ter sabedoria, quando se sabe a pouca importância dada lá aos concursos, no recrutamento das elites.

Aproveitando-se do debate sobre a reforma escolar britânica, aberto na Câmara dos Lordes, na primavera de 1960, um dos membros daquela augusta Assembléia, o visconde Esher, sentindo avolumar-se a ameaça de uma valorização excessiva dos concursos, lançou-se a uma vibrante apologia do "refugo", cujo melhor exemplo conhecido, segundo ele, foi dado por Sir Winston Churchill: "Foi nosso mestre, o grande mestre de todos os "refugos", e isto prova suficientemente, pense-o, que não se deve maltratar, atormentar, perseguir e abater o "refugo", como se faz em nossos dias."

Em apoio de sua tese, Lord Esher lembrou que o poeta e autor dramático William Butler Yeats não podia aprender a ler e que Darwin, já citado, fazia o desespero de seus pais e que Maurice Paring viu barrado seu acesso ao Foreign Office, porque não sabia fazer divisões.

Após a Primeira Guerra Mundial, o general Debeneys chamou a atenção, com raro vigor, para o escândalo da inteligência pura e da instrução, denunciando-lhes o privilégio abusivo, mais nefasto ainda, sem dúvida, que o do favoritismo, do nascimento ou da riqueza. Havia sofrido, particularmente, em seus comendos os crimes do "mandarinato". O fogo, as crises da guerra, encarregaram-se de fazer cair a máscara, de "desempacotar" o homem dos pergaminhos, sob a capa dos quais pudera esconder seu verdadeiro valor.

Protegidos por esse privilégio da educação, e até o dia da prova decisiva, quando a realidade brutal zomba dos "pele de asno", muitos acreditaram poder dispensar-se de algumas disposições de temperamento ou de qualidades morais essenciais à sua posição. O equilíbrio, desde há muito rompido entre a educação e o caráter, revelou-se repentinamente aos olhos dos menos advertidos. Não é preciso mais que citar a hecatombe dos chefes militares dispensados após a batalha das fronteiras, em 1914.

Joffre, passando à disposição de Galliéni, governador da região de Paris, o general de Lanrezac, dispensado de seu comando, julgava sem rebuços aquél que não se revelara, na hora decisiva, o Chefe que se esperava. "Seu espírito, notavelmente claro, que tira as conclusões necessárias na ação. É um notável professor, que não corresponde, em tempo de guerra, às esperanças que se tinha nêle... Fareis dêle o que quiserdes: era um perigo para o seu exército."

E, referindo-se claramente a estas trágicas desilusões, o general Debeneys acentuava: "O começo intelectual de um jovem segue-o toda a vida, não como uma estimativa de valor... mas como uma etiquéta definitiva. O mérito do candidato tem por critério primordial os diplomas oficiais... Sob esse regime anêmico, nossos filhos continuarão a suportar a prova de um ensino que se propõe a lançar na vida não jovens, mas velhos "escolares".

E se jovens desprovidos de diplomas conseguem, nos campos de ação, demonstrar um valor excepcional, sua consagração só é aceita quando procuram, por acréscimo, a "pele de asno". Poder-se-á pensar que ela nada adicionará de substancial às qualidades que revelaram.

Ver-se-á, assim, cada manhã, tais alunos de uma escola militar, veteranos dos arrozais de Tonquim ou dos dejebels da Argélia, desfilar pela rua que leva ao Liceu próximo, para aí seguir ou reaprender o currículo ginásial, considerado indispensável para a promoção dos im-petrantes, que voltarão a se bater com chefes felás iletrados, formados na única escola da insurreição.

Este processo da seleção por concurso escolar, freqüentemente foi aberto, mas sem que aparecesse um julgamento, condenando-o. Continua-se a achar perfeitamente normal, senão inevitável, que um candidato superiormente dotado de autoridade, de gestos pelas responsabilidades e pelo risco, seja, por exemplo, barrado no concurso de admissão, a uma escola militar, por provas meramente intelectuais. Um mau cálculo trigonométrico, um problema mal resolvido de geometria, um erro de sinal, poderão ser suficientes para eliminar aquêle que teria honrado uma carreira de comando.

Sob o título "Abordagem e Matemática", o Almirante Lepotier, a propósito de um drama do mar cujo responsável apenas acabava de sair da Escola Naval, propõe a questão: "De quem a falta? Hoje em dia, desde que um rapaz manifesta certa inclinação para a Marinha militar, depressa é encerrado dentro de uma caixa designada "Frota". Singular designação, onde se trata de tudo, menos da Frota e do que se passa em cima."

Estranha seleção, sobretudo, que pretende passar no crivo os candidatos, dos quais apenas se sabe que recitam com fortuna desigual.

Se, aliás, fosse admitido, por mera hipótese gratuita, que as notas escolares refletem com fidelidade o valor do candidato, seria suficiente lembrar, para apontar sua vacuidade, que a mesma composição não é cotada da mesma maneira por todos os examinadores. Como, então, guardar a menor ilusão sobre o mérito dessas notas?

"Com 6 examinadores ginasiais, corrigindo a mesma prova, as estatísticas puseram em evidência, em 100 provas, divergências que variavam de 8 a 9 pontos, em 20, em inglês, matemática e física; 12 a 13 pontos, em 20, em versão italiana, filosofia e composição francesa. A boa-fé dos examinadores não é posta em dúvida, mas a maneira de compreender o assunto, o próprio humor... Dito de outro modo, nestas condições, o exame substitui o lance da sorte." (Y. Dompierre Science et Vie, junho 63).

É certo, e deplorável, que os programas para admissão e diplomação das Grandes Escolas, e muito especialmente das Escolas militares, correspondem muito vagamente às condições desejadas.

O Marechal Juim assinalou-o enérgicamente: "Assiste-se atualmente ao advento de um materialismo com pretensão científica, que visa colocar a guerra em fórmulas e a fazer do oficial um técnico, um contramestre de qualidade, responsável por uma usina de um gênero particular. Não parece que esta maneira de conceber o papel do oficial seja de natureza a lhe dar o lugar a que tem direito dentro da nação. Não que o saber seja supérfluo, mas porque as qualidades exigidas do chefe militar sejam de uma essência diferente das do sábio: eterna querela entre o padre e o guerreiro. Este último deve, com efeito, sem perder de vista a missão a cumprir, estar apto a analisar, a todo instante, os dados do problema... e a regir conforme seus meios. Ora, os meios do chefe, por mais impor-

tante que, num exército moderno, seja a parte do material, contabilizam-se sempre em vidas humanas. E em termos de vida que as questões são pesadas: na balança, os corações pesam mais do que o armamento e não há maneira de enviá-los, como éste, à oficina de reparação."

Essa deficiência dos programas escolares traduzirá uma impossibilidade de descobrir em tempo, como para os pintores de gênio ou para os condutores de povos, a massa predestinada?

"Será que a alma é ainda um assunto demasiado nobre para as fracas luzes do homem" (Pascal), e será preciso aceitar descobri-la só depois da ação, por síntese ou dedução tardias, quando a hora já passou? Conhecer-se bem já é difícil. Pretender conhecer os outros por um exame essencialmente livreresco, científico ou literário é excessiva presunção. Estará ela fora de nosso alcance? Muitos o asseguram, num tom de desengano:

"A entrada da vida, não sabemos em que seremos bons. Os outros não o sabem melhor do que nós." (P. Gaxotte).

A velha "marinha de madeira" não acreditava na virtude da seleção "a priori" nos testes de erudição. O futuro almirante Hamelin, com 10 anos, navegava na fragata "La Vénus". Com 14, tinha-se impôsto à admiração de todos, durante o combate naval de Grand-Port. "O que não o impidiu, semcola em matemática, de ser promovido a aspirante e mais tarde revelar-se grande Almirante-de-Esquadra, diplomata, Ministro da Marinha e, por fim... membro do Conselho de Aperfeiçoamento da Escola Politécnica."

"Jurien de la Gravière (2), Duperré, Charnier e muitos outros desde então, tiveram a mesma formação... Em nossos dias, se um semelhante marinheiro não exibe, no inicio da carreira, um diplomata atestando que seu cérebro suportou todas as trituras da "comitiva do bando escolar", será imediatamente considerado como um suspeito cultural: um primário, um incompleto, ou um não conformista." (Almirante Lepotier).

Esta formação, tão rica em frutos excepcionais, a velha marinha recebeu-a de herança da Ordem de Malta, Escola Naval internacional, onde os "caravanistas" embarcavam frequentemente com 12 ou 13 anos, nas Galeras da Religião, perante os corsários ou piratas bárbaros. Suffren, Tourville, Grasse não tiveram outra formação.

Pode-se objetar que os barcos não são mais de madeira, e que mais parecem uma oficina flutuante... ou submarina. Esquece-se, porém, que o navio não poderá se subtrair, por si, aos assaltos do mar e do inimigo, e que suas máquinas, por mais possantes, estarão à mercê de um golpe infeliz, que porá à prova o caráter do comandante, mais que sua ciência?

(2) O Almirante Jurien de la Gravière assegurava que Villeneuve, o vencido de Trafalgar, sobrepujava esplendidamente Nelson em versão latina.

Em nossos dias ainda, por admissão aos 13 anos no Colégio Naval de Dartmouth, sem exame, por recomendação dos Condados, o futuro oficial da Royal Navy é provado cada ano. As vocações vacilantes, as vontades mal temperadas, eliminam-se por si próprias, antes da idade em que o erro torna-se sem remédio.

Este processo de eliminação, de seleção "a posteriori", cujos resultados benéficos não são contestáveis, surge com especial destaque nos países anglo-saxões, que desconfiam da inteligência demasiado brilhante, da memória excessivamente fiel que repete muito bem a lição e causa impressão nas atuações escolares.

Ford dizia, falando do recrutamento de seu pessoal: "Não levamos em nenhuma consideração os antecedentes. Quer venha da prisão de Sing-Sing ou da Universidade de Harvard, receber-se-á o postulante com igual boa vontade, sem mesmo lhe perguntar de qual dessas instituições traz o diploma." Começará, aliás, dos degraus inferiores da escada, como o grumete Hamelin.

Descobre-se a nostalgie desse processo abandonado entre nós, num estudo do Comandante Mariaux (Revue Maritime, julho de 1959), em que propunha fôssem admitidos, na Escola Naval, candidatos excedentes, sob a condição de uma porcentagem ser eliminada, no final da formação. A sugestão ia demasiado contra a corrente das idéias aceitas e reconhecidas, para ser sustentada.

Não é muito grave enganar-se aos 14 anos. É muito mais, com 18 ou 20, ver-se eliminado do Borda, por ter ignorado a existência das galáxias ou desconhecer a teoria do cérvo-voador, cuja importância, para o resto da carreira, ainda não foi demonstrada.

O antigo método de seleção retomava, à escala individual, o processo da lenta evolução do homem, elevando-se, progressivamente, da vida primitiva às especulações da ciência pura. O espírito amadurecia; as tendências, as qualidades, os gostos fortaleciam-se, ao contato das contingências práticas, e, mais tarde, as especulações da inteligência, melhor comparadas, abriam a carreira àqueles que se tinha como certo não percorrerem caminho falso. Perdoava-se, então, os ignorantes da galáxia, que, por seu comportamento anterior, tivessem revelado ter o estôfo de que são feitos os chefes.

Que contraste com o sistema atual, onde se sobe muito cedo aos mais elevados cumes teóricos, apartados da realidade, onde só a inteligência e a memória intervêm. Tudo isso para descer, tão logo abandonada a Escola, à aprendizagem dos gestos concretos elementares, às lições das coisas práticas, ao b, a, ba.

A antiga seleção progressiva, fruto de um longo comércio com as realidades do ofício, era, sem nenhuma dúvida, fecunda e segura. Precisava-se ali uma longa paciência, uma concepção dos séres e das coisas que não temos mais. Queremos, ou pretendemos, ir ao fim sem rodeios, fora dos percursos comprovados. Guardadas as proporções, substituimos

o Circuito da França do Aprendiz pela Formação profissional acelerada. Insurgimo-nos contra a lentidão das germinações, dos cruzamentos: os prazos da maturação parecem-nos excessivos. Sonhamos com plantas e frutos que cresçam a olhos vistos, como os dos magos orientais.

Se não seguimos os anglo-saxões, mais conservadores, mais fiéis às tradições, falta-nos, entretanto, muito para que nosso modo de recrutamento das elites nos satisfaça. Se nos recusamos a mudá-lo, selecionando por uma prova morosa ao sair da adolescência, pelo menos torna-se essencial perder o respeito pelo sacrossanto concurso intelectual puro, apartado de toda significação humana. Sabemos quanto nos custa o considerá-lo de outro modo que não um simples parâmetro entre outros mais importantes. Seu peso variará conforme a carreira considerada, sem ser preponderante na balança onde se avaliam os verdadeiros valores.

Fazer tudo depender dessa prova tabu, conduziu-nos a este estado de desvirilização dos quadros, seja qual for a categoria a que pertençam. Pôde-se falar na República dos Professores: poder-se-ia melhor ainda chamar nosso país o dos bons alunos.

Mas então, dir-se-á, como esperar descobrir de improviso a verdadeira natureza daquele que se esconde atrás do biombo de suas respostas escolares? Não iremos cair de um mal noutro, e renunciar ao privilégio exclusivo da instrução, para adotar uma nova escala-padrão que todos esperam, sem nela muito acreditar?

Que avaliador de alma chamareis, que resolverá o enigma e poderá dizer de um candidato brilhante ao quadro-negro: "Não confieis nêle. Não o recebei. A esse falso brilho que vos deslumbra, preferi aquêle candidato acolá, mais deslustrado, mas cujo metal resistirá às provas do futuro."

Será possível penetrar sem feitiçaria na intimidade desse domínio misterioso, por detrás dessa fachada de teoremas e de arrazoamentos abstratos impecáveis?

Desde logo, esta análise de temperamentos e de caracteres, esta dissecação das faculdades mentais embaraça e desconcerta pela sua extrema complexidade.

Evidentemente, convém saber antes de tudo o que se exigirá do homem em seu ofício, o que se tem direito de esperar de sua vida profissional, em todas as circunstâncias. O examinador deverá guardar imperativamente no espírito o que se convencionou chamar o "perfil específico" de tal carreira, a monografia, o inventário das qualidades indispensáveis e dos defeitos reditórios. Este "retrato profissional" varia sensivelmente, conforme se trate de um químico, de um agrônomo, de um músico, de um naturalista, de um diplomata, de um tabelião ou de um oficial.

Haverá, aliás, para um mesmo ofício muitas variantes, que prognosticam a riqueza de virtualidades de tal vocação. Mas dela sairá um ar de família, um feixe de qualidades comuns, análogo ao que os geômetras

chamam uma curva envolvente. Certas disposições morais ou de caráter serão, sem dúvida, comuns a muitas profissões, mas o que parecerá indispensável ao militar, poderá ser desnecessário ao engenheiro de gabinete, contra-indicado, talvez, ao homem de negócios ou ao ator dramático. A solidez dos nervos, a rapidez em tomar decisão em combate, exigível do general ou do comandante da linha de fogo, serão desnecessárias para quem estiver à frente de uma manufatura de charutos, de um laboratório de análises ou de um centro de radiologia.

Lógicamente, dever-se-ia encontrar nos concursos das Grandes Escolas, em particular nas mais especializadas, o reflexo fiel desse leque de qualidades requeridas, desse prisma de atividades de contingências tão variadas.

Nada disso. Os programas de admissão apresentam entre si, e cada vez mais, uma semelhança, senão uma identidade inquietante. As provas estabelecidas à entrada das Grandes Escolas estão tão próximas, que os mesmos candidatos se apresentam, sucessivamente, no mesmo ano, para vários concursos e se decidem, por fim, em função das vantagens vislumbradas na carreira. Como se um aparente sucesso escolar pudesse consagrar uma vocação hesitante, insuspeitada ou espontânea, e fazer do candidato, com boas notas, um engenheiro de minas, um agrônomo, um oficial ou um tabelião, indiferentemente. A Escola Politécnica, cujo nome quer, eloquientemente, acentuar esta polivalência, aspira a abrir todas as carreiras pelos resultados de provas uniformes, geradoras de um universo *dignus intrare*.

E ainda o mais grave é que as provas de concurso limitam-se a apelar para as faculdades de raciocínio, para a inteligência pura, para a memória dos candidatos. Deveremos renunciar a "desempacotar" o aluno, a descobrir o "tutano substantivo" que ele dissimula para o júri e, ai de mim!, freqüentemente a si próprio, sob a ilusão dos pergaminhos?

Com essa descoberta de nossos semelhantes e de nós mesmos, com essa ciência suprema da alma, que sentimos dever sobrepor-se a todos os conhecimentos puramente técnicos ou simplesmente livrescos, as bancas de exame e os Conselhos das Grandes Escolas decidiram deliberadamente não se preocupar em absoluto. De modo que, cada ano, a juventude que entra na vida continua a ser selecionada e orientada por normas escolares, sem que nada, nem ninguém tente rasgar o véu.

As críticas de aíarma certamente não faltaram. Há um quarto de século já, depois de diversas outras Cassandras, Carrel ergueu-se contra a lentidão do progresso do conhecimento do ser humano, em comparação com a esplêndida ascensão da física, da astronomia, da química e da mecânica.

"É preciso observar claramente que a ciência do homem é, de todas as ciências, a que apresenta maiores dificuldades... Os que estudam os fenômenos da vida acham-se como perdidos numa selva inextrincável, no meio de uma floresta mágica, cujas árvores inumeráveis mudariam sem cessar de lugar e de forma... O homem deveria ser a medida de

tudo. Com efeito, ele é um estrangeiro no mundo que criou. O enorme avanço das ciências das coisas inanimadas sobre as dos seres vivos é, pois, um dos fatos mais trágicos da história da humanidade.

"É evidente não ser nenhum sábio capaz, sózinho, de dominar as técnicas necessárias ao estudo de um só problema humano. Assim, o progresso do conhecimento de nós mesmos exige especialistas variados... Mas a própria superioridade de um especialista torna-o muito perigoso. Certamente os especialistas são necessários... Mas a aplicação ao homem do resultado de seus esforços pede a síntese preliminar dos dados esparsos da análise... Reclama o esforço, não de um grupo, mas de um homem... Ninguém coordena as noções adquiridas, e nem considera o ser humano em seu conjunto. Possuímos muitos trabalhos científicos, mas muito pouco de verdadeiros sábios... Sómente homens excepcionais são capazes de adquirir um conhecimento aproveitável de diversas ciências ao mesmo tempo. Desde que tais homens existam..."

Os cabos de guerra ou os capitães de indústria que pudessem descobrir e consultar tais sábios, gozariam da inestimável vantagem de conhecer fisionomias e almas descobertas, os seus mais eminentes colaboradores. Cita-se, entre outros, Joffre e Foch, que, durante a Grande Guerra, só faziam sua escolha depois de terem recebido o "perfil" dos candidatos. A correspondência trocada entre tal homem excepcional e nossos gerais não deixa dúvida alguma sobre o crédito que eles lhe davam. É evidente que Weygand foi escolhido nessas condições.

A dificuldade do problema não deveria ser razão suficiente para rejeitar sua resolução. Renunciaremos fazer um inventário completo da individualidade psicológica e do caráter, e medir seus elementos? Ignoraremos sempre, ao escolhê-los, de que maneira um homem difere de um outro, quais são suas características essenciais ou suas potencialidades? Pais e educadores partilharão esta ignorância diante do adolescente, que procuram, de preferência, estandardizar? Não importa quem, num teste escolar cuidadosamente decorado e recitado sem erro, vá poder fazer não importa o quê? Os examinadores farão apenas um exame superficial, olhando-o de seu prisma? (3)

"Entre um indivíduo e seu grupo social, deveria existir a mesma relação que entre uma fechadura e sua chave". Vai-se continuar a forçar a entrada com chaves falsas?

A escassez de sábios capazes dessa síntese das ciências humanas pôde permitir, certamente, a alguns especialistas, a alguns pesquisadores, inex-

(3) Nos termos de um decreto de 9-Mar-60, os reitores das Faculdades foram autorizados a substituir as provas orais do P.C.B. por provas escritas, com os mesmos coeficientes. Para justificar essa medida, declarou-se que o crescente número de candidatos prolongava para três semanas o período de exames, em Paris, o que não podia ser aceito. A inadequabilidade de nosso ensino e de nosso processo de concurso, às exigências de nosso tempo, é cada dia mais evidente.

perientes na maioria, lançar dúvida sobre o valor dos métodos a promover. "Confia-se em receitas simples, que não requeiram nenhum material especial, e utilizável pelo primeiro que aparece... Vulgarizações e tentativas desajeitadas arruinaram essa ciência nascente, no espírito de grande número..."

Deixar-se-á de tratar da Ciência das Ciências, duma síntese dos conhecimentos sobre o homem, acessível a poucos sábios? Vai-se vituperar as deficiências do enfermeiro ou do curandeiro, se não se quis recorrer ao prático confirmado? E censurar a extensão dos estudos médicos, para preferir o charlatão ao cirurgião?

Continuar, deliberadamente, ignorando o fator humano na seleção das elites, pelo atual processo, é claramente desconcertante e imperdoável, neste fim de século, que singulariza, aos nossos olhos, a falta de caráter em demasiados escalões do comando. Iremos deixar só aos intelectuais puros o papel de juizes e de cérebros às portas da Cidadela de Amanhã?

A inadaptação social, penosa para o indivíduo, onerosa para a coletividade, é devida, essencialmente, a uma má determinação inicial das virtudes mentais e de caráter dos candidatos, perdidos nos becos sem saída, onde escoucearão toda a vida. Por não estarem em seus lugares, têm todas as possibilidades de comprometerem o sucesso da empresa, da obra, da política, de que seriam o elemento determinante.

"Os indivíduos devem subir ou descer ao nível que os destina a contextura de seus tecidos e de sua alma. É preciso facilitar a ascensão dos que têm melhores órgãos e o melhor espírito."

Para restabelecer o equilíbrio rompido entre o valor intelectual e a potencialidade de caráter, psicológico e patológico do homem, considerados como elementos indissolúveis da personalidade, é conveniente dar a tudo o que não é verniz superficial, o lugar que lhe era reconhecido outrora: o primeiro.

Os princípios que presidem em nossos dias a orientação e a seleção de nossos filhos, devem ser combatidos com a mesma determinação obstinada que levou a Enciclopédia a abater o Antigo Regime. Mas é preciso contar com a selvagem resistência — ou a força da inércia — dos defensores dessa Bastilha. Sua determinação é muito superior à dos nossos últimos reis.

A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão!

CENTENÁRIO DA CONSTRUÇÃO DA «ESTRADA MILITAR DO GRAO-CHACO»

(OUT 1868 — OUT 1968)

**Ten-Cel Eng (QEMA)
DARINO CASTRO REBELO**

“O plano de flanquear o inimigo pela sua direita e sair-lhe à retaguarda, arrostando as dificuldades do Chaco, foi só do imortal Caxias”

Mar Bormann

I — INTRODUÇÃO

1. Desde o desembarque em território inimigo a 16 de abril de 1866, após a ocupação da Ilha de Redenção em que perdeu a vida Vilagran Cabrita, a Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai prosseguia com altos e baixos. Os paraguaios se defendiam bravamente tirando partido da configuração topográfica da região.

2. Primeiramente os Aliados tentaram o investimento de Humaitá, distante cerca de 22 km do Passo da Pátria, ao longo da margem esquerda do rio Paraguai, com os combates de Curuzu e Curupaiti. Depois, já com a presença de Caxias no Teatro de Operações, foi concebida a manobra de desbordamento pelo flanco direito, guardando a posição de Tuiuti como base de apoio logístico.

3. Sómente a 25 Jul 68 caiu a fortaleza de Humaitá. Cortadas as correntes que bloqueavam o rio Paraguai, a via de acesso para o Norte ficou aberta aos navios da nossa Esquadra. Mas o terreno, difícil e desconhecido por falta de cartas da região, continuaria a ser disputado palmo a palmo ao valoroso inimigo.

4. Após a vitória de Humaitá, Caxias deslocou a base de apoio logístico para aquela região, pelo seu valor como terminal fluvial, de fácil acesso à Esquadra e aos navios mercantes. Assim, os suprimentos procedentes dos diferentes pontos da Zona do Interior passaram a chegar mais facilmente à Zona de Combate. A região também se prestava ao reagrupamento das forças, antes de prosseguir nas operações para a conquista do objetivo principal — Assunção.

5. O inimigo, desalojado de Humaitá, se organizou defensivamente no corte do rio Tebicuari. Ao ser atacado e notando que o rio Piquiciri oferecia melhores condições a uma defensiva mais eficiente, já que poderia contar com o obstáculo da Lagoa Ipoá no seu flanco esquerdo, deixou a 26 de agosto a posição do Tebicuari.

6. A 24 de setembro, Caxias chegou a Palmas, ao Sul do Piquiciri. Depois de uma série de reconhecimentos, de estudar o terreno e bem avaliar a situação do inimigo, Caxias admitiu as seguintes linhas de ação para o prosseguimento das operações: utilizar o rio Paraguai, empregando a Esquadra no esforço principal; contornar a posição do Piquiciri pelo seu lado esquerdo; desbordar a posição inimiga pela margem direita do rio Paraguai. A primeira linha de ação era quase impossível, pois exigia a passagem diante da região fortificada de Angostura, expondo nossos navios a pesadas perdas; a segunda, impunha um desbordamento muito amplo para contornar a lagoa Ipoá, além de condicionar o prosseguimento das operações por terrenos extremamente alagados e tornar precário o apoio da Esquadra; a última, embora igualmente difícil de ser executada, levava nítida vantagem sobre as outras duas, por facilitar a progressão junto a margem do rio Paraguai, permitindo dêste modo contar com o apoio da Esquadra e com o fator surpresa. Foi esta a escolhida por Caxias.

7. O terreno na margem direita do rio Paraguai se apresentava baixo e sujeito, periódicamente, a continuas inundações. Constituia a região denominada Grão-Chaco. Havia necessidade de uma preparação inicial muito grande, incluindo a construção de uma estrada em tempo relativamente curto, a fim de permitir sua utilização antes do período das grandes chuvas.

8. Os engenheiros de Lopez, informados das condições do terreno, afiançaram-lhe ser impossível tentar a passagem de um exército por aqueles tremembés. O Mar José Bernardino Bormann, em sua História da Guerra do Paraguai, conta que Mme Lynch, amante de Lopez, quando soube do plano de Caxias riu-se muito e em palestras com oficiais superiores paraguaios disse: "Só houve um Aníbal". Fazia, certamente, alusão à passagem dos Alpes, no Século III A.C., por aquélle extraordinário cabo de guerra cartaginês. Os acontecimentos que se iriam desenrolar, dai por diante, ficariam encarregados de provar o acerto da decisão de Caxias.

II — CONSTRUÇÃO DA ESTRADA

1. Com o fim de possibilitar tão importante obra, Caxias determinou ao 2.º Corpo de Exército estacionário em Humaitá, sob o comando do Gen Alexandre Gomes de Argolo Ferrão (mais tarde Visconde de Itaparica), o deslocamento para a região do Piquiciri. Como medida preparatória foi mandado para o lado do Chaco um

destacamento de dois Btl Inf (o 4.º e o 16.º), um Esqd Cav e um destacamento do Btl de Engenheiros, sob o comando do Ten-Cel Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza (mais tarde Brigadeiro).

2. O Gen Argôlo embarcou em Humaitá com o seu Corpo de Exército a 13 de outubro. A 15 chegou a Palmas, ao Sul do Piquiciri. Levava consigo 3.544 homens, inclusive 327 do Corpo de Pontoneiros. Em seguida atravessou o rio Paraguai e foi desembarcar suas tropas no Chaco. Ao pôrto de desembarque chamou de Santa Teresa, por ser aquele dia consagrado à Santa do mesmo nome. Acompanhava-o uma Comissão de engenheiros militares composta do Ten-Cel Rufino Enéas Gustavo Galvão (mais tarde Marechal e Visconde de Maracaju), como Chefe, do 1.º Ten Guilherme Carlos Lassance e do Alferes Emílio Carlos Jourdan.

3. No dia da chegada do Gen Argôlo, 15 de outubro, já havia sido aberta uma picada de exploração de 1.650 metros, feita sob as ordens do Ten-Cel Tibúrcio. Daí por diante os trabalhos prosseguiram com maior intensidade. O Ten-Cel Galvão determinou ao Alferes Jourdan que continuasse na mesma direção, entregando-lhe para isso 70 pontoneiros. No dia 16 foi encontrada uma lagoa, tornando assim necessária a construção da primeira ponte. Esta foi lançada empregando-se os troncos de uma palmeira muito abundante na região, conhecida por "carandá". (Ver croqui).

4. No dia 17, utilizou-se uma grande árvore como observatório para melhor estudo do terreno. Verificou-se o inconveniente de prosseguir no mesmo rumo da picada já aberta, por continuar os terrenos muito alagados e obrigar o Exército a marchar debaixo do fogo das baterias de Angostura, sempre muito vigilantes a qualquer movimento na outra margem do rio. O Gen Argôlo, ao tomar conhecimento do fato, concordou na mudança de rumo da picada mais para Oeste.

5. Cérca de mil metros de picada foram abertos pelo Alferes Jourdan no dia 18, enquanto o Ten Lassance construiu duas pontes de 20 e 40 metros, respectivamente. No dia seguinte foi encontrado um arroio que se chamou de Vileta. Foi recomendado o aproveitamento da estrada em construção, com a maior urgência, por causa das chuvas costumeiras naquela época do ano. Bem avaliando a situação, o Gen Argôlo determinou o escalonamento, em tôda a extensão da picada, de Btl Inf para estivá-la com troncos da palmeira carandá, em virtude da inconsistência do terreno, assemelhando-se a um lodaçal continuo. Os trabalhos prosseguiram nos dias seguintes, na abertura de picada, preparação do leito da estrada e construção de pontes.

6. Dia 27 foi concluída a última ponte, quando o Ten-Cel Rufino Galvão informou ao Gen Argôlo que a estrada estava pronta para ser utilizada pelo exército. Tinha uma extensão de 10.714 metros.

Para isso foi preciso construir, aproximadamente, 2.930 metros de estiva com troncos da palmeira carandá, sendo necessário abater cerca de 6.000 palmeiras. A construção da estrada havia durado 23 dias. Daí por diante apenas foram realizados trabalhos normais de conservação, reparação e melhoramentos.

7. Durante a abertura da estrada, o Cap Eng Álvaro de Oliveira foi estendendo uma linha telegráfica para fazer a ligação com o pôrto de Palmas, na margem esquerda do rio Paraguai. Caxias inspecionou os trabalhos por várias vezes, tendo sempre proferido palavras de louvor por tão admirável obra. Felizmente, apenas por duas vezes o inimigo tentou impedir a construção, tendo sido repelido com pesadas perdas.

III — VALOR MILITAR DA ESTRADA

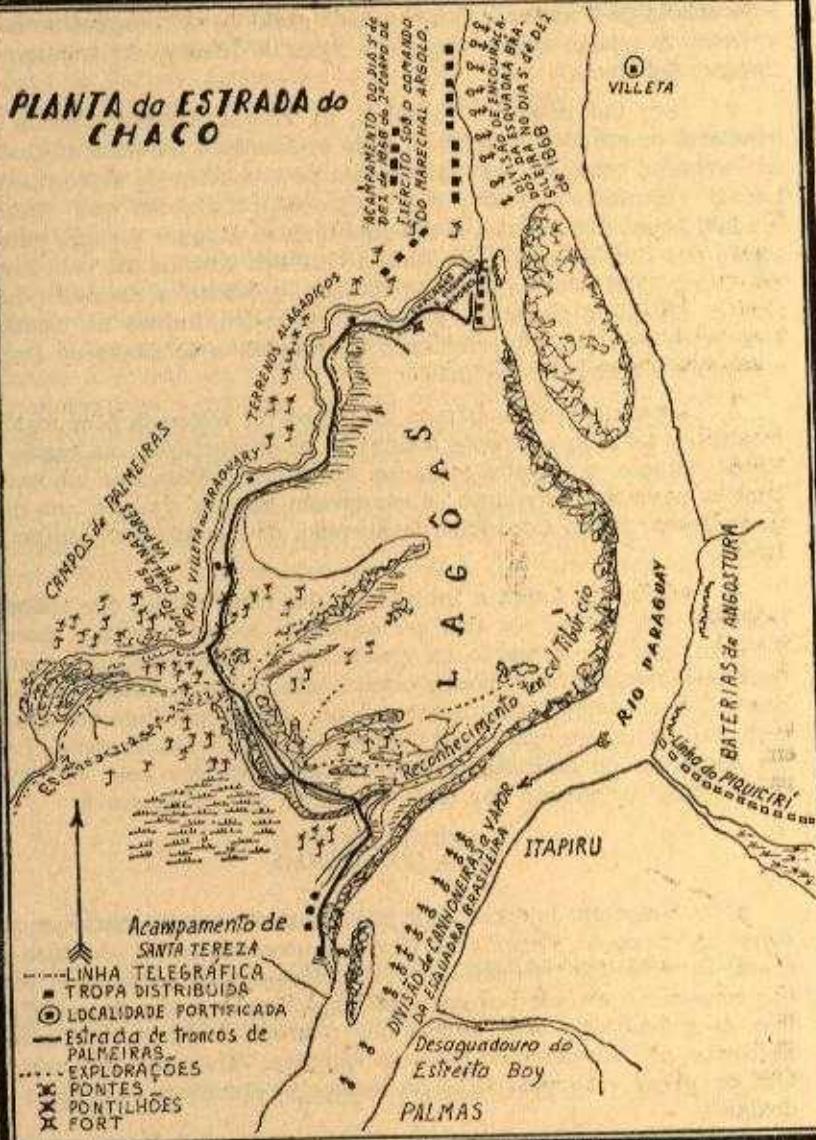
1. Desde que Caxias optou pelo desbordamento à esquerda da posição defensiva de Lopez, no corte do rio Pequiciri, afastando-se das baterias de Angostura, surgiu a necessidade da construção da estrada. Foi uma decisão corajosa, que bem revela o valor de Caxias. Com essa nova manobra desbordante, agora à esquerda, ficou configurado o famoso "S" tático de Caxias, iniciado com a manobra de flanco à direita, sobre a posição de Humaitá.

2. A construção da estrada possibilitou a Caxias deslocar seu Quartel-General para o Chaco, instalando-o ao Norte da foz do arroio Vileta. Dessa maneira facilitou o estudo da situação, particularmente no que diz respeito à escolha do ponto de desembarque na margem esquerda do rio Paraguai. Sabe-se que Lopez tinha como certo o desembarque na região de Vileta e justamente por isso mandou fortificá-la. Depois de uma série de reconhecimento, Caxias decidiu que o desembarque seria na região de Santo Antônio, ao Norte de Vileta.

3. Durante o mês de novembro a estrada foi aproveitada para o transporte de volumoso material de guerra das Forças Brasileiras. Caxias determinou o aceleramento da passagem das tropas, inclusive fazendo a Cavalaria passar por uma picada aberta dias antes, a Oeste da grande estrada, indo até as barrancas de Santa Helena, quase em frente a Santo Antônio. Toda a Infantaria, Artilharia e o material de guerra pesado passou pela estrada, de modo que no dia 4 de dezembro, encontravam-se em frente de Vileta. Na noite de 4 para 5 essas tropas foram transportadas pelos navios da esquadra e na manhã do dia 5 desembarcaram em Santo Antônio. A Cavalaria foi transportada por via fluvial de Santa Helena para o Pôrto de Ipané, um pouco ao Sul de Santo Antônio.

4. Foram tomadas as necessárias precauções sobre a atitude do inimigo. Antes de deixar Palmas e executar a passagem do Chaco.

PLANTA do ESTRADA do CHACO



Caxias mandou fazer o reconhecimento das posições inimigas. Ele se encontrava no corte do Piquiciri e respondeu violentamente o fogo da força terrestre e do bombardeio da Esquadra.

5. Em Palmas ficaram os contingentes argentinos e orientais, reforçados por tropas sob o comando dos Coronéis Paranhos, Mallet

e Severiano da Fonseca, sob o comando geral do Gen argentino Gelly y Obes. A missão desta força era fazer a fixação do inimigo na direção Sul-Norte.

6. Com tão brilhante manobra, as Forças Aliadas estavam em condições de escrever as páginas mais brilhantes e heróicas da Guerra do Paraguai, como na realidade foram os combates de Itororó, Aval, Lomas Valentinas e Angostura, no período conhecido por "Dezembra". Lopez não resistiu a tão fulminantes ataques e fugiu para a região das Cordilheiras, onde faria frente aos Aliados até cair morto em Cérro Corá. Com a fuga do ditador, o acesso a Assunção ficou aberto. Caxias, à frente do grosso do Exército, entrou na cidade a 5 de janeiro de 1869, determinando em seguida a ocupação de Luque, a segunda Capital do Paraguai.

7. A passagem pela estrada do Chaco foi realizada sem maiores incidentes. Quando as tropas aliadas já se encontravam na região de Santo Antônio, a estrada alagou-se em consequência das chuvas "e onde se passava a pé enxuto, já navegavam lanchas a vapor", no dizer do Professor Pedro Cordolino de Azevedo, na sua História Militar do Brasil.

8. Assim, viu Lopez a inutilidade das fortificações que mandou construir em Vileta, por não ser aquela a região escolhida para o desembarque. Sua decepção foi grande. Com aquela manobra desbordante ele perdia, praticamente, o valor das linhas fortificadas do Piquiciri, organizadas para enfrentar a um ataque partindo na direção geral Sul-Norte, enquanto que Caxias, com aquêle movimento, ficou em condições de atacá-las em direção contrária, ou seja, do Norte para o Sul, justamente por onde o inimigo menos esperava.

IV — CONCLUSÃO

1. A manobra de Caxias foi perfeita tanto no seu planejamento como na execução. Quando verificou a necessidade da abertura de acesso através dos tremembés do Grão-Chaco, não hesitou em mandar construir a estrada por onde passaria a maior parte do seu Exército. As dificuldades eram tantas que o próprio inimigo, conhecedor da região, não acreditou no êxito da empresa. Talvez por isso mesmo, teve de pagar caro pela falta de melhor conhecimento do valor de Caxias.

2. Na célebre Ordem do Dia nº 272, de 14 de janeiro de 1869, Caxias prestou o seguinte depoimento à História: "O inimigo nas suas trincheiras da extensa linha do Piquiciri, onde se colocara, não podia ser atacado pela frente e pelo flanco direito, em consequência das dificuldades invencíveis que se opunham à marcha do Exército, proveniente de um banhado a transpor, de légua e meia de extensão, e cujas águas eram abastecidas pela Lagoa Ipoá, trathei de levar a efeito o plano, que concebera, de contorná-lo pelo flanco esquerdo, sendo a

base das operações ulteriores o Grão-Chaco. Era de necessidade extrema abrir por ela a estrada, por onde o nosso Exército, passando-se do pôrto de Palmas, marchasse até o pôrto fronteiro a Vileta onde se achavam já alguns dos nossos navios encouraçados".

3. Hoje, transcorridos cem anos do fato memorável, desejamos lembrar o valor daquela estrada no prosseguimento das operações da guerra e recordar a figura dos engenheiros militares que a construíram, talvez sem sabermos que estavam também contribuindo para a formação de uma mentalidade militar do Exército Brasileiro, voltado para a construção de estradas em tempo de paz, executadas pelos seus Btl de Construção, atualmente enriquecidos com o mais novo dêles, o 6.^º B E Const, com sede em Manaus, AM. Assim, graças ao gênio de Caxias, a engenharia militar teve oportunidade de contribuir com seu trabalho para a execução de uma manobra magistral, cuja consequência foi desagregar as defesas inimigas e apressar o fim da guerra. Os intrépidos engenheiros representados pelos Ten-Cel Rufino Galvão, 1.^º Ten Carlos Lassance e Alferes Emílio Jourdan; os Gen Argôlo e Ten-Cel Antônio Tibúrcio; o Marechal Caxias, general que nunca foi vencido — fazem jus ao imorredouro reconhecimento da Pátria e à admiração do povo brasileiro em geral e, em particular, de todo o Exército.

A DEFESA NACIONAL

ASSINATURAS

Qualquer pessoa categorizada ou entidade civil pode tomar assinatura desta Revista, que se sentirá prestigiada com isto.

Para fazê-lo, bastará comunicar-se com a Secretaria da Revista, indicando nome e enderêço (para remessa) e enviando cheque ou vale postal correspondente à assinatura desejada (anual — NCr\$ 3,00).

OBJETIVOS DE TURMA: ALGO MAIS QUE SIMPLES COMEMORAÇÕES

Gen Bda (Res)

TAUNAY DRUMMOND COELHO DOS REIS

Por ocasião das formaturas ou congraçamentos periódicos às turmas poderão, sem prejuízo dos salutares costumes já consagrados — festas, missas, almoços, discursos, paraninfos, patronos etc. — escolher "objetivos" concretos a serem atingidos mediante conjugação dos esforços de seus componentes. Assim poderá ser estabelecida uma prática que trará grandes benefícios tanto às turmas como às coletividades a que pertencem. Poderemos ter a satisfação de assistir:

- os alunos que tenham terminado o curso primário — em município do interior, decidindo criar ou enriquecer a biblioteca municipal;
- os formandos de determinado ginásio se impondo a missão de conseguir a fluorização da água de sua cidade;
- uma turma de engenheiros resolvendo, na festa em que comemoram o 10º aniversário de formatura, obter um cérebro eletrônico para a região servida por sua universidade.

Conversando com amigos pudemos concatenar as sugestões abaixo transcritas, relativas às condições que julgamos devam ser obedecidas nas escolhas dos "objetivos" e à maneira pela qual essas escolhas devem ser processadas.

CONDICOES

O objetivo deve:

- Ser justo;
- Ser do interesse coletivo;
- Ser compatível com o preparo e as possibilidades da turma inclusive no que tange aos prazos.

ESCOLHA

Para a escolha do objetivo deve-se:

- Recolher todas as sugestões apresentadas;
- Divulgá-las entre os interessados e discuti-las;
- Proceder à votação a fim de apurar qual delas irá constituir o primeiro "objetivo" da turma;
- Estabelecer o prazo em que deve ser atingido;
- Uma vez que se tenha concretizado o primeiro "objetivo" escolhido, repetir o procedimento aqui prescrito na oportunidade da escolha de cada um dos "objetivos" subsequentes.

A simples generalização do costume dos "objetivos de turma" constituirá, por si só, ocorrência cujo alcance merece ser ponderado.

Se concordar conosco, apelamos para que pratique e divulgue essa idéia visando a acelerar sua generalização.

POR QUE ELES NÃO COMBATEM DENTRO DAS REGRAS NO VIETNÁ?

OTTO HEILBRUNON

Trad. da Revista "ARMY", pelo Ten-Cel. Inf. (QEMA)
Eni de Oliveira Castro.

Este artigo foi enviado à Imprensa no início de fevereiro, antes de ter sido desencadeado, pelo Vietcong e Vietnã do Norte, o ataque a Saigon e a mais de 40 cidades, vilas e bases militares, antes de se saber que o Vietnã do Norte se lançaria à ofensiva contra Khe Sahn e combateria pela posse das províncias mais ao Norte. Qualquer que seja o resultado desses combates, a situação, segundo palavras do General Westmoreland, é uma "... fase audaciosa da campanha, caracterizada pela traição e pelo ardil ..." O desagrado do General deixa subentender: estes Vietcongs simplesmente recusam-se a observar as regras aceitas pelas Guerras Revolucionárias Populares".

As pesadas baixas que sofreu o General Giap nos combates de Loc Ninh, Tak To e Colina 875, em novembro e dezembro de 1967, dos quais estima-se que participaram 12.000 norte-vietnamitas e vietcongs, deveriam tê-lo convencido que, de acordo com as normas, deveria ter dado um passo atrás na 2.ª fase, se levasse em conta o tipo de operações na Malásia. Ele não o fez. E ainda mais, em janeiro de 1968, também deixou de seguir um dos dez famosos Princípios Militares de Mao-Tsé-Tung, que recomenda aos insurgentes tomarem em primeiro lugar as cidades fracamente defendidas; quando a situação for favorável, podem ser atacadas as cidades com defesas médias, mas deve ser aguardado até que as vantagens propiciem um ataque a cidades fortemente defendidas. Giap tentou tomar todo o lote de uma só vez.

Em artigo anterior, intitulado "O Desenvolvimento da Guerra Revolucionária", tentamos mostrar que as guerrilhas não seguem regras e que os pensamentos de Mao não constituem um livro de regras.

Mao não teve intenção de codificar imutáveis leis de guerrilha. Seu objetivo foi estabelecer as regras aplicáveis em sua guerra contra

NOTA DO TRADUTOR — Apesar de este artigo ter sido escrito há algum tempo, não perdeu sua atualidade, particularmente no que se refere à apreciação da doutrina de Guerra Revolucionária. O autor ressalta, com muita propriedade, o dinamismo doutrinário que dificulta previsões sobre o desenvolvimento das ações, variando de uma operação para outra.

o Japão e a China Nacionalista. Fique assim claro que não se pode deduzir, com base no que Mao escreveu, qual será a próxima ação do Vietcong.

Nosso artigo anterior analisou também as razões dos insurgentes para conduzir uma guerra de grandes unidades. Isto impõe aos americanos a máxima carga militar e financeira e o Vietcong espera, desse modo, deixá-los extenuados. Por esta, e por outras razões, o Vietcong conduzirá ações de grandes unidades e, possivelmente, guerra regular, enquanto puder, a despeito do custo e de suas próprias baixas.

Aceitando o alto custo, estão também violando outro decantado princípio da guerrilha. "Documentos capturados confirmam que as tropas norte-vietnamitas, combatendo nas montanhas centrais da província de Kontum, receberam severas instruções para "aniquilar unidades americanas de valor batalhão ou maior". Conforme instruções de Hanói, esta missão deveria ser cumprida "sem levar em conta o custo que poderia ser elevado" (1).

Mais uma vez, Giap, com base em sua experiência na Guerra da Indochina, poderia dizer: "Ataque sómente quando o êxito fôr certo; se não o fôr, não ataque". "O inimigo é forte? Evite-o", e "as baixas devem ser evitadas, mesmo a custa de perda de terreno" (2). Agora diz ele "Aniquilem Unidades Americanas... não importa o custo, que pode ser elevado".

Em consequência, não é mais verdadeiro dizer-se que estratégicamente as guerrilhas invertem a prática normal da guerra, procurando evitar a batalha, e que, taticamente, eles rompem o engajamento no qual estão próximos de sofrer baixas. Esta doutrina era correta no passado. Mas as guerrilhas não tentam, necessariamente, copiar a guerra passada. Além do mais, a doutrina de guerrilha é mais flexível do que se imagina. Esta flexibilidade é devida à continua e meticulosa avaliação, "em bases de análise científica" sobre suas possibilidades e deficiências, bem como sobre as do inimigo. Isto exige excelentes informações táticas e estratégicas.

Precisamente porque as guerrilhas não tentam copiar a última guerra, as forças contraguerilhas não devem também copiá-la. É errôneo concluir, como tem sido feito, que as forças de segurança no Vietnã devam dar prioridade à derrota da subversão política e não às guerrilhas, simplesmente porque este método deu resultado na Malásia. No Vietnã, que é "outra guerra", não será conseguida a pacificação do país antes de os insurgentes serem privados da capacidade de lançar ataques de grandes unidades. Já justificamos isto em outra ocasião; e os ataques dos insurgentes, de janeiro/fevereiro

(1) The Daily Telegraph, 7 Dez 67 — Jan Ward.

(2) Vo. Nguyen Giap, Guerra Popular, Exército Popular, New York 1962, páginas 48 e 170.

de 1968 a 40 cidades, lançados por unidades de mais de 4.000 homens, reforçam amplamente este ponto de vista. Estes ataques jamais seriam desencadeados se as forças de segurança tivessem aplicado pressão forte e continua, no passado, e compelido as unidades da força principal a se fracionarem. O governo local não poderá funcionar, a segurança não será mantida e a pacificação não será obtida, enquanto as unidades da força principal não forem divididas, tornando defensáveis as cidades.

Na Malásia, fortes grupos de guerrilheiros, de 200 homens, foram forçados ao fracionamento quando as tropas aprenderam a localizar as bases de guerrilhas; as guerrilhas foram obrigadas a procurar segurança em pequenas bases. Esta pressão foi reforçada pelas medidas eficientes para impedir a obtenção de alimentos. Na Argélia, os rebeldes tiveram de espalhar seus bandos de 600 homens porque foram derrotados em número crescente de engajamentos que, se continuassem, teriam tornado impossível incluir as incursões em seus movimentos. Mas, existe mais do que isto. As barreiras fronteiriças erguidas pelos franceses ao longo dos limites da Argélia com os territórios da Tunísia e Marrocos estancaram o fluxo de reforços, armamento e suprimentos para os rebeldes. O território sob seu controle ficou reduzido, impossibilitando os reacompletamentos em homens e material. Em consequência, o tamanho de suas unidades diminuiu cada vez mais. Da mesma forma, a liberdade de movimentos e a eficiência de suas forças de combate foram sendo restrin-gidas.

Decorrem, desse fato, três ensinamentos:

Primeiro, se as guerrilhas forem batidas pela contraguerrilha com a necessária severidade, deixam elas de encontrar segurança nos efetivos elevados. A necessidade de evitar perdas inaceitáveis compele-as a fracionar suas unidades.

Segundo, o processo de fracionamento pode ser acelerado se as medidas para evitar suprimento puderem ser convenientemente aplicadas.

Terceiro, se o fluxo de reforços e material proveniente de além fronteiras puder ser estancado, as possibilidades das guerrilhas decrescem. Elas perdem o controle de áreas sob sua posse; sua área de recrutamento se contraí e suas perdas em homens e armas tornam-se insuportáveis. As cidades podem proporcionar sua auto-defesa e surge a possibilidade da pacificação. Sem dúvida, outros assuntos estão em jogo para conseguir a pacificação, mas passa a existir a possibilidade.

Os americanos não têm obtido, até agora, no Vietnã, sucessos em tal escala; mas o término da barreira ao longo da zona desmilitarizada pode ocasionar uma mudança na guerra, especialmente se

a barreira fôr estendida às fronteiras do Laos e da Cambodja e se fôr também cortada a fonte de suprimento através do delta do Mekong, pela construção de uma faixa aberta, nos moldes da usada em Quénia. Deve-se ressaltar que a barreira não precisa cobrir tôda a fronteira; ela deve cortar o país em diagonal, pela parte nordeste, a fim de reduzir sua extensão.

De acôrdo com a estatística americana, em fins de 1966 os norte-vietnamitas possuam no Vietnã do Sul tropas no valor de 55.000 homens e o Vietcong possuia 60.000 a 65.000 em sua fôrça principal. Onze meses mais tarde, no fim de novembro de 1967, os norte-vietnamitas elevam-se a 60.000 homens e a fôrça principal do Vietcong era de 58.000. O total, portanto, permanecia invariável. São ainda as fôrças norte-vietnamitas e fôrça principal do Vietcong que exercem o impacto da guerra. Os americanos estimam o fluxo norte-vietnamita de 5.000 a 7.000 homens por mês e declaram matar entre 1.000 a 2.000 homens por semana. Conseqüentemente, o fluxo norte-vietnamita equipara-se às baixas em mortos, ambos em um total de cerca de 6.000 por mês.

Entretanto, deve haver, ainda, feridos sériamente, sem condições para retornar ao serviço. Seu número pode ser apenas estimado, mas não deve ser inferior ao número de mortos, isto é, 50.000 ou mais por ano. A esta quantidade deve ser acrescentado o número de capturados, embora este deva ser relativamente baixo. As baixas dos insurgentes, em feridos graves e capturados, podem ser compensadas pela transferência de guerrilheiros para as fôrças principais; as guerrilhas, por sua vez, terão de recompletar, por recrutamento, os homens transferidos, bem como as perdas referentes aos mortos, feridos e desertores.

É óbvia a diferença que ocasionaria na guerra se houvesse uma barreira efetiva na fronteira em 1967; o afluxo de 72.000 norte-vietnamitas poderia ter sido impedido. Entretanto, é difícil compreender as reservas, em certos meios, neste país e nos EUA, sobre o valor da barreira. Na Argélia, a barreira francesa conseguiu estancar todo o trâfego significativo através da fronteira. Ao longo da fronteira com a Tunísia, a barreira tinha uma extensão de cerca de 200 milhas.

Atrás da zona proibida, ao longo da fronteira, estendiam-se mais três rôdes de arame farpado, sendo uma delas eletrificada. A barreira era protegida por campos de minas e equipada com radar. Atrás dos obstáculos, corria uma estrada que era patrulhada por tropas motorizadas e mecanizadas. Cerca de 30.000 homens guardavam a linha.

Não há razões para supor que a barreira americana venha a ser menos eficiente.

É certo, como já o dissemos, que a francesa requeria, a grosso modo, uma Cia por milha para manter, inspecionar e vigiar a linha; mas não é justo concluir que uma barreira no Vietnã seja um gasto excessivo de meios capaz de reduzir as forças americanas destinadas às missões pacificadoras mais proveitosas. Como afirmamos de sobejão, a pacificação não poderá ter sucesso sem que seja eliminada a ameaça de ataque em massa do inimigo. Além do mais, é irrelevante quantos homens os franceses destinaram a missões na barreira. O valor dessa tropa depende do valor que se espera ter o ataque inimigo, do tempo para alcançar a barreira e do tempo que as tropas da barreira necessitam para chegar ao ponto do incidente. Pode-se afirmar que as tropas na barreira do Vietnã receberiam alertas mais rápidos que os franceses e que chegariam mais rápido ao ponto do incidente. Mas, o mais importante é o fato de que a barreira do Vietnã seria equipada com defesa automática até aquí não experimentada. Como noticiou "Time", em 22 Nov 67, "O General Westmoreland, comandante americano no Vietnã, disse, hoje, que tem sido estudada a idéia de uma barreira de radiação atómica entre o Vietnã do Sul e do Norte". Respondendo a pergunta, durante um almoço no "National Press Club", o General disse que a barreira nuclear foi considerada como parte de chamado muro McNamara. Ele recusou-se adiantar mais. Parece, à vista dessa declaração, que serão exigidos pequenos grupos de homens: a barreira poderá, por si mesma, proporcionar a segurança.

De que outra forma, sem a barreira, perguntamos, poderão as unidades ser compelidas a se fracionarem? Na Malásia não era necessário bloquear as estradas de acesso ao país; mas isto será necessário no Vietnã do Sul. Os bombardeios não conseguiram o grande sucesso necessário; a perseguição tenaz não é uma alternativa e não será muito diferente da invasão dos países vizinhos, se os guerrilheiros se retrairem profundamente para seu interior.

Uma invasão da Cambodja, Laos ou Vietnã do Norte, apenas ampliaria o conflito, aumentaria o número dos inimigos e exigiria mais tropa americana. E eles teriam de combater enquanto um forte inimigo, em tropas regulares e guerrilheiros, ameaçaria sua retaguarda. A ocupação de Hanói e Haiphong não traria a vitória; os franceses, conforme frisamos em outras oportunidades, ocuparam essas e outras cidades durante a guerra da Indochina e assim mesmo as perderam. A repercussão nos EUA, se a guerra fosse estendida, poderia ser altamente prejudicial ao esforço de guerra. Finalmente, mas não menos importante, os "voluntários" chineses poderiam entrar na guerra. Em resumo, é infinitamente melhor confinar a guerra ao Vietnã do Sul e cercá-lo com barreiras, do que estendê-la a outros países.

Uma vez estabelecida a barreira, para que os americanos vençam no Sul, torna-se necessário cortar o fluxo de suprimentos pelo delta do Mekong e manter um ataque implacável.

O número de inimigos mortos mostra que os americanos têm tido sucessos em seus engajamentos com os insurgentes, mas não parece terem sido tomadas medidas, até agora, para cortar as rotas de suprimento do delta do Mekong.

Quais os prognósticos para a guerra após serem cortados os caminhos de infiltração pelo Norte e as rotas de suprimento do delta do Mekong?

Pode-se supor que os EUA continuarão a empregar a atual estratégia, em qualquer hipótese. Estas são palavras do General Westmoreland "enfrentar as forças inimigas de toda a natureza em todas as oportunidades". Poderemos ainda supor que as estatísticas americanas sobre o valor do inimigo estão razoavelmente corretas. Lembremos que, durante a Conferência de Imprensa realizada no Pentágono, em novembro de 1967, o General Westmoreland avaliou em 242.000 o efetivo inimigo enquanto as estimativas do Pentágono eram de 297.000 (3). A avaliação do General coincide com a distribuída pelo comando militar em Saigon (4) e encontra-se na seguinte estatística:

Supõe-se que as forças inimigas são assim constituidas:

Norte-vietnamitas	60.000
Fôrça Principal Vietcong	58.000
Guerrilheiros	70.000 a 90.000
Fôrças de apoio (administração, transporte, etc)	35.000 a 40.000
 Total	 223.000 a 248.000

As fôrças governamentais, em meados de 1968, eram:

Fôrças do EUA	225.000
Fôrças Sul-Vietnamitas, Sul-Coreanas, Australiânas, Tailandesas e Filipinas	770.000
 Total	 1.295.000

As fôrças governamentais terão, por conseguinte, mais de cinco vezes de superioridade sobre o inimigo. Entretanto, estes números não têm muito significado, pois incluem, nos dois lados, o apoio, que é consideravelmente maior no lado governamental do que no insurgente. O que importa não é a superioridade geral, mas a superioridade entre combatentes.

Fôrças combatentes, e de apoio ao combate, americanas (blindados, artilharia, aviação)	315.000
Tropas de combate e apoio ao combate, aliados	550.000
 Total	 865.000

(3) Cf. Financial Times, 24 Nov 67.

(4) Cf. David Bonavia, The Times, 25 Nov e 3 Dez 67.

Portanto, a superioridade de forças de combate é maior do que quatro vezes. Como se afirma freqüentemente que as forças governamentais necessitam superioridade de dez ou mais vezes, a relação acima parece ser pequena.

A superioridade geral na Malásia, é verdade, era de dezoito vezes. Mas surge um quadro inteiramente diferente se atentarmos para a relação entre as forças combatentes. Na Malásia 9.000 homens das Forças Armadas e 8.000 policiais estavam engajados no combate a 7.000 guerrilheiros; as forças governamentais tinham, então, uma superioridade de menos de uma e meia vezes. No Quênia, era ainda menor: o valor das forças combatentes e forças de campanha policiais pouco diferenciava-se do valor em combatentes do Mau-Mau. Entretanto, na Malásia, bem como em Quênia, à exceção do inicio, os guerrilheiros atuavam em pequenas unidades. As forças governamentais devem ter a mais alta superioridade quando combatem grandes unidades de guerrilhas, como mostra a experiência alemã na Iugoslávia. Mas, a superioridade maior de quatro vezes deveria possibilitar às forças governamentais obter sucesso no Vietnã. Mórmente se considerarmos que, nos casos de emergência, sua mobilidade é bem maior que a normal, graças ao emprêgo de helicóptero.

Que incursões podem as forças de contra-insurgência fazer contra o inimigo no Vietnã? Não é provável que a presente taxa semanal de 1.000 a 2.000 mortes dos oponentes seja mantida porque, se for cortado o afluxo de reforços, será cada vez menor o efetivo das tropas regulares. Não se sabe até que ponto pode ser mantido o recompletamento das forças principais pela força de guerrilha, mas há um limite definido para isto: sómente guerrilheiros experimentados podem tornar-se bons combatentes na força principal. Mesmo que o preparo de guerrilheiros pareça ser rápido, os claros, em veteranos, permanecerão.

O valor atual dos guerrilheiros é aproximadamente de 80.000 homens. Como vemos, cerca de 50.000 ou mais guerrilheiros devem ter sido transferidos para as forças principais, para recompletar suas perdas, durante 1967. Houve ainda aproximadamente 30.000 desertores nesse ano, dos quais presume-se que a maioria saiu dos guerrilheiros e não das bem disciplinadas forças principais ou regulares. Pode-se concluir que a maioria dos guerrilheiros não tem mais de um ano de atuação. A qualidade da força principal tende a se deteriorar no futuro.

Além disso, é provável que o território sob o controle do inimigo diminua, desde que, com o fechamento das fronteiras, as tropas norte-vietnamitas não possam recompletar seus claros decorrentes de mortos e feridos. As áreas de recrutamento, do mesmo modo, diminuirão o afluxo de recrutas para os guerrilheiros e a transferência de guerrilheiros para a força principal ficará reduzida. Não é possi-

vel prever quando esta redução privará as forças principais e as regulares de empregar, em combate, unidades de grande efetivo, mas, se a pressão for mantida, poderá isto acontecer relativamente em curto prazo. As forças governamentais podem então recorrer à guerra de patrulha, que é a forma mais econômica de guerra contra a insurgência; a pacificação terá então oportunidade de ser conseguida.

A barreira constitui, então, a diferença para os americanos entre uma situação de empate — na qual tropas novas no valor de cerca de 70.000 homens são infiltradas cada ano — e uma possível vitória. Mas não deve ser esquecido que os franceses obtiveram uma vitória militar na Argélia, e ainda assim perderam o país por não terem o apoio da população. O sucesso nos esforços de pacificação das forças no Sul do Vietnã dependerá do governo sul-vietnamita.

As deficiências do serviço civil e do governo local no Vietnã dificultam o progresso de pacificação da mesma forma que a falta de um sistema de Serviços Especiais impede o esforço de guerra em campanha; quando as forças governamentais puderem passar à ação do tipo de guerra de patrulha, isto será grandemente dificultado pela falta de organização, tal como um sistema de informações.

É improvável que os americanos vejam na barreira a arma da vitória. Mas é um dos meios que auxiliam a fracionar as unidades inimigas. Então, serão mais efetivas as medidas para estancar o abastecimento. Essas duas coisas são necessárias, se se desejar reduzir a duração dessa guerra até agora postergada.

A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna.

MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

O FAIBRAS NA REPÚBLICA DOMINICANA

INSTRUÇÃO DE OPERAÇÕES EM MONTANHA E GUERRILHA

Gen Bda Carlos de Meira Mattos
e Oficiais do FAIBRAS

1. GENERALIDADES

O alpinismo militar proporciona os meios para operar em terrenos montanhosos e escarpados. Em terreno de tal natureza existem três adversários: o inimigo, a montanha e o clima.

Estes adversários podem ser vencidos se empregarmos tropas com adestramento especializado e que sejam hábeis no emprego de equipamento especial para escalagem de montanha.

Os soldados adestrados em alpinismo militar podem cumprir qualquer tipo de missão em terreno inacessível ao soldado convencional. Assim é que podem servir de guias, observadores, franco-atiradores, patrulheiros, elemento de segurança e componentes de equipe de assalto.

A apreciação sobre a capacidade de uma força para operar em terreno escarpado, só é possível se o comandante superior estiver completamente familiarizado com as possibilidades e limitações de um alpinista. Todos os comandantes de tropa que tenham de operar em terrenos montanhosos devem estar atentos para este detalhe: é essencial que se tenha no mínimo três guias de primeira categoria, por pelotão.

Os soldados de uma tropa destinada a operações em montanha, devem ter os conhecimentos básicos de alpinismo. Os homens devem ter habilidade atlética razoável, tenacidade mental um pouco superior ao normal e não temer as alturas.

Os preparativos para operações em montanha não estarão completos, até que o comandante da unidade saiba como reagem

N. da Redação — Damos prosseguimento, neste número, à publicação do capítulo destinado à instrução no livro "A Experiência do FAIBRAS na República Dominicana". Já publicamos "Instrução de Operações Helitrasportadas" (no n.º) e "Instrução de Operações em Selva e Guerrilha" (no n.º). No próximo número, publicaremos a última parte do capítulo: "Instrução de tiro de combate".

todos os seus homens ao serem expostos às alturas e a esforços musculares fora do comum. A prática de exercícios de escaladas fáceis e curtas, permite diferenciar as reações futuras de cada soldado. O medo da queda é inato no homem e pode ser tão difícil de ser vencido como o temor ao fogo do inimigo.

A análise de cada homem na escalada, permite ao comandante selecionar aqueles mais temerosos e enquadrá-los dentro de um dispositivo adequado em que não venha colocar em perigo a segurança da unidade.

2. FINALIDADE

Assim como na guerra convencional, o terreno na "guerra de guerrilhas", é fator de vital importância. Sabemos que, dentre outras, as regiões montanhosas são grandemente preferidas para estas ações principalmente as alturas de difícil acesso.

É mister que as forças regulares sejam adestradas no combate à guerrilha, o que pode ser considerada como instrução especializada, uma vez que este tipo de ação se desenvolve em terreno com características distintas. Assim é que hoje encontramos, nas organizações militares, tropas especializadas em combate na montanha, na selva, etc.

A rápida expansão da guerra revolucionária e sua eclosão em vários países, obrigou as Forças Armadas a recorrerem à experiência dos Centros de Excursionistas. Em várias nações, os Exércitos passaram a aprender a experiência do alpinismo, adaptando-lhe a técnica e o material, aos objetivos visados em seus planejamentos.

3. CONCEITO DOUTRINARIO

a. Generalidades

O terreno e o tempo são importantes fatores na conduta de operações em montanha.

Características do terreno montanhoso:

- Relêvo muito acentuado
- Florestas ou selvas densas
- Penhascos ingremes
- Rochas e picos gelados
- Compartimentação nítida
- Condições climatológicas extremas
- Grandes altitudes

b. Comando

A descentralização de comando é característica das operações em montanha.

Os vários escalões de comando são freqüentemente isolados pela configuração do terreno, pelas dificuldades de comunicações e pelas condições de tempo.

Comandantes e subordinados assumem, normalmente, maiores responsabilidades que em outro qualquer terreno. O combate em montanhas exige detalhados planejamentos e cuidadosa preparação.

c. Tática

Os mesmos princípios táticos regem a guerra em montanhas, assim como em qualquer outro terreno. As montanhas escarpadas limitam o emprêgo de grandes forças. O desdobramento da tropa é muito prejudicado e restrito.

Freqüentemente as unidades vizinhas não podem fornecer apoio mútuo. O emprêgo da reserva é difícil. No entanto, os pequenos grupos têm muitas possibilidades e ocasiões para ações repentinhas, audaciosas e podem, agindo coordenados, evitar, impedir, hostilizar ou canalizar os movimentos de uma força inimiga importante. As tropas devem ser preparadas para operar sobre estradas estreitas e tortuosas, trilhas difíceis, escarpas muito altas e escorregadias, ravinas e precipícios.

Assim como no combate convencional, a posse dos pontos dominantes é de vital importância no combate em montanha.

Observadores avançados são colocados ao longo dos cumes, assim como ao longo das vias naturais de aproximação.

d. Segurança

O terreno montanhoso oferece excelentes vantagens para a observação inimiga, bem como para postos de escuta. Tudo isto demanda um cuidado especial na segurança da tropa. Sempre que possível, o comandante deve contar com o apoio da aviação, helicópteros, artilharia ou armas de infantaria. Durante a noite a infiltração do inimigo representa um constante perigo, especialmente para as instalações de retaguarda.

e. Pósto de Escuta

A voz de um homem, num vale, pode ser ouvida em cumes a 1.000 metros de distância, por isso, os postos de escuta são normalmente ali colocados. As correntes das montanhas freqüentemente arrastam todos os ruidos; assim, quanto mais perto da corrente estiver o posto, tanto mais alto pode-se ouvir cada som e distingui-lo perfeitamente.

f. Bivaque

A maior parte das regiões montanhosas oferece pouco espaço às grandes unidades. No caso de uma equipe precursora executando uma infiltração através do terreno montanhoso, ela se utilizará do bivaque, caso tenha de pernoitar na montanha. Deve-se evitar ao máximo, pernoitar em regiões altas, devido a inclemência do tempo. A melhor região para bivaque, são as encostas suaves perto de águas correntes e zona matosa.

O bivaque deve estar localizado numa área que permita a defesa em todas as direções.

Pequenas unidades, com pouca proteção, não devem nunca bivacar em vales próximos ao inimigo, porque não possuem forças suficientes para o estabelecimento de postos avançados em regiões mais altas. No estabelecimento dos bivaques, os abrigos devem ser cavados, a disciplina de camuflagem rigorosamente cumprida e tantos postos avançados quantos forem necessários devem ser localizados em lugares dominantes que barrem as prováveis vias de acesso do inimigo.

Cuidados especiais devem merecer a fumaça das fogueiras, que em um vale levantarão uma coluna que poderá ser vista a muitos quilômetros de distância, bem como a existência de luzes à noite que poderão ser observadas de picos distantes. O brilho de um metal pode, em uma fila para rancho, denunciar um bivaque. Todo o equipamento pessoal deve ser escurecido e nenhum material que reflete luz deverá ficar exposto.

Barracas, equipamentos e suprimentos, não devem ser colocados muito próximo a leitos de rios secos, principalmente durante o verão, pois tormentas repentinas podem transformá-los em volumosas correntes. Os bivaques não devem ser colocados em lugares em que haja possibilidade de quedas de pedras e avalanches.

g. Combate ofensivo

A ação ofensiva é caracterizada em todas as fases, pela surpresa do ataque e pelas manobras de flanqueamento combinadas com ações frontais. Em todas as operações ofensivas, as alturas dominantes serão os objetivos intermediários e finais, constituindo-se o centro dos planos de comando. Deve-se cogitar também da conquista de pontos vantajosos para observatórios de artilharia. Para progredir com sucesso, as tropas devem operar, ordinariamente, ao longo dos cumes e de terrenos altos, evitando corredores naturais de aproximação, os quais são normalmente bloqueados e facilmente defendidos. Os picos e os cumes estarão normalmente defendidos com vigor pelo inimigo, e para a captura de altas posições, será, em geral,

necessário um ataque frontal. A ordem de ataque deve detalhar ao máximo os objetivos e estes devem estar perfeitamente identificados pelos comandantes de frações. Os itinerários de marcha claramente localizados e os limites devem ser marcados utilizando-se pontos definidos no terreno e azimutes de direção conhecidos, se possível, por toda a tropa. Deve também ser dado algum conhecimento de todo o plano-horário das operações aos comandantes das pequenas frações.

Em marcha ao longo de estreita trilha de uma linha de cordilheiras, cada unidade deve ter recursos próprios para viver e combater. O deslocamento deve ser cuidadoso, sem ser, no entanto, demasiado lento. Elementos destacados à frente do grosso, atuam como "olhos da tropa", pelo tempo necessário para reconhecer as posições inimigas. Em face da constante possibilidade de emboscadas, o princípio: "Contato uma vez feito nunca perdido", tem especial aplicação. O contato lateral entre unidades vizinhas é raramente obtido, daí a grande necessidade de patrulhas de ligação. Patrulhas de combate são usadas para cobrir flancos.

h. Condições do soldado para o combate em montanha

- Reconhecida habilidade física.
- Capacidade bem desenvolvida de resolver dificuldades.
- Rapidez de raciocínio, um pouco acima do normal.
- Ausência de medo das grandes altitudes (aerofobia).
- A preparação para operar em montanha não estará completa até que o comandante saiba perfeitamente como todos os seus homens reagirão em presença de grandes altitudes e do esforço muscular fora do comum.

i. Aclimatação

O treinamento do soldado em montanha pequena e de médio porte, não requer nenhuma aclimatação de especial condicionamento, pois a incidência do mal-de-montanha a baixa altura é extremamente rara. Haverá, contudo, a necessidade de aclimatação por um período de 10 a 14 dias para as tropas que serão utilizadas em altitudes acima de 2.000 m. Depois de uma ou duas semanas em grandes altitudes, o rendimento do combatente será maior e se processará uma regressão progressiva na exaustão até o desaparecimento das dores de cabeça; observar-se-á uma melhor capacidade para dormir, alimentar-se e, com o passar dos dias, cada combatente notará que a vida em montanha é extremamente mais fácil do que imaginava.

Durante este período de aclimatação, o programa de treinamento deve prever exercícios físicos mais fortes, incluindo-se pequenas marchas; tudo isto, combinado com períodos apropriados para o

descanso. Em montanhas muito altas, o ar é mais seco e como resultado a evaporação se dá mais rapidamente. Isto tende a iludir o combatente, fazendo-o crer que não está transpirando normalmente, pelo fato de suas roupas se conservarem secas, mesmo depois de exaustivos exercícios. A perda de líquido mais a de sal, através da transpiração, cedo leva à fadiga, associada com as câimbras musculares e a exaustão. Uma manutenção no organismo de quantidades equilibradas de água e sal, é um imperativo na montanha.

f. Higiene

Todos os princípios básicos de higiene exigem, nas montanhas, maiores cuidados. Haverá mais possibilidades de contaminação, não só pelo clima agressivo, como também pelo natural cansaço do homem.

- **Disciplina de água:** Severo controle sobre todas as fontes de suprimentos de água. Toda água deve ser tratada, apesar do falso conceito de que água de montanha é sempre boa.
- **Detritos e excrementos:** Seguem as normas de um acampamento comum.
- **Hábitos pessoais:** Sob extremas condições de frio, há uma tendência natural do combatente em permitir-se ao mal da constipação (prisão de ventre), para evitar a inconveniência e o desconforto da utilização de privadas comuns. Deverá haver forte empenho por parte dos comandantes para evitar este mal, que abate e adoece uma tropa. A limpeza pessoal é outro tópico que deve ser salientado pelos comandantes de fração, pois, em temperaturas muito baixas, há também a tendência para um relaxamento no asselo corporal, ocasionando as mais variadas doenças. Deve ser dada especial atenção aos pés para evitar "pé de atleta", frieira, etc. Ter os pés secos e meias limpas, é a regra.

l. Doenças

- **Mal-de-Montanhas:** Tanto os novatos como os mais experientes guias de montanhas estão sujeitos ao mal-de-montanha a partir das altitudes entre 1.000 ou 1.500 m. As causas são normalmente, pobreza de condições físicas ou falta de aclimatação, ou ambas. Os sintomas mais comuns são: dor de cabeça, vômitos, perda de apetite, insônia e irritabilidade. Estes sintomas podem ser amenizados pelo conveniente descanso. Em casos mais graves o paciente deverá ser transportado para um lugar mais baixo.
- **Mal-dos-vales:** Ocorre normalmente quando um indivíduo já bem acostumado com grandes altitudes, retorna repentina-

mente à região de vales. Os sintomas mais comuns são: moideza, aumento de transpiração, perda de peso, dor de cabeça, zumbidos, indigestão, irritabilidade, depressão, amnésia, desânimo. Dois ou mais desses sintomas podem estar presentes simultaneamente; depende do indivíduo remover as causas para que desapareçam em alguns dias ou em algumas semanas.

m. Comunicações

No combate em montanha, o comando deve dar às comunicações alta prioridade em seu planejamento. Na maioria das vezes, as comunicações podem ser mantidas se o equipamento normal de uso for suplementado por cordas, pacotes, painéis, lâmpadas e bandeirolas para a sinalização visual.

- **Comunicação com fio:** É o meio de contato mais seguro. Contudo deve ser colocado com o máximo de cuidado e muito mais protegido do que em terreno comum, para evitar as avalanches, pedras que caem e fortes tempestades. Todas as seções de fio devem, se possível, evitar as estradas e trilhas que são usadas como principais eixos de marcha. Em encostas bem íngremes, os fios devem ser amarrados e verificados com freqüência.
- **Pelo rádio:** São normalmente de emprêgo limitado devido principalmente a três fatores: interferência das árvores e montanhas, manuseio difícil e condições climáticas. Aparelhos graduados em baixa freqüência e amplitude modulada, são os melhores para emprêgo nas comunicações em montanha.

O uso de um sistema de retransmissão nos cumes das montanhas, auxiliará as altas freqüências. Os rádios têm seus alcances aumentados nos picos ou cristas.

Extremas e rápidas mudanças de temperatura normalmente verificadas nas montanhas, criam um problema grave na conservação dos rádios e das pilhas secas. Os operadores de rádio devem carregar consigo o maior número de baterias sobressalentes. No tempo frio, será necessário colocar os rádios em uma bolsa à prova de umidade e guardá-lo em lugares quentes.

- **Sinais visuais:** A sinalização visual assume uma importância cada vez maior na montanha. O equipamento visual sendo mais leve é mais facilmente transportado do que qualquer outro, e pode ser, também, facilmente improvisado. Sinais luminosos, bandeirolas, espelhos, fumaça, etc., são os mais empregados.

- **Mensageiros:** Necessitam de um treinamento apurado para adquirirem confiança. Podem perder-se com facilidade, por isso devem ser empregados em dupla.
- **Pombos-correios:** São valiosos e úteis nas montanhas. Têm contudo duas limitações principais:
 - A chuva pode causar sérias dificuldades ao voo.
 - Existem nas montanhas muitas aves de rapina que os atacam.
- **Cães:** São ótimos mensageiros quando treinados, dignos de confiança para operações em montanha.

n. Logística

O apoio logístico sofre severas restrições no combate em montanha.

O peso e o volume, que normalmente possuem os suprimentos, implicam na utilização de processo que muitas vezes não coincidem com aquêles que comumente empregamos.

Os suprimentos devem ser transportados em viaturas até onde permitem as estradas e as elevações. Dos pontos limites para o tráfego de viaturas até a tropa, pode empregar-se a técnica de içar através de cabos, quando diante de uma escarpa ou de um penhasco de mar; se a inclinação do terreno permitir, o transporte por pessoal (o combatente não deve ser utilizado neste método) e por animais de carga pode ser empregado; finalmente, o suprimento poderá ser levado em helicóptero.

As áreas de estacionamento e de depósitos de suprimento à retaguarda devem ser perfeitamente camufladas e fortemente defendidas. Estas constituem objetivos preciosos para os guerrilheiros e não são aconselháveis nas proximidades de cidades e povoados; o suprimento, tanto quanto possível, deve acompanhar o combatente a distâncias reduzidas, dadas as restrições impostas pelo terreno, para o apoio à tropa empenhada.

4. CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE TREINAMENTO

A área escolhida para a realização do treinamento de operações em montanha era enquadrada:

— ao Norte pelo Rio Nigua, desde a sua nascente até a ponte da Região de La Toma; ao Sul pela estrada que liga San Cristobal a El Limon; a Oeste pelo Arroio Muchangua; a Leste pela estrada que liga San Cristobal a El Caobal até a região de La Toma.

A região é entrecortada por trilhas que constituem as principais vias de acesso dos moradores locais.

ESBOÇO DA REGIÃO DA COLÔNIA RAMPHIS

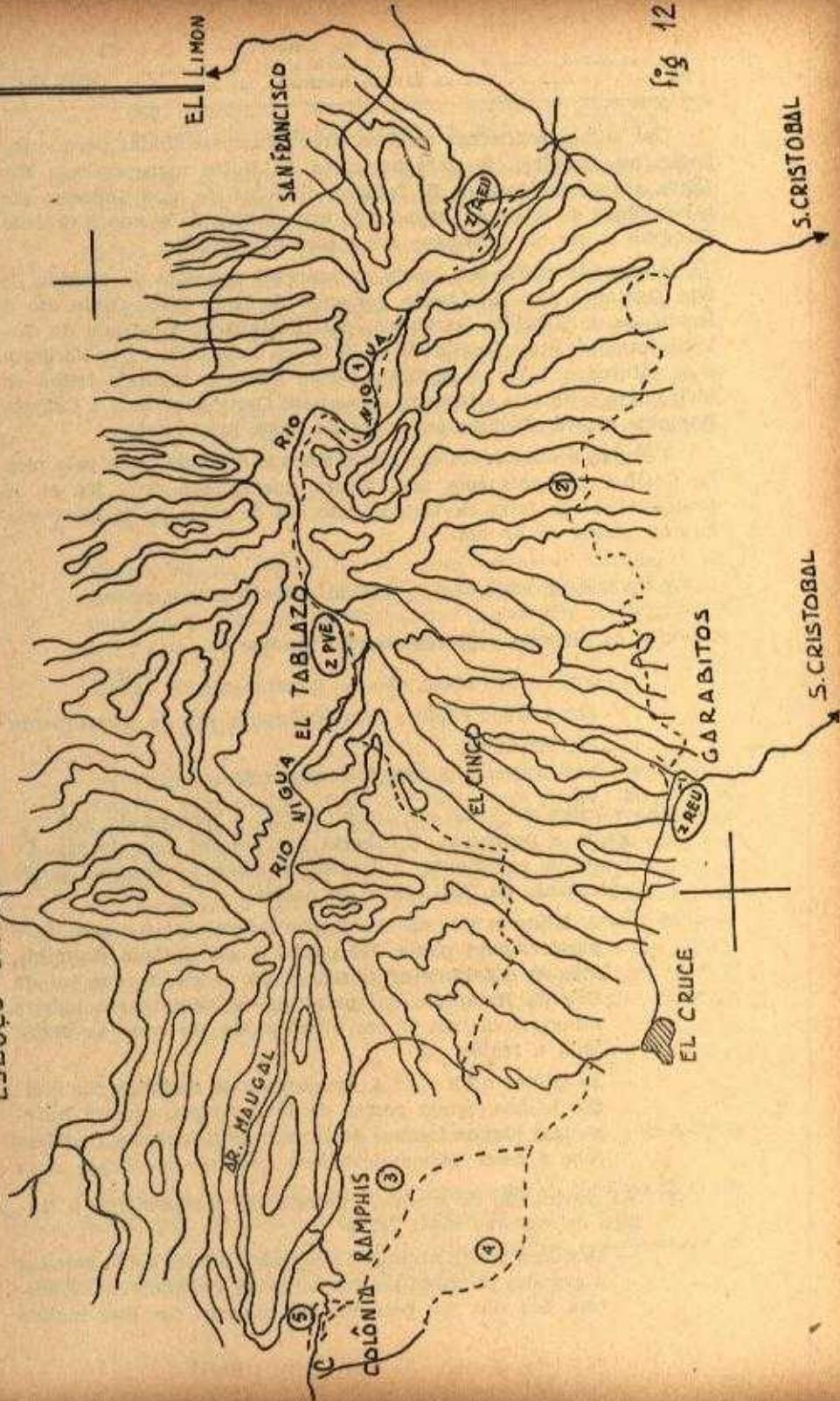


Fig 12

Das trilhas existentes na área, três foram escolhidas para utilização no exercício. A primeira corre ao Norte margeando o Rio Nigua até a localidade de El Tablazo, onde inflete para Sudoeste até a localidade de El Cinco; segue pela estrada que dá acesso à Colônia Ramphis e por ela prossegue até o pico da elevação.

A segunda trilha tem inicio na margem esquerda da estrada de San Cristobal para El Limon, correndo de Leste para Oeste até a localidade de Gambita Garabitos; dai continua pela estrada da Colônia Ramphis até a localidade de El Cruce onde inflete por Nordeste e se bifurca a 1 km a Noroeste. Neste ponto a segunda trilha se dirige para o Norte e a terceira segue para Oeste ganhando a Colônia Ramphis através de uma cobertura de Oeste para Norte.

A região é abundante em rios e riachos e é dominada pelo pico da Colônia Ramphis com uma altura aproximada de 1.200 m. A profundidade da faixa de treinamento era de cerca de 17 km e sua largura média de 3,5 km.

a. Natureza, classificação, estado das estradas e pontes

- (1) As estradas representadas no esboço:
 - por 1 traço cheio, são de revestimento de asfalto;
 - por 1 traço cheio e 1 interrompido, são de revestimento de cascalho;
 - por traços interrompidos, são trilhas.
- (2) A trilha n.º 1, no seu trecho inicial é bem úmida, escorregadia e pedregosa. É coberta por árvores bem densas. Do ponto A em diante, o terreno é bastante arenoso, sendo entretanto de fácil acesso ao pessoal.
 - A trilha n.º 2, no seu trecho inicial até o ponto B, é praticamente plana. Do ponto B até Colônia Ramphis, sobe-se constantemente atingindo a estrada que sai da Colônia Ramphis; dai prossegue-se, sempre em ladeira atingindo-se em C um observatório de onde se divisa toda a região.
 - As trilhas n.º 3 e n.º 4, apresentam-se cortadas por muitas trilhas, sendo porém de fácil acesso, embora apresentem alguns trechos de terreno bem ingreme (a trilha sobe e desce várias elevações).
- (3) As pontes são de madeira, permitindo normalmente o tráfego de viaturas até 2 1/2 t
 - Devido a pouca altura de vão, estas pontes estão sujeitas a grandes pressões, motivadas pelas avalanches que descem dos rios nos períodos das chuvas; por este motivo

são comuns os desabamentos, porém, os rios em sua maioria permitem a passagem a vau.

- (4) A região é servida de estradas, que outrora eram de piso asfaltado. A falta de conservação tornou-as hoje em dia, apenas encascalhadas. Permitem o tráfego de viaturas até 2 1/2 t, mesmo no período das chuvas.

A estrada que saindo de San Cristobal ganha Colônia Ramphis, tem seu primeiro trecho plano e mais bem conservado, cobrindo uma extensão de 10 km. O segundo trecho, que tem o inicio logo após a localidade de El Cruce, é bastante íngreme, piso encascalhado, sua largura média é de 5 m, não permitindo, em alguns pontos o cruzamento de viaturas. Em vários trechos, as margens apresentam perigo pelos abismos que oferecem. Sua extensão é de 9 km.

b. Vegetação

- Predomina na região terreno com matas e plantações de laranja, cacau e café. Há regiões com árvores altas em grupos compactos. Nas proximidades das habitações o terreno é cultivado, notando-se principalmente pomares e pequenos pastos.

c. Cursos de água

O principal rio da região é o Nigua; um rio periódico, de largura variável, cuja profundidade na época das cheias (de maio a novembro) cobre a altura de um homem. Ele apresenta três fases diferentes conforme a intensidade das chuvas. Na época da seca sua largura média não ultrapassa a 2 m; no período chuvoso é de cerca de 8 m, aumentando para, aproximadamente, 30 m após chuvas torrenciais durante uma semana. Nas duas primeiras fases dá passagem a vau. Seu leito é de seixo rolado e suas margens são encascalhadas em alguns trechos. Os arroios Moria, Pimentel, Cabaza e Yubazo são também periódicos, porém não apresentam qualquer obstáculo nas chuvas.

d. Natureza do solo

O solo nas regiões planas é quase sempre arenoso e pedregoso nas regiões elevadas.

O terreno é de consistência firme, apresentando indícios de erupções vulcânicas, havidas em tempos passados.

As estradas de cascalho e asfalto não impedem o movimento de viaturas, mesmo com chuvas prolongadas.

e. Relévo

O relévo da região é bastante acidentado e compartmentado, tendo como característica principal a dificuldade de orientação, devido à semelhança entre as diversas elevações. A maior altitude se encontra na Colônia Ramphis, cujo pico tem cerca de 1.200 m.

A parte elevada da região apresenta trechos de difícil acesso, devido à grande inclinação.

f. Povoados

Sem contarmos com a proximidade da cidade de San Cristobal, uma das principais da República Dominicana destacando-se, na região, os povoados de Gambita Garabitos, El Cruce e em plano inferior, El Tablazo e El Cinco. Estes povoados se interligam através da estrada de acesso à Colônia Ramphis.

g. População

Os habitantes rurais da região, em sua quase totalidade, são de nível social bastante baixo.

As casas da região rural são de madeira, com péssimas condições de habitabilidade.

A região é quase completamente desprovida de assistência médica, o que lhe dá um índice bastante elevado de enfermidade.

A população, apesar de índice elevado de analfabetismo, é relativamente politizada.

5. TÉCNICA DE MONTANHISMO

a. Técnicas básicas

A marcha em montanha pode ser dividida, para efeito de estudo, em quatro tipos, considerando-se a topografia e a natureza da região em que será realizada a marcha. Nestas técnicas estão incluídos certos princípios que devem ser rigidamente seguidos, para evitar-se perda de tempo e desgaste físico acentuado. Entre estes princípios, destaca-se:

"O peso do corpo deve ser exercido diretamente sobre os pés e o solado de calçado deve tocar o chão firmemente".

Fácilmente pode o montanhista empregar este princípio, bastando para tal, dar passos curtos e caminhar lentamente. Se ao caminhar tiver que aumentar muito a inclinação do corpo, deverá, ao estender uma das pernas ter a outra bem apoiada sobre o calcanhar, quase sempre surge uma pedra pequena ou grande, não importa, que constituirá ótimo ponto de apoio para o pé.

b. Marcha em terreno duro

O terreno duro é aquêle que não cede mesmo quando submetido ao peso de um homem. Quando se sobe, os principios mencionados anteriormente, devem ser aplicados, observando-se ainda o seguinte:

— Os joelhos devem movimentar-se em cada passo, de tal modo que os músculos das pernas se relaxem. Os terrenos que têm uma inclinação muito acentuada devem ser transpostos transversalmente, ou em ziguezague, ao invés de fazê-lo em linha reta.

Ao escalar-se em ziguezague, a mudança de direcção deverá ser feita com a perna que estiver mais elevada. A observância desta norma impede que se cruzem as pernas. Em subida transversal, o principio de colocar-se têda a planta do pé sobre o solo, deverá sofrer uma pequena modificação, uma vez que em cada passo o calcanhar ficará sem apoio sobre o solo. A descida se faz com maior facilidade quando efetuada em linha reta. O tronco deve manter-se reto e os joelhos flexionados, de modo que amortecam o impacto de cada passo. Novamente, é bom observar que o peso deve estar distribuído sobre a planta dos pés e que esta deve apoiar-se firmemente sobre o solo a cada passo. Caminhar com uma ligeira inclinação para a frente e com os pés em posição normal, tornará mais fácil a descida.

c. Marcha em ladeiras com grama

Em terrenos com ladeiras e ocorrência de grama, esta geralmente se apresenta interposta em área de vegetação de pequeno porte. Em consequência, ao subir além de aplicar tôdas as técnicas já mencionadas, é aconselhável parar em tôdas as áreas quando o terreno se apresentar menos inclinado. O melhor processo para descer este tipo de terreno é fazê-lo transversalmente, dando pequenos saltos; por este processo, o pé que se encontra levantado é usado para orientar e equilibrar o corpo.

Este método é também muito útil quando se desce um terreno muito consistente em talude.

d. Marcha em taludes detriticos

Os taludes detriticos apresentam-se sob a forma de pequenas pedras depositadas no sopé das formações rochosas. Seu tamanho varia desde pequeninas pedras até aquelas que têm a largura do punho da mão.

Ocasionalmente aparecem pedras maiores, mas geralmente os taludes se apresentam caracterizados por pedras do mesmo tamanho. Ao subi-los encontra-se grande dificuldade em face do desgaste físico; sempre que possível deve evitar-se escaladas dêste tipo.

Nestas formações rochosas aplicam-se todos os princípios já ensinados para terreno consistente; cada passo que se dá deve ser executado cautelosamente, para que o pé não deslize quando sobre ele se exerça o peso do corpo. Isto é conseguido facilmente se, ao apoiar-se o peso do corpo sobre um dos pés, verificar-se primeiramente a firmeza da rocha em que ele ficará apoiado.

A melhor maneira de descer este tipo de terreno é em linha reta. Neste caso, é importante manter-se a ponta dos pés apontada para baixo, o tronco ereto e os joelhos flexionados. Como no descer-se um terreno inclinado existe a tendência de adquirir-se velocidade, deve ter-se o cuidado de controlar o ritmo das passadas.

Inclinando-se para a frente obtém-se melhor controlo.

e. Marcha em taludes pedregosos

Estes taludes são semelhantes em formação aos taludes detriticos porém as suas pedras são maiores.

A técnica de caminhar-se nêles diz que devemos parar sobre as pedras que se orientam no sentido da elevação, tendo-se o cuidado de nelas escolher as fáceis que proporcionem melhor apoio.

Além deste, são aplicados todos os fundamentos mencionados anteriormente.

f. Medidas de segurança

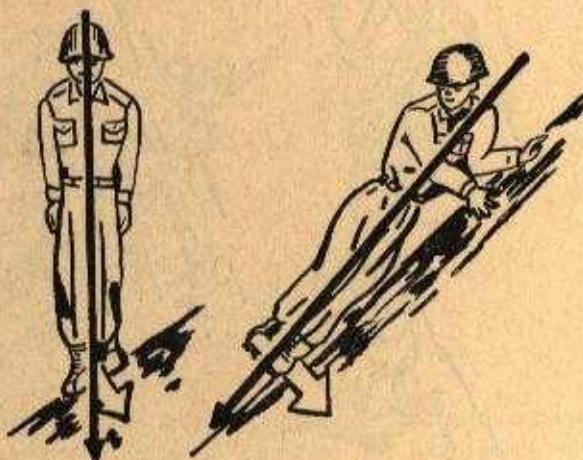
É importante evitar-se o deslocamento de pedras. Uma pedra que role é extremamente perigosa para os homens que se encontram mais abaixo. Se durante uma escalada uma pedra rolar, é de suma importância avisar aos demais componentes da equipe. O descuido na observância desta medida, poderá malograr uma missão bem preparada, uma vez que, se uma pedra, ainda que pequena, rolar e atingir a cabeça de um homem, poderá matá-lo ou causar-lhe lesão muito grave. Ao passar em regiões onde existam muitas pedras, troncos caídos, deve-se contorná-los, uma vez que sua transposição implica em grande desgaste físico. Quase sempre um talude pedregoso é transposto transversalmente; em talude detritico é a reta mais conveniente para a descida.

g. Escalada em rochas

(1) Subida de "Balance"

É um tipo de técnica utilizada para ultrapassar superfícies de inclinação bem acentuadas.

(2) Posição do corpo



O montanhista deve subir de tal modo que o peso de seu corpo esteja igualmente distribuído sobre os pés. Os pés e não as mãos, suportam o peso do corpo. Este princípio deixará de ser seguido nas inclinações extremamente pronunciadas.

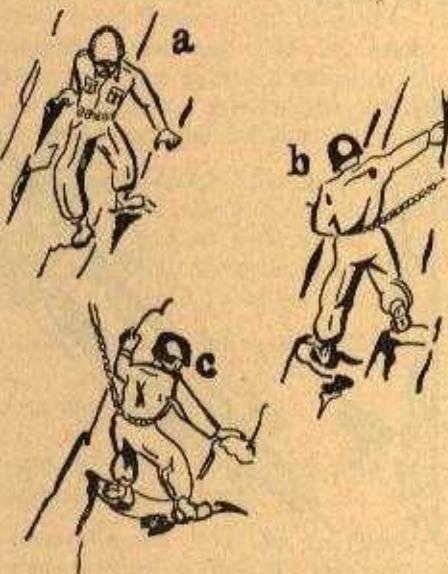
Os pés não aderem bem às rochas quando aquêle que sobe afasta o seu corpo da rocha; o montanhista desloca-se em movimentos lentos e ritmicos. Quando se torna possível, utilizam-se três pontos de apoio: os pés e uma das mãos. As garras ideais são aquelas que se situam entre a cintura e os ombros. É necessário repousar vez por outra, porque os músculos se cansam facilmente; quando se descansa, as mãos mantêm-se voltadas para baixo até que a circulação do sangue se normalize.

É preferível usar agarras bem próximas para evitar-se que as mãos e os pés fiquem muito afastados.

Ao descer, o montanhista coloca-se de frente para a rocha quando a escala é difícil e faz o contrário quando é fácil. O montanhista deve usar os pontos de apoio mais baixos.

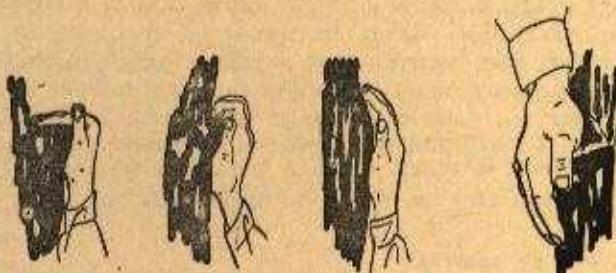
(3) Tipos de agarras

(a) Agarras de puxar: são aquelas em que se exerce esforço de uma posição mais baixa; são as mais fáceis de usar e que oferecem menor segurança.



(b) Agarras de empurrar: são aquelas em que se exerce esforço de uma posição alta e ajudam ao montanhista colocar seus braços convenientemente; todavia são mais difíceis de manter-se quando se escorrega.

(c) Agarras de fricção: são aquelas em que se depende unicamente de atrito, das mãos e pés, para manter-se o corpo parado em uma superfície lisa e inclinada. São difíceis de se utilizar, uma vez que dão sensação de insegurança para quem a utiliza pela primeira vez. Com frequência servem como agarras intermediárias e proporcionam o apoio necessário para posteriormente utilizar-se um outro tipo de agarra.



(d) Agarras tipo cunha: estas têm o formato de uma cunha, na qual poderá ser introduzida qualquer parte do corpo ou extremidade (mãos e pés). Utiliza-se este tipo de agarra introduzindo-se

uma das mãos em seu interior e, correndo o punho ou colocando-se o braço em seu interior, pressionando-se a mão num sentido e cotovelo em outro, de modo que se forme uma alavanca.

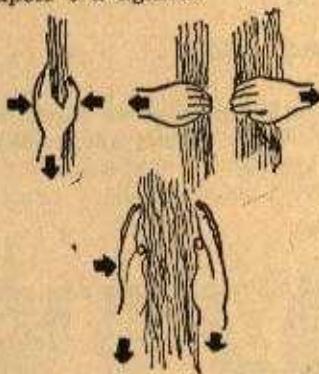


Quando se utiliza o pé no interior da cunha, deve-se ter o cuidado de verificar se o pé firma-se nas paredes da rocha, de tal modo que possa ser movimentado com facilidade para o prosseguimento da subida.

(e) Agarras de combinação: as agarras já mencionadas são consideradas básicas e delas podem derivar um grande número de combinações. Estas dependem únicamente do poder imaginativo daquele que se propõe a utilizá-las.

(f) Agarras tipo pinça e pressão: estas são utilizadas comprimindo-se entre os dedos qualquer protuberância apresentada pela rocha.

(g) Contrapêso com a espádua: utiliza-se este tipo apoiando-se as costas nas rochas, enquanto que com as mãos e os pés procura-se o ponto de apoio e a agarrada.



(h) Agarras invertidas ou agarras de empurrar: chamadas, às vezes, agarras inferiores; permitem fazer pressão com as mãos enquanto os pés se deslocam a procura de outro ponto de apoio.



(I) Escalada de chaminé:

O sistema de esforços opostos combinados é largamente empregado neste processo das chaminés (são fendas muito largas para que nelas possa ser introduzido o corpo).

Tipos de chaminés:

Há aquêles cuja largura permite a extensão das pernas. Nesta, as mãos e as costas apóiam-se em uma das paredes e os pés na parede oposta.

Chaminés de largura média:

Na face em que estão apoiadas as costas situam-se, por exemplo, a mão esquerda e o pé direito, apoiando-se o pé esquerdo e a mão direita na face oposta.

Chaminés estreitas:

Usam-se ambas as mãos em frente e os pés alternados em oposição com as costas.

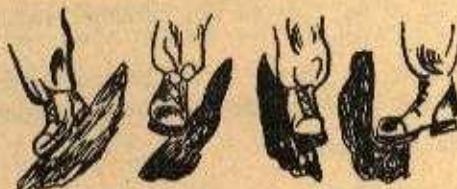
Chaminés muito largas:

Não se pode usar o "rala-costas". Faz-se a oposição de pernas e braços com o tronco, no meio da chaminé.



(j) Apolo para os pés:

O calçado com sola de borracha adere firmemente em ladeiras com inclinação até 45°. Em inclinações muito acentuadas o corpo deve manter-se na vertical, aproveitando-se ainda todas as irregularidades para aumentar a aderência do calçado à rocha.



Os pontos de apoio menores que 1/2 polegada serão suficientes para sustentar o peso de um homem.

(1) Segurança:

A segurança e a proteção de que dispõe o montanhista para realizar a escalada são adquiridas da seguinte maneira:

O montanhista aprende quais os limites de sua habilidade escalando uma pedra de pequena altura, sem ajuda ou amarrando-se a uma corda, segura por um homem mais adestrado.

Inicialmente, ao escalar-se uma pedra, aproveita-se a agarra mais fácil; em seguida passa-se a utilizar a agarra mais difícil, situada em acente mais pronunciado até atingir os limites de sua habilidade.

O limite de segurança deve ser medido, considerando-se toda a escalada e não sómente alguns lances que a constituem. O itinerário a ser percorrido e os movimentos a serem executados devem ser planejados com suficiente antecipação, para que não se depare com lances fora do limite de suas possibilidades. O guia deve conhecer também as possibilidades de seus homens e deve fazer certas concessões, face às limitações de cada um.

1º) Escalada externa:

O trabalho principal é executado pelas mãos e os pés, aproveitando as saliências da montanha; o uso de cotovelos e joelhos é condenado nesse tipo.

No deslocamento de uma posição para outra, usam-se três pontos de apoio para buscar um quarto.

2º) Escalada interna:

O sistema de esforços opostos combinados é largamente empregado neste processo, onde utilizamos a técnica já estudada de transposição de chaminés.

3º) Escalada mista:

O tipo clássico são as fendas. Diferenciam-se das chaminés por não permitirem a introdução completa do corpo.

Fendas de largura média:

Escala-se por trancamento de antebraço e de uma das pernas.

Fendas estreitas: dois casos podem surgir:

— Quando ficam na face de um paredão: escala-se por trancamento de pés e de mãos.

— Quando ficam no vértice de um diedro: as mãos tracionam no bordo da fenda e os pés pressionam sobre a parede fronteira.

(4) Escalada artificial

Tornando-se impraticável a escalada por meios naturais, lançamos mãos de artifícios variados de acordo com as características do lance.

Daremos alguns exemplos:

Grampeação:

Existem dois tipos de grampeação:

1º) Os grampos fixos que, depois de instalados não são mais retirados.

2º) Os removíveis, são os chamados "pitons" que são usados em pequenas rachaduras da rocha e retirados, assim que seja feito o lance.

Os lances podem ser: de cordas — a subida em cordas fixas é sempre feita com o corpo perpendicularmente ao paredão e os pés sempre chapados na rocha.

De cabos de aço — é feito da mesma maneira que nos lances em corda.

Ainda temos:

Descida de "Rappell"

Travessia Tirolesa

Travessia comando Crawel

(5) Descida

Descida normal na escala natural; dois processos, dependendo da facilidade do lance:

1º) Lance fácil: o escalador mantém as costas para a rocha.

2º) Lance difícil: por ser desprovido de saliências naturais evidentes, desce-se de lado, utilizando-se o bordo do calçado.

(6) Tipos de segurança

A segurança em escalada compreende as várias precauções tomadas com o intuito de reduzir os riscos de queda ou, pelo menos, facilitar o salvamento, nos casos em que não possa ser evitada. Sempre que haja certa continuidade nos lances de uma escalada, é interessante que os membros de grupo estejam unidos por corda de segurança; assim poderão ajudar-se mutuamente nas passagens mais difíceis. Não devemos admitir mais que cinco elementos encordoados; acima deste número o grupo deve ser dividido em duas ou mais cordoadas.

Pela capacidade de cada elemento os dispomos da seguinte maneira:

- (a) o maior capaz: o guia
- (b) o mais forte.
- (c) o menos hábil

- (d) o penúltimo em capacidade
- (e) o segundo em capacidade

Na desida dá-se o inverso o (e) vem em primeiro e o guia por último.

A distância entre os elementos pode variar de acordo com o lance, não devendo ser inferior a 6m.

(7) Processos visuais de segurança

A segurança, tanto do guia como dos participantes, seja em grupo encordoado ou não, depende não só do sentido em que é executado, de baixo para cima ou de cima para baixo, como das condições do sítio.

1º) Segurança do guia para o segundo:

Se o lugar oferece relativa comodidade, faz-se passar a corda que vem de baixo, sob uma das axilas cruzando-a nas costas e passando-a sobre a espádua oposta. A corda é controlada por ambas as mãos, em movimento alternativo. Deve-se observar o máximo de cautela, a fim de que uma queda súbita não acarrete o deslocamento de quem faz a segurança. Aliás é sempre interessante que estejam amarrados ao executarem uma segurança.

2º) Segurança do segundo para o guia:

A segurança em torno da espádua, neste caso, deve ser evitada. Sempre que possível, deverá ser feita em torno de um ponto fixo, pois uma queda brusca poderá ter várias consequências.

3º) Auto-segurança:

Nas passagens horizontais, principalmente, a segurança deve ser feita com toda atenção, a fim de evitar possível pêndulo, formado pelo escalador ao cair.

Se a passagem é desprovida de artifícios, o guia deve tirar o maior partido possível das pedras e árvores que existam na região, tendo o cuidado de passar sua corda de segurança em torno destes acidentes, à medida que progredir. Se a passagem é grampeada, o guia faz a auto-segurança por intermédio de mosquetão, que se coloca previamente no grampo.

6. CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL EMPREGADO

Apreciação do comportamento do material empregado, do equipamento individual.

O material empregado na preparação da pista como: cordas e mosquetões tiveram ótimo desempenho. As cordas de 1 1/2, 7/8, 1 e

3/8 de polegada, empregadas na preparação da pista, resistiram ao desgaste oriundo da passagem dos homens que a executaram.

O equipamento individual todavia não apresentou bom rendimento; os uniformes se rasgaram ou descoseram com muita facilidade; a jugular e a queixeira do capacete eram frágeis e suas costuras se desfizeram com muita facilidade; os coturnos além de mal confeccionados, quando muito solicitados soltavam o solado de borracha e permitiam que os pregos molestassem os pés de quem os calçava.

7. PESSOAL PARTICIPANTE — EQUIPE DE INSTRUÇÃO — EXECUTANTES

A equipe de instrutores e monitores que orientou os trabalhos executados na pista de montanha, distribuiu-se da seguinte maneira:

a. Entrada da pista

I sargento encarregado de anotar os seus executantes e verificar o equipamento conduzido por eles.

b. Subida em corda vertical de 7m

I — material empregado: corda de 1 polegada.

II — pessoal de pista: 1 soldado colocado na parte mais elevada para anotar o número do instruendo e orientá-lo na subida.

c. Túnel com 10m de extensão

I — material empregado: madeiras e arame farpado dispostos de tal modo que obrigasse ao instruendo ultrapassá-lo rastejando.

II — pessoal de pista: 1 soldado no término do túnel onde anota o instruendo.

d. Preguiça com 15m de extensão

I — material empregado: corda de 1 polegada.

II — pessoal de pista: 1 soldado no término da preguiça onde anota o número do instruendo.

e. Passeio de "Tarzan"

I — material empregado: cordas de 1 polegada, afastadas 50 cm e dispostas verticalmente, prêas a um suporte de madeira; o número de cordas é variável face a resistência e o preparo físico dos instruendos.

II — pessoal de pista: 1 soldado no término do obstáculo onde anota o número do instruendo.

Obs.: face a dificuldade que este obstáculo apresenta para ser transposto, deverá ser guarnecido por um graduado; este homem, sempre que se tornar necessário, deverá demonstrar como é feita a transposição do obstáculo.

f. Rala-costas

Constitui-se de uma descida com inclinação bem acentuada, de tal modo que obriga ao instruendo descer apoiando-se no chão, com os pés e as mãos. Sua extensão poderá oscilar de 40 a 60 m.

g. Escalada de paredão

I — material empregado: cordas de 7/8 de polegada.

II — pessoal de pista: 1 homem deverá ficar encarregado de orientar técnicamente a transposição do obstáculo e, anotar o número dos instruendos.

1 homem ficará encarregado de fixar a segurança ao instruendo.

1 homem na parte mais elevada do paredão dará a segurança ao instruendo.

h. Descida de Rappell

I — material empregado: cordas de 7/8 da polegada.

II — pessoal de pista: 2 homens na parte elevada do Rappell, encarregados de anotar e orientar o instruendo na descida; caso a descida apresente algum ângulo negativo, ficará um homem encarregado de orientar o instruendo técnicamente, na parte mais baixa.

i. Cabo aéreo

I — material empregado: corda de 1 ½ polegada

corda de 7/8 polegadas

corda de 3/8 polegadas

roldana.

II — pessoal de pista: na parte mais elevada do cabo aéreo, ficarão os homens necessários à segurança e equipagem dos instrumentos; seu número é variável face às condições topográficas da região em que se instale o cabo aéreo, não devendo, entretanto, ser inferior a 3 homens. Na parte mais baixa, ficarão os homens necessários à desequipagem do instruendo.

Obs.: todos os homens encarregados de dar a segurança aos instruendos deverão ficar presos a troncos de árvores existentes na região, através de cordas e de mosquetões.

"Programa:

1.0. Operações em montanha:

- Conhecimentos gerais de técnica de escalada, equipamentos utilizados e tipos de escaladas.
- Descida em Rappell.
- Características do combate em montanha.

2.0. Ações contra guerrilheiros:

- Características do combate.
- Técnica de guerrilhas.

3.0. Assuntos gerais:

- Patrulhas e emboscadas (recapitulação).
- Orientação em terreno montanhoso.
- Uso da foice e cordas; conhecimento e prática de nós (recapitulação).

4.0. Marchas e estacionamentos:

- Definições.
- Segurança das marchas.
- Segurança nos altos.

5.0. Treinamento físico:

- Seções diárias de Educação Física."

(3) Quadro de trabalhos no terreno

D	INSTALAÇÃO DO ACAMPAMENTO	
D + 1	EXERCÍCIO DE QUADROS E TREINAMENTO INDIVIDUAL PISTA DE APLICAÇÃO — 3.ª SITUAÇÃO PARTICULAR (2 Pei) (2 Pei)	
D + 2	EXERCÍCIO DE QUADROS E TREINAMENTO INDIVIDUAL PISTA DE APLICAÇÃO — 3.ª SITUAÇÃO PARTICULAR (2 Pei) (2 Pei)	
D + 3	EXERCÍCIO DE QUADROS 4.º SITUAÇÃO PARTICULAR	
D + 4	EXERCÍCIO DE QUADROS 5.ª SITUAÇÃO PARTICULAR	REGRESSO AO ACAMPAMENTO

(4) Pista de Aplicação

Montagem de Instrução Especializada

Subida livre em um barranco com cerca de 45º de inclinação e 10m de altura.

No término do barranco lançar uma fataixa para subida de um paredão com 4m de altura.

Passagem por um túnel de 10m de comprimento.

Traveadia de um vão de 8m, utilizando um cabo e empregando o processo da "preguiça".

Travessia de um vão de 8m, utilizando 6 cabos dispostos na vertical e paralelas, empregando o processo do "Passeio do Tarzan".

Descida de um barranco pelo processo "Rala-costa".

Subida livre em um paredão de 4m de altura empregando a técnica de subida em montanha. A partir dos 4m terminar a subida através de um cabo.

Descida de um paredão de 10m empregando o processo da descida de "Rappell".

Travessia de um rio de 50m de largura; partindo de uma das margens a 20m de altura e chegando na outra a 2m de altura, utilizando o processo do "cabo aéreo".

(5) Exercício de quadros no terreno

9. SITUAÇÃO TÁTICA CRIADA PARA O EXERCÍCIO NO TERRENO

Situação geral

A República Caribeana após uma fracassada revolução popular, instigada por elementos comunistas, está sendo governada por uma junta militar presidida pelo Coronel Juan Canteiro.

Com a morte do líder rebelde, Javier Macaño, os revoltosos remanescentes sob a liderança de Hector M. Arake e Manoel La Capinha, refugiaram-se nas montanhas de San Cristobal, onde instalaram a base de guerrilhas do "Comando 14 de Abril".

A cidade de Caribú, capital da República, está sendo palco de diversos atos terroristas, coordenados por Heber Arisco, que tenta insuflar o povo contra o governo, através de manifestos, promovendo greves e provocando distúrbios nas ruas.

1º Situação Particular

As Forças Armadas, atuando enérgicamente, prenderam Heber Arisco, controlando a situação da capital, que voltou à sua vida normal.

Concomitantemente foram desencadeadas várias ações contra os guerrilheiros de M. Arake e La Capinha que, pressionados, instalaram-se na região da Colônia Ramphis com os remanescentes do "Comando 14 de Abril".

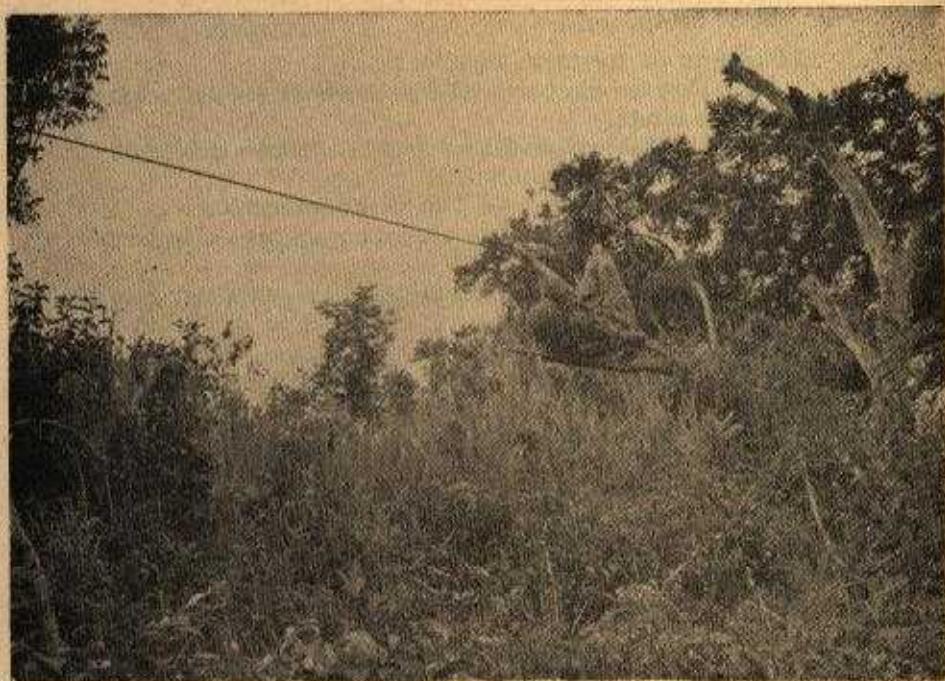


Foto 1 — Um Sd do I/REsI na preguiça



Foto 2 — Descida de Rappell

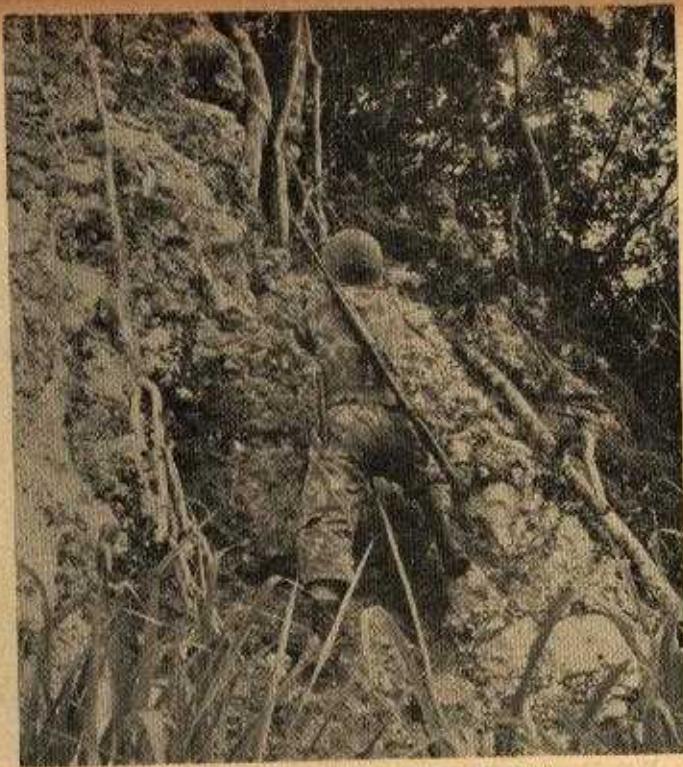


Foto 3 — Subida fazendo uso da bateira



Foto 4 — Soldado do I/RESI no "passeio do Tarzan".

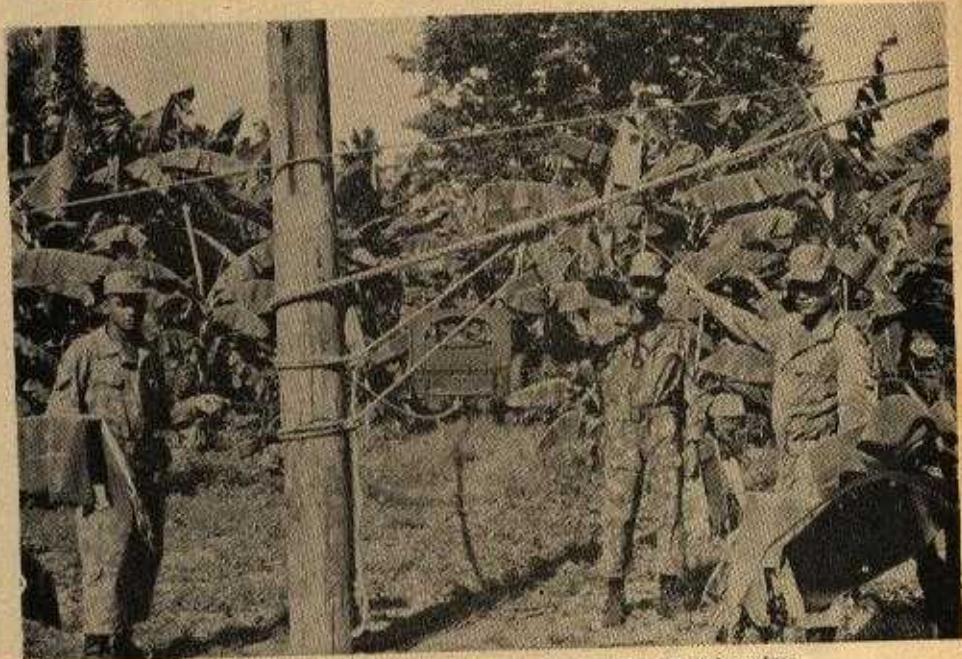


Foto 5 — Amarração do extremo de chegada do cabo aéreo



Foto 6 — Laçada da extremidade de saída do cabo aéreo



Foto 7 — O cabo guia da roldana deve permanecer enrolado como mostra a figura

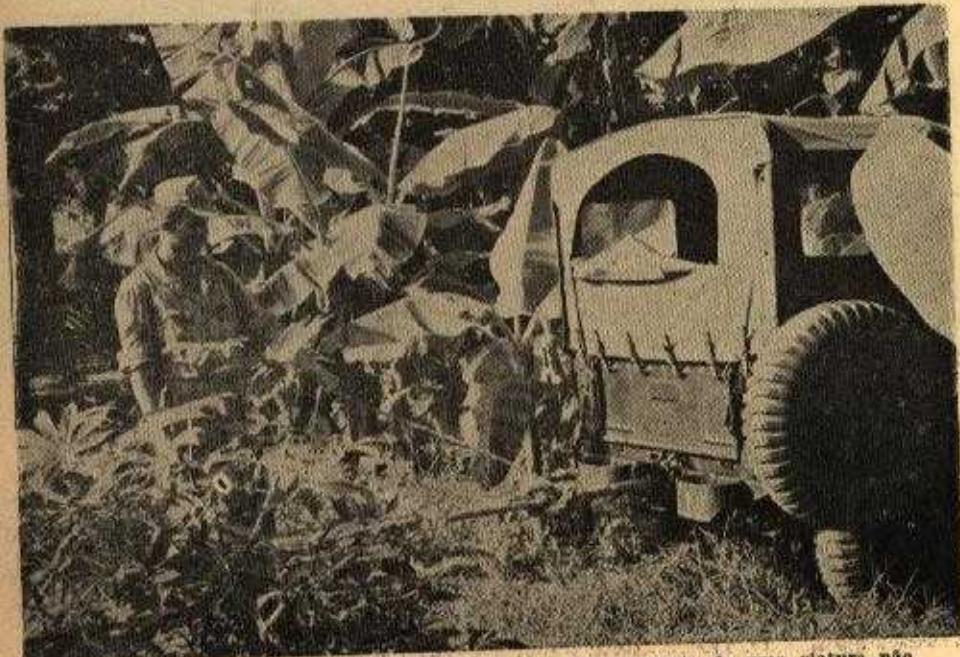
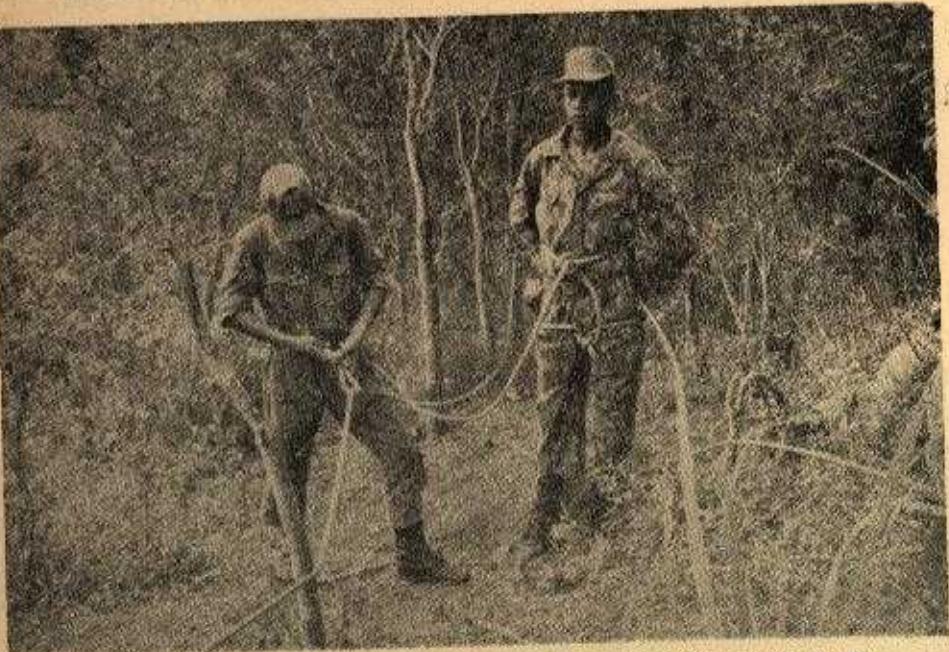


Foto 8 — O chicote do cabo deve ser amarrado no engate de uma viatura não só por questão de segurança como também para tesar o cabo



Foto 12 — O mesmo soldado no momento da aterragem



Fotos 13, 14, 15 e 16 — Sequência de preparativos para o lançamento de um sd do I/RESI no cabo aéreo

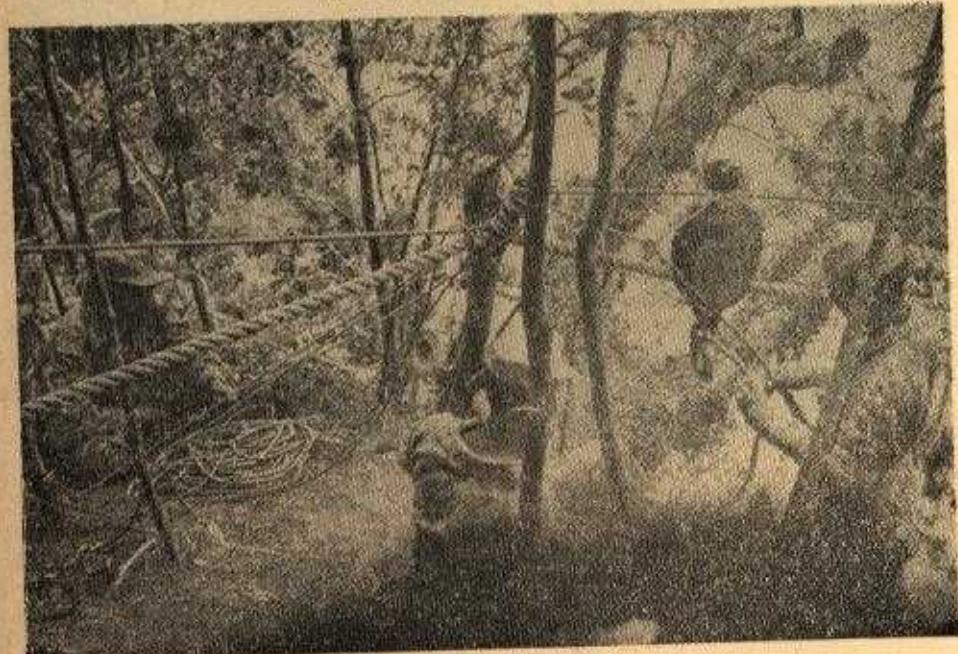
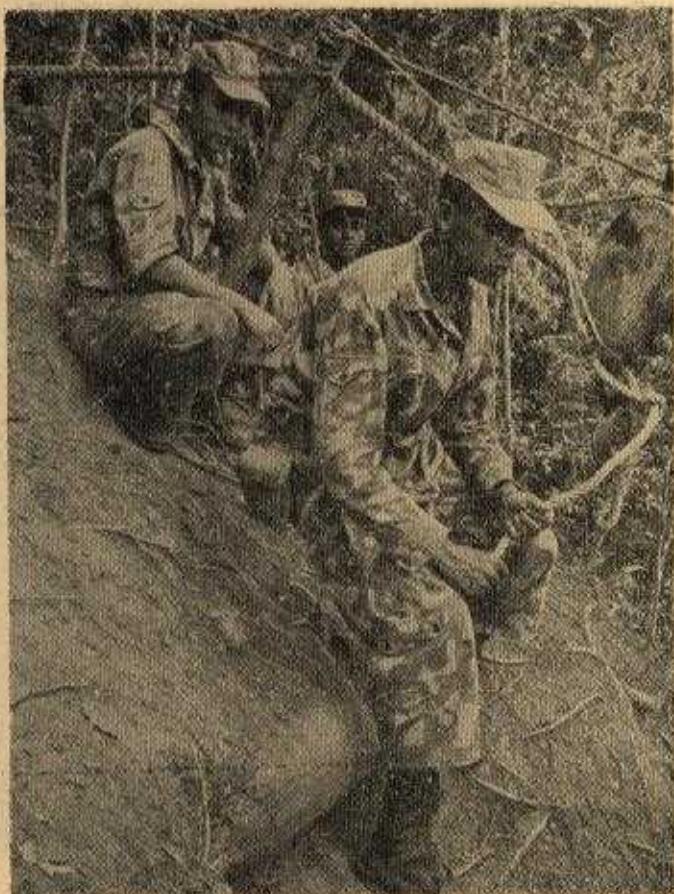


Foto 14



Foto 15





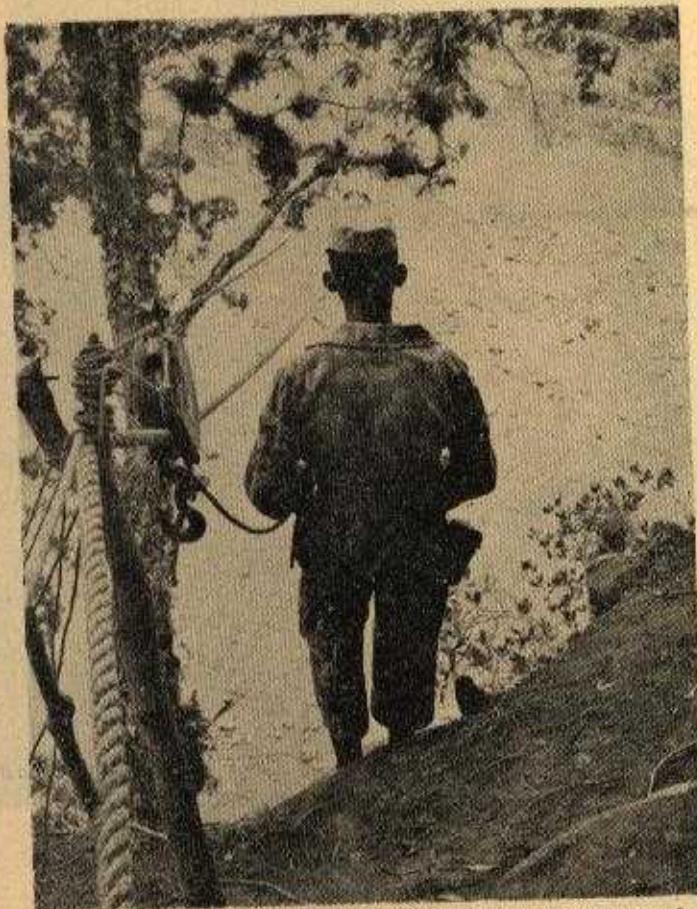


Foto 17 — Sequência de preparativos para o lançamento de
um sd do I/RESI no cabo aéreo



Foto 18 — Comunicações — o grande problema do Combate na Montanha



Foto 19 — Cmt de Pel tentando se comunicar com seu Cmt Cia



Foto 20 — Progressão de um pelotão

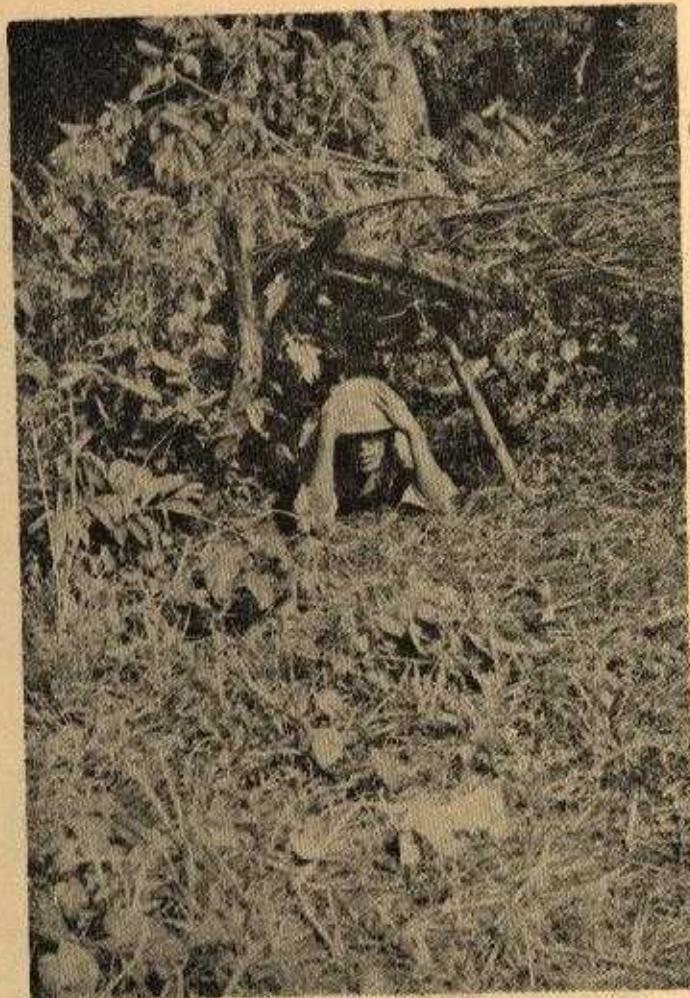


Foto 21 — A figura mostra um esclarecedor reconhecendo a trilha de seu pelotão; ele constitui a principal segurança do pelotão; são empregados nos pares



Foto 22 — Em plena mata, a trilha passa por uma clareira, local favorável a emboscada



Foto 23 — Travessia de um curso de água



Foto 24 — Dois guerrilheiros foram feitos prisioneiros durante um ataque de emboscada



Foto 25 — Ultrapassagem de um obstáculo da trilha, utilizando um guia e material de montanhismo

2º Situação Particular

O batalhão "Aliado" recebeu a missão de exterminar os guerrilheiros na região de San Cristobal.

Para cumprir esta missão o Cmt. do Btl resolveu atuar com a Cia "B" na região de Casa Caoba e com a Cia "A" na região do Rio Nigua, efetuando a limpeza dos guerrilheiros nestas regiões.

Prosseguir, posteriormente, com 1 Cia para apossar-se de Colônia Ramphis e restaurar a normalidade naquela localidade.

3º Situação Particular

A Cia "A", estacionada em Zona de Reunião, em uma 1.^a fase, enviou patrulhas de combate ao longo do Rio Nigua, efetuando a limpeza da região. Realizaram-se ainda os reconhecimentos necessários para a conquista de Colônia Ramphis.

4º Situação Particular

A Cia "A" recebe ordens para deslocar-se para as regiões de El Tablazo e Cambita Garabitos, onde estacionará.

Ficará em condições de prosseguir, mediante ordem para Colônia Ramphis.

O OFICIAL DE ESTADO-MAIOR

Gen. E. C. TOWNSEND

(Tradução e adaptação do Ten-Cel QEMA
RAYMUNDO M. NEGRÃO TORRES)

Há duas coisas que desejo discutir: a primeira é o trabalho de um oficial de estado-maior — o que ele realiza e como realiza, a segunda, são alguns princípios de funcionamento de um estado-maior, seja no que toca a um qualquer de seus membros ou ao seu próprio chefe.

ESTUDO

A primeira coisa realmente importante que qualquer oficial de EM tem de fazer é usar a sua cabeça. Ele a usa, basicamente, para estudar. Além disso, deve ser capaz de usar sua imaginação. Esta deve ser suficientemente viva para poder visualizar todo o desenvolvimento de uma ação, desde seu início até sua conclusão. Imaginação é tão importante, que se pode dizer que um oficial que não a empregue será, apenas, um oficial *no* EM mas não um oficial *de* EM. No curso do estudo de um assunto deve o oficial de estado-maior tornar-se perfeitamente senhor de todos os detalhes de seu trabalho.

A primeira coisa que um oficial de estado-maior necessita para seu trabalho é de uma Diretriz. Ao longo dos anos sempre existiram duas correntes no Exército a respeito da diretriz. A primeira (e que está rapidamente desaparecendo) diz que um oficial de EM deve ser capaz de incumbir-se de um trabalho, desenvolvê-lo até o final e apresentar sua proposta, sem ter recebido qualquer diretriz, de quem quer que seja. Haverá ocasiões, seguindo esse processo, nas quais o oficial de estado-maior chegará ao fim de um trabalho, apresenta-lo à ao Comandante ou ao Chefe do EM e ouvirá então: “— Bem, isto não é exatamente o que eu queria, volte e tente novamente”. Isto é causa tanto de frustrações para os oficiais de EM, como de grande perda de tempo.

O que está sendo preconizado atualmente é um emprêgo cada vez maior da Diretriz nos trabalhos de estado-maior. Esta prática tem sido incrementada desde a 2.^a Guerra Mundial. Uma Diretriz é absolutamente essencial. Um oficial de estado-maior, em seus estudos, deve certificar-se da Diretriz existente. Se não a recebeu, deve solicitá-la. Caso a resposta que não há Diretriz, isto, por si só, já é uma orientação.

NR — Este artigo é a coordenação de uma palestra realizada pelo autor, Sub-comandante da ECEME/EUA para os alunos do curso regular 65/66 da mesma Escola.

Outro aspecto relacionado com o estudo de um problema é o que diz respeito à forma final a ser observada, a qual deve ser visualizada desde a fase inicial do trabalho. O passo seguinte é fazer um esquema completo do mesmo, ainda que esse esboço seja sumário. Isto ajudará muito a chegar mais rapidamente à forma definitiva do estudo.

COORDENAÇÃO

A coisa seguinte que um oficial de estado-maior tem a fazer é usar suas extremidades inferiores: seus pés. Nisto reside o segredo de uma apropriada coordenação de estado-maior. É o que se poderia chamar "coordenação ambulante". A primeira modalidade, neste tipo de coordenação é caminhar ao encontro do indivíduo, com quem a coordenação tem de ser feita. Falar com ele, cara a cara; é sempre a melhor solução. A segunda, é reunir os interessados no problema, em torno de uma mesa, para o que todos usarão seus pés a fim de atingir o local da reunião. Qualquer outra forma de coordenação, exceto o uso do telefone se o sigilo permitir, será menos eficiente e deve ter prioridade muito mais baixa.

Quando se trata de coordenação, há certas coisas que não se deve fazer: uma, nunca expeça dentro do estado-maior um documento escrito para obter uma resposta ou informação; a proximidade em que trabalham os oficiais do EM não é aproveitada com o uso de tal meio. Dois, não faça coordenação através dos centros de mensagens. Cada assunto deve ser tratado como um recém-nascido: carregado no colo e bem cuidado. Alguém teria coragem de deixar um recém-nascido numa caixeta de documentos despachados, desassistido, numa tarde de quinta-feira, com a esperança de não vê-lo outra vez até a manhã da terça-feira seguinte? Isto seria, realmente, um meio de procurar, temporariamente, descartar-se de responsabilidades.

Há um excelente método de coordenação: o memorando para arquivo. Este é um dos mais poderosos instrumentos de que dispõe um oficial de EM e que o ajudará tremendamente na "coordenação ambulante" e na tarefa de reunir-se e discutir com os demais membros do EM. Após o término de uma reunião prepare um desses memorandos e envie cópia dêle a cada um dos participantes. Tal memorando será uma nota, à qual nenhuma resposta precisará ser dada, a menos que haja uma objeção ao seu conteúdo; caso essa objeção exista a mesma terá que ser "tirada a limpo"; caso contrário, a coordenação feita fica de pé. O ponto importante é — "coordenação ambulante" — levante-se e ande. Faça seus documentos caminharem, acompanhando-os como se fossem recém-nascidos merecedores do máximo carinho.

RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS

Depois de ter usado sua cabeça e seus pés, ao máximo, está o oficial de EM pronto para a ação seguinte: fazer propostas, objetivo último de todo seu trabalho. Um oficial de EM faz suas propostas oralmente ou por escrito, podendo, algumas vezes, combinar os dois processos. A apresentação oral representará pouca ou nenhuma dificuldade para um indivíduo que tenha estudado completa e profundamente um assunto. Mas nunca faça essa apresentação sem um ensaio prévio. Esta é a única maneira de atingir a concisão e a objetividade necessárias a evitar desperdício do tempo daqueles que a devem assistir. Jamais desperdice o tempo dos outros. Prepare-se convenientemente, para evitar fazê-lo.

Propostas são feitas igualmente por escrito, e, freqüentemente, através de um "Estudo de EM". Apenas uma coisa deve ser recordada a respeito do "Estudo de EM": tudo o que ele faz é apresentar os resultados de raciocínio e ação. Tal estudo não estabelece uma seqüência do processo de raciocínio, uma vez que este último pode ser orientado em qualquer direção que o solucionador deseje, mas representa uma forma lógica para apresentar conclusões.

Em um QG ou em uma Seção, o uso de um estudo de EM abreviado pode se mostrar muito útil e cumprirá sua finalidade em qualquer tipo de organização ou Fôrça, quando se deseje apresentar um assunto a comandantes ou autoridades superiores. Neste setor de suas atividades um oficial de EM deve estabelecer conclusões e fazer uma proposta específica ou definida. Em alguns casos, todavia, haverá comandantes que preferirão ouvir quais as alternativas ou linhas de ação possíveis e fazer sua própria escolha. Esteja preparado para agir de uma ou de outra forma, segundo o deseje o Cmt, Ch EM ou a autoridade superior. Finalmente, mais uma coisa: ao redigir um documento militar procure eliminar, tanto quanto possível, o uso de *adjetivos e advérbios* — eles reduzem a objetividade; use palavra do tipo incisivo, tais como: *seis livros* ou *seis livros pretos*.

SUPERVISÃO

Vistas estas ações, estamos prontos para passar à área seguinte nas atividades de um oficial de EM, qual seja a supervisão. Esta função será muito mais exigida de um oficial de EM de uma GU do que daqueles prestando serviço nos altos órgãos de direção do Ministério do Exército. Nessa supervisão, o que o oficial de EM faz, realmente, é verificar "in loco" se as diretrizes e ordens estão sendo bem compreendidas e complementadas. Para tanto, na maioria das vezes, ele visita unidades subordinadas. Nessas visitas insista sempre em

ver o Cmt da Unidade, de preferência no seu início, ou na sua conclusão, quando a solução anterior não foi possível. Seja absolutamente franco com esse Comandante; isto renderá bons dividendos a longo prazo. Quando você fôr um comandante insista nesse procedimento. Nunca se julgue demasiadamente ocupado, quando se tratar de receber o representante do Comando superior, qualquer que seja seu posto.

ORDENS

Após o que foi visto até aqui, chegamos à menos usual das atividades de um oficial de EM: dar ordens. Há ocasião em que o oficial de EM dá ordens. Normalmente, ele expede ordens em nome do comandante ou diz que o comandante (da DI, do Corpo ou do Exército) determina isto ou aquilo; haverá ocasiões, todavia, em que, embora falando em nome do Cmt, tais ordens partem do próprio oficial de EM. Tais ocasiões são porém muito raras e muito especiais.

A seguir desejo apresentar alguns princípios que vocês devem ter em mente quer estejam agindo como membros de um EM, quer o estejam dirigindo.

SIM E NÃO

O primeiro princípio relaciona-se com o dizer *sim* ou *não*, e é um dos mais importantes. A regra geral é que, de acordo com a orientação adotada pelo comandante, qualquer oficial de um EM pode dizer *sim*; mas o "velho" reserva, sempre, para si o direito de dizer *não*. Esta norma tem muito a ver com a operação descentralizada dentro de um EM, seja ele do tipo coordenador, diretorial ou organizado em subchefias. O que normalmente ocorre é a descentralização pelo Chefe do EM da autoridade de aprovar, que lhe foi dada pelo Cmt, aos Chefes de Seção ou Diretores. O Chefe do EM pode dizer ao F-3: "Você pode aprovar os trabalhos de iniciativa de sua própria Seção". Neste caso, no entanto, antes que o documento resultante circule fora da 3.^a Seção, cabe ao F-3 realizar a mesma coordenação que seria feita caso a aprovação fosse do próprio Chefe de EM. Em qualquer tipo de EM são sempre válidos: a delegação de autoridade para aprovar é feita dentro de certos limites e, de acordo com as diretrizes do Cmt, qualquer um no EM pode ser autorizado a dizer *SIM*; o comandante se reserva o direito de dizer *NAO*.

INFORMAÇÃO

O princípio seguinte diz respeito com o manter o Cmt informado. Assegure-se de que seu comandante nunca será surpreendido ou ficará embaraçado por falta de informações. Fique certo de que ele está a

par das más notícias; não permita, em nenhuma circunstância, que tais novas lhe sejam sonegadas. Se, ocasionalmente, alguma boa notícia escapa ao conhecimento do Cmt, isto não terá maiores repercussões, mas nunca falhe, em pô-lo a par do que vai indo mal. E se você tiver que errar nesse setor, prefira falhar dando informações demais, ao invés de dá-las de menos ou insuficientemente.

SER E NAO SER

A norma seguinte, que aconselho, tem a ver com a conduta individual dentro do EM: seja um solucionador de problemas e não um criador dêles, embora resolver problemas custe "massa cinzenta" e trabalho duro. A finalidade do EM é ajudar o Cmt na solução de qualquer problema que surja. Sempre que você tratar com outros membros do EM, sobre qualquer assunto, assegure-se de que não está "criando casos", ao invés de ajudar a resolvê-los.

A REGRA DE OURO

O princípio seguinte se refere também a uma atitude individual. Nós a chamamos "regra de ouro" (Golden rule) assim enunciada: Aja com os outros da mesma forma que gostaria que o fizessem com você, se as posições fossem invertidas. A prática da "regra de ouro" é o lubrificante que elimina os atritos dentro de um EM, fazendo com que as coisas corram suavemente. Isto, provavelmente, exigirá que cada um dê mais do que recebe; mas é a atitude conveniente que deve existir em qualquer EM. Você tem que procurar ser superior aqueles que não se mostram muito cooperadores. Dê sempre o primeiro passo nesse sentido, transponha a barreira, lance a ponte, e ajude o EM a funcionar sem fricções, eliminando-as com o lubrificante da boa vontade. Isto exige "grandes praças", mas o funcionamento suave de um EM não se faz sem elas. Esteja sempre pronto para dar mais de si mesmo.

ISTO PODE SER FEITO

O último princípio soa como um lema: "isto pode ser feito, isto pode ser feito". Todo aquêle que segue esta máxima tem que ser positivo, agressivo e otimista nas suas iniciativas, para poder resolver os problemas. Muita gente estará pronta para dizer que alguma coisa é impossível de ser feita, mas se você quiser, realmente, ajudar seu comandante a resolver seus problemas, sua atitude tem de ser positiva e otimista: "isto pode ser feito"!

BLINDADOS E A TRAVESSIA DE CURSOS DE ÁGUA

"Jamais um curso de água foi considerado obstáculo capaz de deter a marcha de um Exército por mais de uma jornada."

NAPOLEÃO

Ten-Cel MÉNARD

L'ARMÉE N.º 69, JUN/JUL 67
(Trad. do Ten-Cel Cav CEZAR MARQUES DA ROCHA)

Após o aparecimento do fogo nuclear, duas teses se contrapõem, uma minimizando, a outra exagerando a importância do obstáculo constituído por um curso de água e seu papel em um conflito futuro.

Uns pretendem que se o corte forma o contorno aparente de uma posição defensiva, será neutralizado antes de poder cumprir sua missão. O obstáculo não apresenta, portanto, nenhum interesse.

Outros afirmam que, como a descoberta de objetivos nucleares é aleatória, o curso de água, pelas demoras que impõe, obrigará a condensações, criando objetivos. A batalha será travada de corte em corte.

Estas duas teses têm um ponto comum: o curso de água atrai o fogo nuclear. Importa, pois, atravessá-lo no menor prazo. Desta conclusão nasceu um novo processo tático: "a travessia rápida". Sua característica essencial é ser efetuada com um mínimo de preparação e uma execução mais rápida possível. Ela não deve modificar o ritmo da manobra.

Propomo-nos a demonstrar que, se em ambiente nuclear a travessia rápida é uma necessidade tática, sua aplicação exige numerosos veículos anfíbios, autônomos, flutuantes ou submersíveis. Depois mostraremos que, face a esta exigência, as características dos cursos de água impõem embargos que os futuros veículos deverão ser capazes de sobrepujar.

Porque realizar uma travessia rápida, onde e com que, tais serão os pontos deste estudo.

ASPECTO TÁTICO

A travessia rápida é um processo que permite ganhar tempo. É realizável se certos meios têm capacidade de travessia autônoma. E tanto mais perfeita quanto maior número de meios possuir esta capacidade.

Em agosto de 1944, a 43.^a DI britânica tentou atravessar o Sena em VERNON. Foram necessárias 22 horas para estabelecer uma ponte de classe 9, e 46 horas para uma ponte de classe 40. Três meses mais tarde, a 30.^a DI Americana chega ao MOSELA. A ponte é terminada 48 horas após o inicio da travessia. Estes prazos são devidos às dificuldades que encontra uma infantaria progredindo só, sem apoio de blindados. Em guerra convencional, a decisão não pode ser obtida a menos que se disponha, o mais cedo possível, sobre a margem oposta do rio, de u'a massa de carros. Ainda, um tal modo de travessia, dito "a viva força", não pode ser realizado sem executar uma concentração de meios, ainda sobre a margem amiga, depois sobre a oposta. Sobre o Sena, durante a noite do 1.^o dia, cinco batalhões britânicos se mantinham em uma cabeça de ponte de 3 km²; os americanos ocuparam sobre o Moseia 10 km² com oito batalhões. Semelhantes concentrações são inaceitáveis em guerra nuclear.

Assim aparece, hoje imperativa, a necessidade de dispor sobre a margem adversa de uma força de choque constituída de blindados, disponível no menor tempo e isso sem realizar uma concentração excessiva de meios.

Nestas condições, o processo de desenvolvimento da ação poderia ser o seguinte: no decorrer de uma primeira fase, elementos leves efetuam um reconhecimento ofensivo sobre uma frente de 20 km por Divisão. A execução desta fase exige veículos anfíbios, blindados, canhões e transportes de tropas, capazes de atravessar o corte por pequenos grupos.

São seguidos, em uma segunda fase, pelo grosso das brigadas em condições de explorar uma eventual explosão nuclear. Então carros de combate, veículos mecanizados e artilharia progredem a uma ou duas horas de marcha, ou seja, 15 a 30 km à retaguarda do reconhecimento. Em uma 3.^a fase, elementos de apoio devem ser capazes de executar a travessia para assegurar os suprimentos rapidamente necessários.

No decorrer de uma missão retardadora, processos e meios serão os mesmos, porque o ritmo é análogo, impostos pelas demoras de resposta nuclear do adversário. Sobre estes esquemas as concepções francesa, americana (River Crossing) ou soviética (C'Razou) não diferem senão pelas demoras mais ou menos longas, consequência de sua dotação em meios anfíbios. Na França, deficiente em veículos anfíbios, a travessia por portada é hoje uma necessidade. Nos EUA, os elementos leves são anfíbios, mas os pesados não o são e o ganho de tempo é obtido montando pontes, em princípio duas horas após a passagem do reconhecimento. Para os soviéticos, a prioridade é dada à travessia do máximo de veículos por meios autônomos, e a descontinuidade desaparece entre as duas primeiras fases.

A disponibilidade de um número tão elevado quanto possível de veículos anfíbios é, pois, uma necessidade tática. Permite evitar as concentrações e aumentar a mobilidade das Unidades, ambos fatores importantes da segurança em conflito sob ameaça nuclear.

ASPECTO GEOGRÁFICO

Havendo exprimido suas necessidades táticas e antes de estudar a possibilidade técnica de realizá-las, convém definir o objetivo a atingir caracterizando o curso de água sob a forma de um obstáculo tipo. Isto permitirá traduzir estas características em especificações a serem impostas ao fabricante.

Para simplificar o problema, o teatro ocidental europeu limitado aos percursos de planície será o único considerado. Encontram-se aí, de 10 a 15 km, um corte com menos de 20 m de largura, o que representa 80% dos casos, de 40 a 50 km, um corte de 20 a 50 m (16%) e somente de 100 a 200 km, um corte de mais de 100 m (4%). Se o ritmo de progressão é de 100 km em dois dias para uma Divisão, esta encontrará durante este período de tempo, 10 a 20 cortes de menos de 20 m e 3 a 4 cortes de largura maior. Tal frequência justifica a necessidade de meios autônomos.

O obstáculo constituído pelo curso de água comporta um aspecto que pode ser considerado como estático: o solo. Compõe-se de uma margem de acesso, de uma margem escarpada, do fundo, depois escarpa e margem de saída.

As indicações que constam dos cartazes permitem fazer-se uma idéia bastante precisa do nivelamento e da natureza das margens. E, pois, possível montar uma manobra ou de escolher um eixo de esforço, evitando as margens escarpadas e as zonas pantanosas.

Por outro lado, a escarpa é desconhecida, salvo na proximidade imediata de vaus ou pontes. Ainda, ela se desloca ou se deforma rapidamente sob a ação da erosão, desaparecendo mesmo em período de cheia para se tornar um obstáculo de fundo. A escarpa possui, em areia ou em lodo, uma inclinação de 20 a 60%. Se for revestida de muro de alvenaria, este atinge avizinha-se dos 100% e pode, no caso do cais, constituir um obstáculo vertical.

Uma outra forma de margem é a saliente na parte superior, resultado da erosão da margem em torno de uma árvore com raízes traçantes; este obstáculo eleva-se, na maioria, a uma altura superior a 1 m.

A porcentagem de repartição estatística entre os diferentes tipos não foi ainda estabelecida, mas um primeiro estudo fornece os seguintes resultados:

inclinação superior a 100% — 50% dos casos;
inclinação de 100% a 30% — 35% dos casos e
inclinação inferior a 30% — 15% dos casos.

Se as características da escarpa podem ser determinadas por uma rápida observação, o fundo, pelo contrário, é muito mais complexo, variado e variável, necessita de uma análise detalhada feita com meios especializados. Uma carta do fundo deve fazer constar não sómente o perfil transversal com a posição do canal de estiagem e localização das poças, e, ainda, precisar também a sedimentologia, a granulometria, a localização das zonas de lodo. Como a validade das sondagens não excede a 5 anos, o reconhecimento detalhado deverá ser efetuado por mergulhadores, no momento da travessia. Não obstante, uma carta ajudará a determinar as zonas favoráveis para a escolha de um ponto de passagem.

A água, constituindo o aspecto dinâmico, é o 2.º elemento do corte. Seus parâmetros principais são profundidade e corrente.

A profundidade no caso é bastante fraca. Não excede 2,50 metros para o Reno, em Estrasburgo e no Elba, em Madeburgo. Profundidades acima de 6 m não são encontradas senão em alguns canais e nos estuários dos rios. Parece que a profundidade de 4 m é o máximo em 80% dos casos.

Como a profundidade, a corrente varia com as estações. A do Reno se situa entre, 1,2 e 2,8 m/s, mas de abril a agosto vai a 3,8 m/s. Ao Mosela, bastam 5 dias de chuvas para que a corrente chegue a 4 m/s. Tal cheia provoca, muita vezes, uma inundação: o Elba que se escoa ao nível de sua planície aluvial, se espraiá sobre mais de 20 km de largura. Entretanto, pondo de lado estes períodos excepcionais, a corrente se situa, em média, entre 1 e 3 m/s.

Graças a estes dados, e não obstante sua imprecisão, parece possível traçar um esboço do obstáculo. Em 80% dos casos, sua largura é inferior a 20 m, sua profundidade é da ordem de metro e sua corrente não ultrapassa 1 m/s. Mas para se obter uma probabilidade de 95% dos casos é necessário considerar as seguintes características: largura inferior a 100 m, profundida não excedendo os 4 m, corrente inferior a 3 m/s. Resta um último parâmetro: a escarpa. Como na metade dos casos sua inclinação é superior a 100%, parece necessário fixar a inclinação neste valor e juntar a ela o muro vertical de 1m de altura.

O problema geográfico foi examinado. Se a freqüência e a importância dos cortes justificam plenamente o interesse nêle depositado se a água com a profundidade, e corrente não parece, à primeira vista, apresentar maiores dificuldades, é certamente por suas escarpas e seus fundos, variados e variáveis que o curso de água constitui um obstáculo ponderável.

ASPECTO TÉCNICO

De um lado, as necessidades táticas justificam cada dia mais a obrigação para os veículos de combate de dispor de uma capacidade

autônoma de travessia. Por outro lado, as condições geográficas ressaltam grandes inconvenientes.

As possibilidades técnicas vão esforçar-se para encontrar uma solução adequada entre as necessidades e as dificuldades, procurando adaptar o carro a um meio diferente daquele para o qual foi criado.

A imersão e a flutuação por dispositivos auxiliares são dois processos que têm mais de 20 anos de experiências. Em agosto de 1940, para o desembarque na Inglaterra, 130 carros alemães MARK III e IV foram equipados com um Schmorkel que permite uma imersão de 8 m. Serviram, em 22 Jun 41, para a travessia do rio BUG, mas o processo foi abandonado devido aos problemas de estanqueidade que criava dificuldades incompatíveis com a cadência de uma produção de guerra.

Para desembarcar em OMAHA, em 6 Jun 44, 32 carros ingleses — Sherman ou Cromwell — receberam uma hélice e um flutuador de tela, mas 27 não atingiram a praia. Este dispositivo foi repetido, em 2.ª vaga, para a travessia do Reno, em 23 Mar 45.

Ao lado destes processos, uma solução mais evoluída é realizada hoje. A flutuação integrada. Desde o final da guerra, tanto do lado russo como do anglo-americano, os tipos de veículos se multiplicam e as narrativas de travessia do Elba e do Reno são numerosas. O estudo dos tempos sucessivos de uma travessia vai permitir fazer aparecer possibilidades e servidões dessas diferentes soluções. A entrada na água é em geral fácil, porque uma inclinação de 100% ou uma borda livre de 1m, não constituem obstáculos insuperáveis. As demoras para preparação foram reduzidas passando de 48 a 4 horas e mesmo alguns minutos para os veículos mais aperfeiçoados.

O veículo estando na água, se o deslocamento for na superfície, as regras são bem conhecidas. Exigem entretanto uma forma incomum. O veículo blindado ideal é ovoíde para facilitar o ricochete, sua silhueta é compacta, sua relação peso-volume é elevada. A um dado peso, uma boa flutuabilidade vai exigir o dobro do volume, diminuindo a proteção à metade, aumentando a silhueta, e assim a vulnerabilidade. A propulsão pode ser assegurada pelo movimento das lagartas, mas as velocidades são pequenas. A hélice oferece bons resultados mas é frágil. O hidrojato, oferece solução intermediária mais interessante; os americanos, por este processo, obtiveram velocidade de 1,5 m/seg e os Russos 2,5 m. Esta seria o limite inferior aceitável para se dirigir em uma corrente média.

Se a navegação deve ser efetuada em imersão, novos problemas se apresentam, embora a forma do veículo pouco importe e não seja necessário sacrificar a proteção. Os progressos realizados no domínio das juntas asseguram a estanqueidade a pressões de 0,4 a 0,6 Kg/cm², quer dizer, à profundidade de 4 a 6 m. A velocidade de progressão importa pouco e os riscos de atolar são pequenos, porque

a pressão unitária cai abaixo de 200 gr por cm^2 devido ao volume deslocado. Mas aparecem duas dificuldades maiores, sendo a 1.^a o risco de intoxicação pelo óxido de carbono do escapamento do motor, e a outra, a ausência de visibilidade na água, na maioria das vezes inacenta. Dessas dificuldades pode resultar uma apreensão que pode levar a guarnição a falsas manobras.

O último obstáculo é o da saída da água. Um carro ultrapassa habitualmente um muro de 80 cm de altura e supera um alicne seco de 60%. Muitas vezes, a escarpa está em saliência ou sua inclinação é superior a 100% com um coeficiente de aderência muito fraco: o carro patinará. Neste aspecto a superioridade da lagarta sobre a roda é muito relativa e as vantagens que apresentam os pneumáticos de grande diâmetro e de baixa pressão para as características de veículos leves permitem atualmente hesitar entre uma ou outra solução.

Tais são as dificuldades impostas pela aptidão anfíbia. Elas se resumem na silhueta, na proteção mais fraca do material flutuante, nas dificuldades de progressão sobre o fundo e, em todos os casos, nos problemas de saída da água; considerando as necessidades táticas, as características dos veículos muitas vezes serão diferentes de acordo com seu emprégo nas diferentes fases do combate.

Para os veículos de transporte, utilizados na fase chamada de apoio, não há dificuldade técnica de fabricação. Os americanos fizeram flutuar o jipe e o GMC. Os ingleses acabam de construir um caminhão anfíbio, o "Stalwart". O emprégo tático desses veículos não podendo ser examinado senão após a abertura de passagens nas escarpas, o problema de saída da água é de pequena importância.

O único inconveniente é de ordem financeira porque o Stalwart custa duas vezes mais que um Berliet de carga útil equivalente.

Para o carro médio e os veículos de apoio cujo peso ou o formato impede a flutuabilidade integrada, pode ser feita a escolha entre a imersão ou a flutuabilidade por dispositivos auxiliares. Os britânicos escolheram o segundo, os franceses, americanos e russos, o primeiro, mas todo o material em serviço pode ser equipado com um dispositivo auxiliar. Nenhuma dessas soluções é onerosa, em comparação com o preço do carro.

Sob o ponto de vista tático, as servidões da imersão são o reconhecimento do fundo por mergulhadores, depois o balizamento e a direção dos veículos; a servidão do dispositivo auxiliar é a vulnerabilidade. Nos dois casos, o corte da escarpa é necessário.

É para o veículo de reconhecimento que o problema é mais delicado. Sua flutuabilidade autônoma é obtida em detrimento de sua proteção, mas deve ser capaz de abordar a margem oposta sem preparação. E sobre ele que repousa esta velocidade de execução, elemento mais importante, da travessia rápida.

Também nossos conhecimentos técnicos não nos permitem dominar senão uma parte das dificuldades geográficas. Soluções podem ser apresentadas para a travessia dos "grossos" mas, para a fase capital do assalto, a escarpa oferecerá na maioria dos casos, um obstáculo difícil de vencer. Ora, toda a pirâmide do sistema repousa sobre o sucesso desta fase, importa então que uma solução adequada seja adotada para permitir ao veículo de reconhecimento realizar travessia rápida.

PERSPECTIVAS FRANCESAS

Qualquer que seja a agudeza do problema e não obstante os estudos realizados, há 25 anos, o curso de água constitui sempre um obstáculo do qual não convém subestimar a importância.

Diante deste obstáculo nossas possibilidades em França são as seguintes:

O carro de reconhecimento está em estudos e seus protótipos vão se beneficiar da experiência obtida no estrangeiro neste domínio.

O CC AMX 30, que entra em serviço, é capaz de atravessar água com 4 m de profundidade em imersão. O caminhão de transporte e o veículo anfíbio de aterrado estão em estudos. Para os veículos existentes, como o VTT (TBP), os automotores... dispositivos auxiliares de flutuação poderiam ser instalados ou então seriam utilizadas as portadas ou as barcas automotores que, embora em número restrito, constituem meios eficazes na segunda fase.

Para o futuro, se o helicóptero de grande capacidade, muito vulnerável, não for capaz de trazer a solução procurada, é entretanto, na terceira dimensão que ela será encontrada sob a forma de um veículo blindado-ponte. No momento, o blindado leve anfíbio, dotado de um dispositivo de redução de escarpa, é o elemento de base, sem dúvida imperfeito, não obstante indispensável a toda a tentativa de travessia rápida.

O rendimento máximo desse material será obtido em um contexto a definir. Como o combate noturno exige treinamento e sua eficiência é multiplicada pela frequência desse treinamento, a travessia rápida exige também um sério hábito pelas guarnições. Este treinamento só é possível se se dispõe de terrenos ao longo de cursos de água vizinhos dos campos de instrução, e também que os meios auxiliares indispensáveis, como cartas de escarpas, fundos mergulhadores... estejam disponíveis junto às Unidades.

A travessia rápida é uma necessidade, o obstáculo é difícil, o material será sempre imperfeito, só o treinamento da tropa poderá diminuir essas deficiências.

A SENTINELA DO JARAU

Jotagá

Retezos os músculos,
Olhar bem longe
Na planície distante,
O ouvido atento,
A lança em riste,
Ei-la, — a Sentinela do Jarau.

Ninguém, quilômetros em roda,
Foge à sua vista!
Ninguém sussura,
Ninguém move uma palha,
Sem que seu ouvido alerta
Não registre!

Tem havido momentos
Na vida dêstes pagos,
Que se nota em seu olhar
Raios de tristeza,
Sulcos de amargor
Em suas faces.

Tem havido momentos
Na vida dêstes chãos,
Que lágrimas de dor
Cortam-lhe o rosto,
E há quem a tenha visto
Em desaprovação!

Nem tudo que se diz
 Nestas paragens,
 Onde o vento retempera
 E onde a chuva fina e fria
 Caldeia as vontades,
 Tem sua bendição.

Sentinela do Jarau!

— Onde está o inimigo?
 — Onde se oculta?
 — Onde seus fogos?
 — Onde a poeira
 — De suas cavalhadas?

Sentinela do Jarau!
 Agora, nestes tempos,
 De nada vale o olhar,
 De nada vale o ouvido,
 Não basta a mão na fronte,
 Perscrutar o chão!

Sentinela dos meus pagos!

O inimigo é outro,
 De outra forma age;
 Ele agora não tem o peito aberto,
 Não traz a fronte alta,
 Se esgueira, não galopa.

Sentinela de meus pagos!
 Pagos da verdade,
 Onde a mentira não havia
 Onde a palavra era uma,
 E atrás não se voltava
 E ninguém se desdizia.

Sentinela do Jarau!
 Não basta olhar a estrada,
 Não basta olhar atento,
 É preciso, te digo,
 E o coração me dói,
 Perscrutar o amigo.

O inimigo é outro :
 Está em tôda a parte,
 Corta a mesma carne
 No fogão amigo,
 Chupa o mesmo mate
 Na bomba da amizade.

Mas o "ferro" do assado
 É o mesmo que apunhala;
 A bomba do amargo,
 A mesma que envenena,
 Sentinela triste do Jarau!
 Sentinela triste do meu pago!

Sentinela triste do Jarau!
 Trinta e cinco já vai longe
 E noventa e três também já não se vê;
 Hoje a verdade é outra,
 E de tôda mentira
 Um pouco se aproveita.

Os tempos têm mudado :
 O bom é manso,
 O ruim é ativo,
 O roubo é defesa
 E a deslealdade,
 Um tanto de esperteza.

As cores não têm como antes
 A clara fixidez
 Do branco branco,
 Do preto preto :
 Tudo é furta-côr,
 Tudo é meia luz.

A própria honra,
 Sentinelas tristes do Jarau,
 A lealdade, a vergonha,
 A palavra empenhada
 Que um só sentido tinham,
 Hoje têm dez.

Sentinela do Rio Grande heróico!
 Não olha para fora do Brasil,
 Deixa o sul e o oeste,
 O inimigo está aqui dentro
 Come à nossa mesa,
 Partilha o nosso lar.

Sentinela do Jarau!
 — Alerta teu ouvido,
 — Afirma o teu olhar,
 Que é outro o inimigo,
 Mas come à nossa mesa
 E partilha o nosso lar.

(*) Rio Grande do Sul.



Dados sobre um município paulista

MONTE MOR, QUE SE LOCALIZA NA REGIÃO DE CAMPINAS, ESTÁ EM FRANCO DESENVOLVIMENTO

Nestes últimos anos, especialmente depois da revolução de março, grande tem sido o surto de progresso que anima todos os municípios brasileiros. Monte Mor, o velho município paulista, que fica próximo ao Aeroporto de Viracopos, terra de tantas tradições históricas, também se integrou nesta fase de desenvolvimento, graças ao trabalho do seu povo em todos os setores de atividades.

O Prefeito sr. Benedito Santos que, pela segunda vez, dirige os destinos da sua terra, está empenhado em criar novas escolas para que, no município, continue a ser alto o índice de alfabetização, não existindo falta de vagas nos estabelecimentos escolares, para a população infantil. Na sua primeira gestão, de 1948 a 1951, criou duas unidades de ensino e reformou e ampliou todas as existentes. Na atual gestão iniciada em 1964, construiu três edifícios para escolas, além de levar a efeito uma completa reforma no prédio do ginásio estadual, reforma essa que custou dez milhões de cruzeiros velhos. Outra obra digna de menção, pelo que representa em benefício do estado sanitário da cidade, é a que constitui o serviço de abastecimento de água à população e que demandou ingentes esforços, em face da poluição do Rio Capivari; realizado o trabalho de saneamento e outros complementares, pode-se dizer que a água que hoje se bebe em Monte Mor é de boa qualidade, conforme constatam todas as análises. Foram colocados três mil metros de canos e feitas muitas ligações domiciliares, principalmente na parte alta do centro urbano. Uma verba de 76 milhões de cruzeiros foi dispensada no serviço de águas, problema atualmente considerado resolvido e que desafiou as administrações anteriores. Igualmente foi construída a rede de esgotos que se estende por quatro quilômetros.

Outro setor da administração que bem indica o progresso de Monte Mor é o das comunicações rodoviárias. O número de pontes construídas últimamente eleva-se a vinte e nove, sendo uma delas de cimento armado, sem contar a construída pelo Estado, de grandes proporções, no ribeirão dos Toledos, cujo custo se elevou a 52 milhões de cruzeiros antigos. Esta ponte veio facilitar o transporte da cana produzida no município e que se destina às usinas de açúcar da região de Piracicaba.

Dedicados funcionários, entre êles o Sr. Rubens Haddad Baruque, Secretário da Prefeitura, e o Tesoureiro da mesma Sr. Claudio Wellendorff, colaboraram para o bom andamento dos serviços públicos.

A Igreja Matriz de Monte Mor é um templo de belas linhas arquitetônicas que se levanta na principal praça da cidade. Este templo é um patrimônio histórico e artístico do município e, por essa razão, foi muito justa a contribuição dada pela Prefeitura à sua reforma e às suas obras de preservação de um verdadeiro monumento religioso, do qual é padroeira Nossa Senhora do Patrocínio. A praça de esportes do município foi construída no atual governo municipal, que não descurou de outros trabalhos, como a reforma e ampliação do cemitério.

Os trabalhos burocráticos da Prefeitura são perfeitamente racionalizados, merecendo encômios a atuação do Secretário Rubens Haddad Baruque que, há 16 anos, presta bons serviços ao governo do município.

O Sr. Benedito Santos que terminará o seu governo à frente do município, no próximo ano, deixará, para o seu sucessor, um orçamento de mais de 300 milhões de cruzeiros velhos. Quando da sua posse, em 1964, encontrou um orçamento de 29 milhões de cruzeiros velhos. No atual exercício a previsão foi de 170 milhões de cruzeiros velhos, mas até 31 de outubro deverá já ter recolhido mais de 268 milhões de cruzeiros velhos, o que vem provar a vitalidade econômica de um município que, em face das suas condições atuais, pode-se-lhe garantir um promissor futuro.

CURIOSIDADES DA CAMPANHA DO PARAGUAI

OS VOLUNTARIOS DA PÁTRIA NA BATALHA DE JATAÍ

Cel (Res)
RAPOSO BORGES

Ao mandar uma expedição invadir o sul do Brasil para posteriormente apossar-se da República Oriental do Uruguai, onde contava com a promessa de apoio local do partido dos "blancos", Solano Lopes tomou o cuidado de bipartir suas forças, ficando uma coluna às ordens do General Estigarribia e outra sob o comando do Major Duarte.

A primeira delas desceu o Rio Uruguai pela margem esquerda e a segunda, pelo lado direito.

Esta acampou em Restauracion, nas proximidades do arroio Jataí e lá foi completamente batida pelas forças chefiadas pelo General Flores.

As tropas brasileiras, nessa ação, estiveram representadas pela Brigada Kely, da qual faziam parte os 3.^º e 16.^º Corpos de Voluntários da Pátria. O 16.^º constituía-se de voluntários estrangeiros e fora organizado na República Oriental pelo coronel em comissão Fidelis Pais da Silva. O 3.^º era de voluntários da Bahia e também duas companhias de voluntários de Sergipe, as 6.^a e 7.^a dêste corpo.

Ao ser criado, o 16.^º corpo de Voluntários teve a designação de Corpo de Voluntários Auxiliares e quem autorizou sua organização foi o ministro plenipotenciário brasileiro no Prata, conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa. Mais tarde a autorização foi ratificada pelo governo imperial e ainda mais adiante, por aviso de 27 de maio de 1867, é que recebeu numeração e designativo de Voluntários da Pátria, quando veio a ser o 16.^º da categoria.

A batalha de Jataí feriu-se a 16 de agosto de 1865, portanto um mês e dois dias antes da capitulação do General Estigarribia. A destruição dos efetivos ao mando do Major Duarte tornou insustentável a posição dos invasores em Uruguaiana, e com isso lá se foram as esperanças do ditador Lopes apossar-se do Uruguai e de uma sonhada e indispensável saída para o Atlântico.

Quer o 3.^º como o 16.^º de Voluntários tiveram derramado sangue de seus componentes às margens do Jataí. Do 3.^º foi ferido o Tenente Teotônio José de Santana e do 16.^º, seu próprio comandante, o Coronel Fidelis, atingido na coxa direita.

A ESTRADA DE FERRO DO CHACO

É episódio muito pouco conhecido o que a seguir vamos narrar. Em palestra com muitos amigos e pessoas de bom conhecimento de nossa história, mesmo na especialidade de assuntos militares, temos visto as mais freqüentes demonstrações de surpresa ao mencionarmos o fato de ter o Brasil mandado construir uma estrada de ferro no Chaco, para atender as necessidades de manutenção da esquadra em campanha.

Já chegamos mesmo a ouvir quem perguntasse se não estávamos enganados e confundíamos com uma ferrovia a célebre estrada de rodagem no mesmo cenário construída para penetração de nossos efetivos no território inimigo.

Para documentar o que vamos dizer vemo-nos forçados a citações mais ou menos longas transcrevendo o que pudemos coligir a respeito, seja nos documentos oficiais ou nos comentaristas autorizados das fases do conflito.

Tudo começou quando o nosso Ministério da Marinha remeteu, ao conselheiro Carvalho Borges, representante do Brasil em Buenos Aires, ofício confidencial determinando a construção de uma estrada de ferro no Chaco, para abastecer a divisão da esquadra que havia forçado a passagem de Curupaiti.

Em obediência a estrada foi construída e funcionou até que as primeiras cheias verificadas a submergiram e utilizaram. Sua reconstrução deixou de ter sentido, dado que as fôrças de terra, quando as águas voltaram ao curso normal, já haviam superado as fortificações do reduto acima referido.

Parece-nos muito curioso citar que até uma locomotiva foi construída para essa ferrovia. Foi trabalho de engenheiros e operários brasileiros, feito com peças retiradas de um navio-transporte brasileiro já inutilizado — o Izabel — no célebre Arsenal de Cerrito.

Transcrevendo a seguir o que anotamos acerca da questão, daremos ensejo de muitas particularidades serem conhecidas.

— "Para poder sustentar a divisão de couraçados que forçou a passagem de Curupaiti e se achava isolada entre esta fortaleza e a de Humaitá, o Império mandou construir no Chaco uma linha férrea entre o Pôrto Quiá e Pôrto Eliziário". (História da Guerra do Paraguai — Bormann, 1.^º volume).

— "O caminho de ferro, que deve ligar o pôrto dominado pela esquadra de madeira, abaixo de Curupaiti, e o chamado Pôrto Eliziário, dominado pela esquadra encouraçada, entre Curupaiti e Humaitá, seguindo ao lado de uma estrada de rodagem, vai muito adiantado. E o que consta como parte do relatório do reconhecimento feito às fortificações do Chaco pelo Tenente-Coronel José Carlos de Carvalho." (Diário do Exército em Operações, alterações do dia 27 de novembro de 1867).

— "Do Pôrto do Quiá a este último (Pôrto Eliziário) achava-se em construção um "tram-road" mandado estabelecer últimamente pelo Ministério da Marinha, para transporte de viveres e munições de guerra para a 1.^a divisão de encouraçados, acima do barranco de Curupaiti." (Diário do Exército, dia 31 de janeiro de 1868).

— "... e acompanhado do Chefe Alvim seguiu para Pôrto Eliziário. O arroio Quiá achava-se ainda em vários lugares atravancado de camalotes, sendo por tal motivo por vêzes desviado o seu curso, navegando-se pelo canal formado pelo leito do "tram-road" completamente alagado." (Diário do Exército, dia 21 de março de 1868).

— "Desembarcando no pôrto dos argentinos (no Chaco) seguiu pelo "tram-road" da Marinha até a margem da lagoa." (Diário do Exército, dia 30 de julho de 1868).

— "O governo, querendo remover quanto estava ao seu alcance quaisquer causas que pudessem colocar o Vice-Almirante na contingência de recuar da posição conquistada, fez seguir imediatamente do Rio da Prata animais e material suficientes para não se interromperem as comissões diárias pelo Chaco da divisão encouraçada com a esquadra de madeira. Não contente com isso resolveu a simples inspeção dos imperfeitos mapas existentes, a construção da estrada de ferro de que já tratamos, levada a efeito em diminutíssimo tempo." (A Marinha de Outrora).

— "A estrada aberta no Chaco pelo Chefe Eliziário, para transportar viveres e munições para a divisão couraçada que forçara Curupaiti, transformada em estrada de ferro de cerca de sete quilômetros de extensão, prestava excelentes serviços, guardada pelo valente General Gurjão, que ali tinha sob suas ordens os 16.^º e 44.^º batalhões de infantaria, uma força de cavalaria e um contingente de fuzileiros navais." (História da Guerra do Paraguai — Bormam — 2.^º volume).

— "O Marechal Caxias deu ordem ao General Gurjão, que protegia a estrada de ferro do Chaco, acampado nas proximidades de Pôrto Eliziário, que se colocasse às ordens do Barão de Inhaúma, para qualquer emergência, a 19 de fevereiro de 1868, durante a passagem de Humaitá." (Bormam, 2.^º volume).

— "A estrada de ferro do Chaco, feita para desbordar as posições inimigas do Pequiciri, foi construída pelos engenheiros Falcão da Frota, Carlos Lassance, Sepulveda, Jourdan, mais os oficiais do ba-

A outra citação está no livro do General Dionisio Cerqueira, "Reminiscências da Campanha do Paraguai", e é a seguinte:

— "O Guarda-Marinha José Carlos de Carvalho, oficial dos Fuzileiros Navais acampados no arroio Quiá é que projetava construir um caminho de ferro no Chaco".

Ainda releva salientar que a construção da estrada de ferro do Chaco representa perfeito exemplo de esforço integrado e guerra. Acionou elementos do Exército, da Marinha, inclusive fuzileiros navais, civis operários e adrede contratados, pessoal empenhado na linha de frente e em serviço na retaguarda. Estiveram em ação dois arsenais, o de Cerrito e o da Ilha das Cobras.

Bonita demonstração de trabalho coletivo em frente de uma necessidade da defesa nacional.

PREÇOS

ASSINATURA ANUAL

Brasil	NCr\$	3,00
Exterior	NCr\$	12,00

NÚMERO AVULSO

Último número	NCr\$	0,60
Número atrasado	NCr\$	0,80

NOTA — As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do interessado.

— Haverá acréscimo nos preços acima, em caso de registro ou via aérea.

— Estes preços vigoram a partir de Jan 68.

RELAÇÃO DO TRABALHO COM EXPLOSIVOS E HIPERTENSÃO ARTERIAL

Cap. Médico

DR. MESSIAS DIAS DE ARAUJO JÚNIOR

Membro da Associação Brasileira de Cardiologia

Hoje, como em qualquer época, é importante estimar-se o valor de um trabalho e de seu fruto, constitui finalidade rotineira da ação individual ou coletiva. Essa expressão, cresce evidentemente de significado, ao situar-se a condição de trabalho dos Funcionários da Fábrica Presidente Vargas, que nos deu oportunidade de pretendermos fazer este simples relato.

Parece-nos que devamos iniciar, lembrando que durante mais de cinco anos observamos as reações dos funcionários durante os trabalhos com explosivos, bem como após as explosões verificadas no decorrer destes anos.

A hipertensão arterial está atualmente tão em moda, que constitui assunto de todas as conversações.

Para situar a importância da hipertensão arterial e suas complicações, basta dizer que nos EUA são responsáveis por mais de um terço de mortes do país.

Cerca de cinco por cento da população adulta sofrem de hipertensão.

Temos observado a grande incidência de hipertensão arterial entre os funcionários, isto porque as emoções diárias, sofrimentos psíquicos, conhecidos por "stress", influirão provavelmente sobre as terminações nervosas das artérias que se dilatam ou contraem variando a pressão sanguínea.

A hipertensão arterial continua a ser um enigma até hoje, um problema diagnóstico e terapêutico confuso.

Embora não haja unanimidade na interpretação específica, a maioria dos clínicos concorda que a hipertensão arterial pode ser definida como um distúrbio ou talvez um grupo de distúrbios de origem desconhecida.

Há provas suficientes da existência de mecanismos fisiológicos através dos quais as emoções se traduzem por elevação da pressão arterial.

Sabemos que o peso e a altura corporal, o clima e a idade das pessoas têm influência sobre a pressão arterial, bem como da posição em que for tirada, deitada ou sentada. Temos observado que existe um sem-número de pessoas em que basta colocar o manguito no braço, para a pressão elevar-se imediatamente. Nesses casos, após um pouco de conversa, o paciente vai se relaxando e pode-se então, obter-se uma medida de pressão mais exata.

Talvez a explicação desse fato, seja devido ao medo que essas pessoas possam ter de tirar a pressão por terem alguns parentes que sofreram de hipertensão ou por serem pessoas muito impressionáveis.

Muitas vezes é necessário fazer todo o exame geral, ouvir o coração, examinar o abdome e no fim de tudo, tirar a pressão.

Em termos mais simples, um mecanismo principal pode ser descrito como a tensão emocional aguda através do sistema nervoso vegetativo causando vaso-constrição.

O alívio do "stress" emocional pode ocorrer através dos mesmos mecanismos autônomo e endócrino, responsáveis pela constrição arteriolar difusa e aumento da resistência periférica, o que caracteriza basicamente a patologia de hipertensão.

Assim, situações estressantes (ambiente, manuseio com explosivos) em razão de sua capacidade de ativar mecanismos vasculares que conduzem à constrição arteriolar difusa podem contribuir para a eclosão da doença e precipitar sintomas, complicações e óbitos.

Estudos hemodinâmicos retrospectivos, em Oficiais do Exército Americano, revelaram que uma proporção significativa daqueles que haviam apresentado resposta pressora durante a inspeção médica para o serviço militar, posteriormente desenvolveram hipertensão arterial sustentada, a relação entre esse grupo e o que não apresentava a resposta pressora anteriormente, girou em torno de 3,6 vezes.

Estudos exaustivos levados a efeito por companhias de seguros, claramente mostram que qualquer grau de pressão elevada prolongada afeta desfavoravelmente a longevidade.

O diagnóstico da hipertensão permanente é muito importante por acarretar sério prognóstico, muito grave mesmo, em razão do risco fatal, que a termina habitualmente em um lapso de tempo que não excede, de 6 a 8 anos em média.

Embora ainda existem os que interroguem a respeito do curso seguido pela hipertensão, há pouca discussão quanto à deterioração produzida pela moléstia no processo aterosclerótico e arteriosclerótico.

Todo aumento de pressão arterial em qualquer grau causa inevitavelmente dano ao rim, dano este que é tanto maior quanto mais longo for a duração da hipertensão.

De modo geral, é mais provável que uma hipertensão de vários anos se compleique com uma moléstia cardíaca hipertensiva.

A hipertensão arterial deve ser tratada logo que diagnosticada a fim de que possa prevenir maior dano vascular, dano renal e distúrbios cardíacos, assim qualquer paciente com menos de 35 anos, que tenha uma pressão diastólica igual ou superior a 90 mm em tomadas sucessivas, certamente deve ser muito cuidadosamente investigado com vistas a moléstia renal e então tratada.

O objetivo do tratamento deve ser uma diminuição da pressão arterial para níveis normais, tanto em condições básicas de repouso, durante graus diferentes de tensão física, como também, preferivelmente em outras situações de "stress".

Embora o agente hipertensivo perfeito esteja ainda por ser descoberto, grandes avanços foram feitos no tratamento da hipertensão por drogas.

Os benefícios do tratamento na hipertensão severa e na maligna são incontestáveis.

Atualmente há poucos pacientes cujas pressões sanguíneas não podem ser reduzidas a níveis de tensão normal com o armamentário anti-hipertensivo disponível, porém, nos casos em que toda medicação não produzir os resultados desejados, uma intervenção cirúrgica pode ser indicada.

Nunca faltou ao corpo clínico da Fábrica Presidente Vargas a tarefa de ajudar os pacientes a vencer com sucesso sua reação emocional, pois quando já existe uma relação de confiança, o médico pode simplesmente em conversa tranquila, encorajar o paciente a ventilar seus pensamentos e seus sentimentos disfóricos, ajudando-o sempre a encontrar uma solução mais satisfatória para sua situação de vida e de trabalho.

B I B L I O G R A F I A

R. Levy — P. White — J. A. M. A. — 1947

Page, Irvine H. As I think I see It, Canadian Med. Ass. J. — 1964

H. Page — M. Clin North America: 45:235, — 1961

R. Dykman e Gant — Johns Hopkins Hosp — 107:72 — 1960

GUERRA QUÍMICA: NECESSIDADE DE UMA SOLUÇÃO BRASILEIRA

"Como as grandes florestas, que só crescem uma vez e depois, quando derribadas, não voltam a crescer, o homem e o povo, durante a sua juventude, adquirem de uma vez ou nunca certas características."

JACOB BURCKHARDT

Cap. Art.
A. MACHADO DE PAIVA
Instrutor de Guerra Química da EsIE

1 — INTRODUÇÃO

O advento das armas nucleares no cenário mundial provocou tamanho impacto emocional entre as nações, abalou de tal forma as concepções de guerra, que determinou, como consequência lógica, uma corrida constante para os estudos dos efeitos dessas armas e dos meios de proteção mais adequados. Reformularam-se, nos exércitos das grandes potências, a organização e a doutrina de emprégos e as revistas, livres e publicações diversas, não só dessas nações, como em todas a demais, foram inundadas por uma vasta literatura sobre o assunto, o que nos parece perfeitamente compreensível.

Por outro lado, após a 2ª Grande Guerra, registrou-se um incremento tremendo na Guerra de Guerrilhas, que também passou a merecer maior destaque, provocando estudos de toda a ordem sob suas características, métodos e processos, surgindo para as nações ocidentais o problema de contraguerrilha. Destarte, Guerra Nuclear e Guerrilha exercem, desde 1945, um monopólio quase que total nos estudos empreendidos no campo militar, absorvendo de tal forma as atenções, que já há quem diga que tudo deveria ser reformulado, à luz destes dois magnos problemas.

Entendemos e apoiamos que essas duas formas de guerra mereçam a maior atenção possível por parte dos militares, em particular no Brasil, mas julgamos altamente perigoso que tal atenção se faça em detrimento de uma outra forma de guerra, que sob certos aspectos, constitui-se em ameaça igual ou maior: Referimo-nos à Guerra Química.

Poderá parecer, a princípio, que tal assertiva se ligue ao fato de exercermos agora, função intimamente ligada ao assunto GQ. Tal raciocínio não é, porém, verdadeiro. Ao afirmarmos que a Guerra

Química é uma linha de ação que está a merecer maiores cuidados, baseamo-nos em fatos concretos, em assertivas de militares altamente credenciados, e em conclusões calcadas em um conhecimento maior do assunto. Além disso, julgamos que, quer no campo de batalha nuclear, quer no emprégo contra guerrilheiros, as vantagens do seu uso poderão em muito aumentar a eficiência operacional do Exército.

Defendemos a tese de que o seu estudo cada vez maior e o preparo das Forças Armadas, para o seu emprégo, contra inimigos externos ou internos, deverá ser feito em íntima ligação com os dois setores acima mencionados — GN e Guerrilha — todos em igualdade de condições e não com nitidas predominâncias de um sobre o outro, como vem ocorrendo, e onde a Guerra Química é colocada de lado, em razão de falsos conceitos, sem bases concretas, geralmente nascidos da falta de conhecimentos sobre o problema.

Em nossa vida militar temos ouvido, de companheiros e até de superiores, idéias e pontos de vista que chegam a chocar, pela indicação segura que dão, do despreparo neste setor que reputamos da maior importância.

2 — DESENVOLVIMENTO

2.1 — Definições:

Guerra Química: Denominamos Guerra Química à forma de guerra onde são empregadas substâncias químicas denominadas agentes químicos para fins militares.

Agente Químico: Também chamado agente químico de guerra ou agressivo químico é toda a substância que, por sua atividade química, produza quando empregada para fins bélicos, um efeito tóxico, fumígeno ou incendiário.

Dessa definição pode-se de inicio concluir o primeiro grande engano que geralmente existe entre os menos avisados. Expressões como "gases asfixiantes" "gases de combate" ou "gases de guerra", comumente usadas, não definem corretamente o problema, já que a grande maioria dos agentes químicos é constituída de líquidos e sólidos, aos quais não se poderia designar como gases.

Uma substância química pode ser empregada em guerra, quando preenche um certo número de requisitos, alguns imprescindíveis, chamados requisitos absolutos e outros desejáveis, chamados adicionais.

São requisitos absolutos:

- Ser muito tóxico ou muito inquietante, produzir grande volume de fumaça ou ter propriedades incendiárias.

- b) Ser estável quando armazenada ou razoavelmente estável quando em contato com a umidade.
- c) Ser de possível fabricação em grande escala.
- d) Poder ser fabricada com matérias-primas existentes no país ou que possam ser obtidas com facilidade.
- e) Poder ser acondicionada em munições e ter pouco ou nenhum efeito corrosivo sobre o aço comum.
- f) Poder ser vaporizada ou lançada por qualquer outro meio de dispersão em concentrações ou quantidades suficientes para produzir o efeito desejado, nas condições normais de campanha.
- g) Se for um gás nas condições normais de temperatura e pressão, poder ser facilmente liquefeito por compressão e voltar também facilmente à forma gasosa quando cessar essa compressão.

São requisitos adicionais:

- a) Pode ser manipulada e transportada sem exigir precauções especiais.
- b) Ser de baixo custo.
- c) Pode ser fabricada em curto prazo na indústria civil, sem exigir grandes alterações no equipamento existente.
- d) Quando dispersada sob a forma de vapor, ter peso molecular muitas vezes maior que o do ar.

2.2 Histórico

2.2.1 De suas origens a I Guerra Mundial:

A Guerra Química vem sendo empregada, ainda que de forma empírica e rudimentar, desde a mais remota antigüidade.

Os primeiros agentes empregados pelo homem foram os incendiários, encontrando-se referências do seu emprego na Bíblia (Óleos ferventes e bolas de fogo). Na Guerra de Tróia, Enéias lançou sobre os gregos composições incendiárias de pez, enxofre, estópax e madeiras resinosas, substâncias fáceis de inflamar mas difíceis de extinguir. Na Guerra entre Atenas e Esparta (431 a 404 AC) foi usado pelos espartanos um ancestral do atual lança-chamas. Mas o incendiário mais característico da Antigüidade e Idade Média foi sem dúvida o chamado Fogo Grego de fórmula exata nunca definitivamente estabelecida.

Com a descoberta da pólvora e a falta de recursos para aumentar o alcance dos lançamentos, declinou a sua utilização.

O emprego tático da fumaça também encontra referências nesse período, citando-se entre as tentativas coroadas de êxito, a travessia do Rio Dniá pelas tropas de Carlos XII da Suécia que lutavam contra o exército polono-saxão.

Nos 10 anos que precederam a I Grande Guerra, as densas nuvens de fumaça, causadas pela quantidade cada vez maior de pólvora negra usada nos combates, eram encaradas como desvantagem tática.

Gases com finalidades militares foram também empregados desde a antigüidade, como no sitio de Platéia, nas campanhas de Alexandre, onde empregava-se a cal viva como visicante e pelos silvícolas do continente americano. Nas campanhas napoleônicas, o general Von Bulow chegou a ser aconselhado por um farmacêutico a usar, ao invés de baionetas, pincéis embebidos em ácido cianídrico, contra as tropas francesas.

2.2.2 A GQ na I Guerra Mundial:

Três causas básicas determinaram o emprêgo de gases pelos alemães no primeiro conflito mundial.

1º Os alemães não possuíam reservas de matérias-primas suficientes para manter uma longa guerra de desgaste com o armamento e munições clássicas.

2º Possuíam, por outro lado, matérias-primas em abundâncias e um corpo de técnicos altamente desenvolvido, para a produção de agentes químicos de guerra.

3º O único meio de atingir as tropas aliadas abrigadas em trincheiras cada vez mais profundas, era o emprêgo de um gás tóxico mais pesado que o ar.

Por estes motivos, às 17 horas do dia 22 de abril de 1915, lançaram o cloro sobre a junção das tropas franco-britânicas no setor de Yprés na Bélgica, em uma frente de aproximadamente 50 km, tendo a expansão gasosa durado cerca de 8 minutos. O resultado excedeu todas as expectativas, provocando a surpresa do ataque, no espaço de uma hora, 15.000 baixas.

A Guerra Química surgia, assim, dentro das concepções de guerra moderna.

Além do cloro, durante esse conflito estudaram-se cerca de 3.875 compostos, dentre os quais os mais empregados foram o fosgênio, responsável por mais de 80% das baixas de GQ, a mostarda, que trouxe um novo aspecto ao problema, por atacar a pele e tornar a proteção da máscara insuficiente, o ácido cianídrico, o cianeto de bromo-bensila e os vomitivos.

As medidas de proteção, em particular as chamadas máscaras contra gases, tiveram também grande incremento.

Os fumigêos, com planejamento regular, foram também largamente empregados, seja em cobertura seja em sinalização ou como recurso de fintar o inimigo, fazendo-o crer na existência de gases contra pessoal e assim forçando-o ao uso de máscaras.

Os incendiários ressurgiram como importante arma de guerra lançados pela aviação, artilharia e lança-chamas, estes ainda sem produzirem grandes resultados.

2.2.3 A GQ entre as duas grandes guerras:

Após o armistício de 11 de novembro de 1918 procurou-se por tratados, especialmente o de Versalhes, impedir o uso dos agressivos em uma guerra futura. Na realidade, porém, só depois da Conferência de Genebra de 1925 é que diversos países cogitaram mais abertamente do problema.

Pelo protocolo que condenava o uso em guerra de todos os agressivos químicos, os países participantes se obrigavam a exercer toda a sua influência para induzir outros estados a aderirem ao protocolo. Alguns países, como os Estados Unidos, o Brasil e o Japão nunca o ratificaram definitivamente.

Malgrado tal fato, ampliaram-se as pesquisas para a descoberta e melhoria de agentes passíveis de emprêgo em novos conflitos, aparecendo a mostarda destilada, as nitrogênio-mostardas, a cloroacetofenona, a mistura trióxido de enxofre-ácido clorossulfônico, as soluções lacrimogêneas, tubos fumígeos, geradores de fumaça e tanques espargidores.

2.2.4 A GQ na 2.ª Grande Guerra:

Os sucessos obtidos pelos gases na I Guerra Mundial foram tão grandes e calaram tão profundamente na opinião pública, que até hoje há ainda quem limite a concepção de Guerra Química exclusivamente ao emprêgo de agentes contra pessoal.

Tal conceito, defendido inclusive entre militares, é evidentemente errôneo, porquanto o emprêgo dos gases é não só uma das três grandes aplicações da Guerra Química, mas justamente aquela cujo uso é mais limitado, por depender de fatores e circunstâncias nem sempre presentes na guerra.

Duas causas podem ser apresentadas para o não uso de gases na 2.ª Grande Guerra.

1º) Não seria obtido o fator surpresa, por estarem os beligerantes preparados, quer para o ataque, quer para a defesa.

2º) A guerra de movimento não indicava grandes vantagens na sua utilização.

Malgrado tais fatos, muitos gases foram estudados e produzidos, particularmente pelos alemães, que descobriram os gases tóxicos dos nervos ao final da guerra e mandados para os Estados Unidos e Rússia.

Os fumígenos foram empregados em grande escala, pelos processos mais modernos, pelo exército, marinha e aviação, desde as simples operações de patrulha até a cobertura contínua e prolongada de instalações industriais, portos e bases aéreas e navais e grandes cidades.

A 2^a Guerra demonstrou, ainda, que os incendiários haviam recuperado toda a sua antiga importância na guerra. Nos bombardeios sobre Londres, foram responsáveis por 80% dos danos causados. A destruição de Hamburgo e Colônia pela RAF, os bombardeios sobre Tóquio e Yokoama, foram quase que totalmente realizados pelos incendiários, tudo isso obtido com um esforço logístico correspondente a apenas 3% do que seria exigido se fôssem empregadas apenas bombas explosivas.

2.3 Aspectos atuais da GQ:

A experiência das duas grandes guerras e o aperfeiçoamento que vêm sofrendo não só os agentes químicos, como os seus processos de lançamento e de emprêgo, situam a Guerra Química como uma das mais importantes formas de atividade bélica.

Três grandes aplicações lhe são atribuídas:

- 1º) O emprêgo contra pessoal por meio de gases;
- 2º) A cobertura ou sinalização por meio de fumaça;
- 3º) A destruição de pessoal e material pelo fogo.

Quanto à primeira aplicação, vem sendo preocupação de todos os grandes exércitos que procuram criar e aperfeiçoar novos meios de defesa e proteção.

A circunstância de não terem sido empregados no último conflito, não pode em absoluto determinar um menosprêzo para a questão, que pelo contrário deve estar sempre presente no espírito de nossos chefes.

Os tóxicos dos nervos, por exemplo, apresentam características que os colocam em uma situação de alta relevância em relação aos demais agentes razão pela qual, no momento, constituem a grande preocupação dos Serviços de Guerra Química das maiores potências militares. Um desses tóxicos, o GB (sarim) mereceu do Brigadeiro-General William M. Creasy, considerado uma das maiores autoridades no assunto, a afirmação: "Dentro de condições adequadas, o GB representa, para a tropa e população civil uma ameaça tão séria quanto a da Bomba atômica".

Em uma guerra futura, os gases poderão ser lançados quer tática, quer estratégicamente, pelas tropas aéreas, terrestres e navais, utilizando todos os tipos de lançamento, que poderão variar de granada de mão aos mísseis intercontinentais.

O emprêgo estratégico apresenta-se como um dos mais prováveis, para a neutralização do esforço industrial do inimigo pela contaminação de seus centros de produção e consequente interdição.

Também os países chamados psicoquímicos parecem já ser realidade (o assunto é considerado altamente secreto pelos Estados Unidos) e poderão quando empregados de surpresa e em massa provocar, por exemplo, o pânico ou o sono forçado das populações civis e as tropas.

O ataque a ilhas, quando feito com auxílio de gases pode permitir uma redução considerável de perdas humanas e o dispêndio de munições, como demonstraram estudos feitos depois das operações de Okinawa, Iwojima e Tarawa. Além de todos esses fatos o emprêgo dos gases, quando devidamente escolhidos, ao contrário do que muitos pensam, pode se constituir em um meio de guerra que venha reduzir a mínimo as perdas humanas com um mínimo de destruição das instalações.

Quanto à segunda aplicação, malgrado a descoberta e o aperfeiçoamento do radar e das fotografias aéreas de raios infravermelhos, constitui um elemento imprescindível a todos os esforços militares. Em certos tipos de operações, como travessias de cursos de água, desembarques em praia ou de tropas aeroterrestres, ataque com carros, proteção de tropas e instalações, a cobertura ou sinalização fumígenas são consideradas um apoio normal e quase indispensável. Os fumígenos integraram-se definitivamente na guerra moderna.

Finalmente quanto à 3ª aplicação, sua utilização na guerra vem sendo cada vez maior, quer quando lançados estratégicamente, quer quando taticamente. Na Guerra da Coréia, as minas incendiárias e os lança-chamas provaram sobejamente a sua eficiência.

Os aspectos acima vistos, também se aplicam com vantagem, obviamente, a um campo de batalha nuclear, onde a GQ poderá ser empregada em estreita coordenação com os engenhos nucleares, já que apresenta sobre eles a grande vantagem de interditar áreas ou provocar baixas, sem a destruição de instalações e sem uma tão grande mortandade.

Contra guerrilheiros, em combate em localidades, ou mesmo em distúrbios menores, o emprêgo da GQ abre um campo ilimitado, com possibilidades muito amplas, podendo ser a grande solução para tais tipos de operações.

Agora mesmo, a utilização de agentes químicos pelos norte-americanos no Vietnã vem alcançando bons resultados, que no nosso entender, não são maiores por estarem sendo empregados de forma restrita. A retomada da iniciativa pelo exército dos Estados Unidos, perdida há quase 3 meses, seria possível, através do emprêgo maciço

de agentes inquietantes, já que duvidamos possam os guerrilheiros vistcongs se defenderem em boas condições contra tais ataques por deficiência de meios de proteção.

2.4 A GQ no Brasil:

O assunto Guerra Química, com o seu aparecimento dentro das concepções de guerra moderna após o ataque em Yprés, não ficou esquecido pelo Exército Brasileiro. Muito pelo contrário, fomos também atingidos pelo impacto emocional que os gases provocaram em todos os exércitos do mundo e também nos deixamos levar pela falsa idéia de que a GQ seja tão-somente ou pelos menos em grande parte, o emprégo de gases.

Muitos poderão afirmar que a nossa conclusão é apressada, que todos ou a grande maioria dos militares brasileiros conhecem as possibilidades dessa forma de atividade bélica.

O que temos observado em 15 anos de vida militar nos permite, entretanto, com plena convicção, afirmar em contrário. Padroniano Alex Carrell poderíamos sem medo de erro, dizer: Guerra Química, essa desconhecida.

E se esse desconhecimento é grande entre os oficiais, entre as praças chega a atingir as ralas do inconcebível. Falamos óbviamente em tese. Há os que conhecem e muito bem, suas possibilidades, mas esses constituem sem dúvida, uma minoria aterradora.

E porque acontecem tais fatos? As principais razões que podemos apontar são:

1º) O assunto não tem merecido a atenção que lhe é devida, por força, talvez, da influência que o último conflito vem exercendo sobre as concepções de guerra. Raciocinamos, ainda, em termos da 2ª Guerra Mundial, quando deveríamos dêste conflito tirar as conclusões proveitosas que ele nos pudesse dar, como qualquer conflito nos pode dar, e dai partimos para o futuro. O dogmatismo e a doutrina congelada, herdada de qualquer guerra, constituem-se sempre em fortes razões para a derrota. Já em 1934, o General De Gaulle, então Coronel, escrevia "Os períodos da História onde o comando deu provas das mais altas qualidades foram aquêles em que a ordem puramente didática exerceu influência insignificante".

O fato de a 2ª Guerra Mundial não nos ter apresentado o emprégo de gases, não pode nos levar, sob pena de estarmos a priori nos condenando, a concluir que tal emprégo não seja possível. Além disso, nas demais formas em que a GQ se pode apresentar, fumígenos e incendiários, este conflito é cheio de exemplos, todos a merecerem maiores estudos.

2º) Não criamos ainda uma mentalidade de guerra química.

Um exemplo muito simples, mas altamente significativo, serve para explicar o problema da criação de uma mentalidade.

Quando cursávamos a Academia Militar, várias unidades de Cavalaria e Artilharia foram transformadas de hipomóveis em motorizadas. Era de ver-se a que ponto chegavam as discussões sobre a conveniência ou não de tais transformações, onde companheiros davam argumentos os mais pueris, sobre as vantagens do cavalo sobre a viatura, no Brasil ou em outras partes do mundo. E o que é mais grave, até oficiais superiores apoiavam essas teses. Esse fato bem ilustra o que seja a falta de mentalidade. Trazendo de novo o problema para o campo da GQ, a mesma situação existe. Vemos companheiros e superiores menosprezarem o seu emprêgo ou pelo menos considerarem-no de segundo plano, juntamente sob a alegação, ou da inviabilidade do seu desenvolvimento no Brasil por nos faltar uma infra-estrutura capaz de nos tornar auto-suficientes, ou, por mais absurdo que pareça, por considerarem-na arcaica e fora de moda, coisa da 1ª Guerra. Um terceiro grupo afirma e a este nós recomendamos um estudo mais cuidadoso da história, que a GQ é possibilidade remotíssima, tendo em vista a existência de tratados que a proíbem: Lembraríamos tão-somente que até hoje já foram assinados mais de 8.000 tratados de paz.

3º) Deficiências de ensino:

O ensino da Guerra Química nas escolas do Exército, exceção da EsIE, e nos corpos de tropa, deixa muito a desejar, quando é feito.

Naquelas, por falta de atualização e por motivos já apontados, é relegado a um plano secundaríssimo. Os conceitos emitidos, via de regra, estão desatualizados, são ministrados em pouquíssimas horas de Instrução, em bases puramente teóricas, a título de Informação. Em toda nossa vida escolar podemos contar a dedo as sessões de instrução sobre a GQ, quase todas sem os meios auxiliares adequados.

Nestes a coisa atinge níveis ainda mais baixos. As unidades quase nada possuem sobre o assunto, às vezes nem mesmo máscaras contra gases para mostrar aos soldados o principal meio de proteção e os contingentes entram na vida militar e muitas vezes dela saem sem que tenham sido feito os exercícios de câmara de gás, geralmente por falta de meios, isso quando as horas previstas nos programas padrões não se transformam em ordem-unida ou outro tipo de instrução.

4º) Deficiência em material:

Talvez neste item resida a causa das deficiências apontadas anteriormente. Como ministrar instruções que tenham um rendimento

aceitável, se não há fontes de consulta atualizadas, se a organização não possui máscaras em número suficiente, se as máscaras existentes, estão com o tempo de duração totalmente ultrapassado, se não há agentes químicos para serem utilizados nos exercícios, se os filtros não filtram mais nada, se os demais equipamentos utilizados na GQ nunca foram vistos nem mesmo pelos oficiais?

Reconhecemos a magnitude dos problemas, mas julgamos que a única posição em que não nos poderemos colocar é a de simples espectador, sem que tomemos a iniciativa das ações e procuremos de todas as maneiras, pelos menos minorar os efeitos altamente nocivos que tal situação já vem provocando e poderá ainda provocar para a eficiência do Exército.

Sabemos que só a ofensiva conduz à vitória. E essa no caso da GQ, terá de ser lançada com os meios de que dispomos no momento.

Que meios são esses?

- a) A Fábrica de Bonsucesso, no Rio de Janeiro;
 - b) A Companhia-Escola de Guerra Química, aquartelada na Escola de Instrução Especializada, Realengo;
 - c) A Seção de Guerra Química, Biológica e Nuclear da EsIE.
- a) *Fábrica de Bonsucesso:*

É uma organização fabril militar criada primordialmente para apoiar o Exército em artigos de manutenção do equipamento de Guerra Química, estando em condições de fabricar as máscaras contra gases M 1 Aa 45, com tambores filtrantes de uso geral, ou tipos especiais contra agentes específicos (os chamados tambores filtrantes especiais). Possui ainda condições para fabricar e já o tem feito com excelentes índices de qualidade, embora ainda merecendo certos reparos, o lança-chamas portátil M2A2 sobre o qual podemos afirmar, por conhecermos também os de fabricação norte-americana, nada ficarem a dever ao produto importado.

No setor de gases, pode produzir a cloroacetofenona, de símbolo CN e mais conhecido como gás lacrimogênio, o cloro (Cl) e o fosgênio (CG). Quanto aos fumígenos produz os tubos fumígenos FGB-4, tubos fumígenos flutuantes, granadas fumígenas coloridas de sinalização (verde, violeta, amarela, tijolo e vermelha), granadas de sinalização para pára-quedistas. Produz ainda granadas de termita, capazes de gerar temperaturas de ordem de 2.000°C.

Possui ainda condições de, através de seu pessoal especializado, estudar, projetar e fabricar outros tipos de materiais de guerra química, como acontece atualmente com respeito a um estôjo para detecção de contaminação em água e alimentos ou com o sistema de inflamação da gasolina, gelatinosa dos lança-chamas. O napalm, formador desse tipo de gasolina espessada, é também nela fabricado.

Luta esta fábrica, entretanto, com problemas seríssimos, em razão de verbas insuficientes e missões que recebe totalmente desvirtuadas de suas finalidades básicas. Em consequência, vários de seus setores de produção há muito se encontram totalmente paralisados, ficando a maquinaria sem a manutenção adequada e tornando-se a cada dia mais insersível. Por outro lado, os artigos produzidos são em tão pequena escala, que além de tornar a produção antieconómica, não conseguem suprir o Exército dos meios que necessita. A própria seção de guerra QBN, que tem a missão de formar os especialistas neste setor, vive às voltas com uma carência de material alarmante, procurando ainda, com o pouco que tem, auxiliar várias e várias unidades que a ela recorrem.

A solução dos problemas da Fábrica de Bonsucesso, portanto, é o grande passo inicial a ser dado para melhoramento da instrução no Exército no que tange à Guerra Química.

Não poderá continuar a existir Unidades em que não haja uma máscara sequer, ou onde as existentes não mais merecem confiança. Nada é mais prejudicial à formação do soldado do que a criação de reflexos negativos, ocasionados por materiais deficientes e nos quais não se possa confiar. Imaginem o que seja um infante que espera que a qualquer momento a sua arma individual deixe de funcionar ou ainda o que seja uma guarnição de Artilharia que teme a cada instante que a culatra do seu canhão não suporte a pressão dos gases? Com a guerra química o problema é exatamente o mesmo. Por isso compreendemos e até apoiamos que as instruções de GQ, em certas Unidades não sejam dadas. Não se pode fazer com que um soldado conceba no 3º dímetro o que seja uma máscara ou outro qualquer material de GQ, ou ainda que se diga que determinado material o protege contra um agente químico e que com esse material, ele sinta os mesmos efeitos que sem ele?

Com a atenção que lhe é devida, a Fábrica de Bonsucesso poderá, através de um planejamento realístico, voltar a apoiar as unidades do Exército e em particular os estabelecimentos de ensino, permitindo assim um conhecimento mais sólido do assunto GQ pelos quadros e pela tropa. Voltamos a afirmar que se é intenção do Exército fazer sair a GQ do impasse em que se encontra atualmente, o primeiro ponto a merecer a mais cuidadosa atenção é, sem dúvida, a Fábrica de Bonsucesso.

b) A Cia Es de Guerra Química:

Aquartelada em Realengo e ligada para fins administrativos e de disciplina à EsIE, a Cia Es GQ é uma subunidade subordinada, operacionalmente, ao Grupamento de Unidades-Escolas. Organiza-se em uma seção de comando, um pelotão de serviço e um de combate.

A seção de comando, além do grupo de comando, conta com um grupo de serviço formado pelas turmas de apropriação, turma de manutenção, turma de saúde e turma de administração.

O Pelotão de serviços compreende três seções: Comunicações e Meteorologia, Manutenção e Impregnação e Descontaminação.

O Pelotão de Combate compreende também, três seções: de morteiros 4.2, de Geradores de fumaça e de assalto.

Criada em 1953, é a única tropa do Exército para o cumprimento de missões específicas ligadas à Guerra Química. Sofre, também, os efeitos das deficiências já apontadas.

Os materiais de que dispõe são, via de regra, antiquados e muitos já não se prestam mais aos fins a que se destinam. A instrução, em consequência, malgrado esforços ingentes dos seus quadros, não pode ser conduzida dentro dos moldes para os quais foi criada, fazendo com que ela, na verdade, seja mais uma subunidade comum e infantaria, do que uma companhia especial criada para fins específicos.

Os meios de que deveriam dispor suas seções especiais, como a de comunicações e meteorologia, impregnação e descontaminação ou a de geradores de fumaça, não se prestam mais ao uso, ou não podem ser acionados por falta de material.

c) *Seção de Guerra QBR da EsIE:*

A Seção de Guerra Química-Biológica e Nuclear, uma das nove seções de ensino com que conta a Escola de Instrução Especializada, destina-se primordialmente à formação de Oficiais e sargentos especialistas em Guerra QBR além de ministrar estágios sobre tais assuntos a várias organizações militares, do Exército, Marinha e Aeronáutica e forças Auxiliares. Opina, ainda, eventualmente e quando consultada, sobre assuntos técnicos relativos a estas formas de atividade bélica, já tendo colaborado em traduções e revisões de manuais, adotados no Exército.

Nela são estudadas as três formas de guerra que lhe dá o nome e possui para esse fim uma vasta gama de material, em particular de Guerra Química, muitos dos quais só nela existentes, em todo o Brasil; tal fato, porém, não nos permite dizer, infelizmente, que ela seja completa. Muito pelo contrário, luta com dificuldades de toda a espécie, já que sendo responsável pela especialização do ramo GQ no Exército, deveria contar com muito mais meios do que dispõe, além do fato de grande parte desse material ser proveniente dos Estados Unidos, o que cria forçosamente, problemas sérios de manutenção e recomplemento.

No que se refere aos agentes químicos, o problema é ainda pior.

Os exercícios práticos por tudo isso e ainda levando-se em conta a escassez da fabricação nacional militar ou os custos excessivos para a aquisição, quando existentes no meio civil do país, ficam seriamente prejudicados justamente onde deveriam, pelo menos uma melhor formação, poder ser empregados sem noção da economia.

De qualquer forma, é ainda Seção de Guerra QBN o único setor do Exército em condições não só de ministrar ensinamentos mais completos desse tipo de atividade bélica, como também de firmar doutrina sobre a parte técnica do assunto ou de opinião sobre o emprégo adequado dos materiais de GQ.

Além do estudo dos agentes químicos, feitos sob todos os aspectos e em relativa profundidade, são ainda ministrados quanto ao aspecto específico de GQ os seguintes assuntos:

- Proteção.
- Armamento e munições químicas.
- Meteorologia.
- Emprégo.

É ainda parte integrante da especialização em GQ, a realização de um Curso de Combate a Incêndios realizado no Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão, da Marinha de Guerra, de caráter eminentemente prático.

3 — CONCLUSÃO

Os problemas relativos à Guerra Química estão a merecer por parte do Exército, nunca será demais repetir, uma solução de caráter urgente, tendo em vista o estado a que chegou.

Reconhecemos que na situação atual não poderemos partir para planos mirabolantes de realizações impraticáveis; em compensação não poderemos, por timidez, deixar de calcar tais soluções em bases realísticas que permitam tirar este setor importantíssimo da instrução militar, do marasmo e da irrealidade em que se encontra atualmente.

Na Fábrica de Bonsucesso ter-se-á que reformar sua estruturação de trabalho, de molde a diminuir os custos da produção, enfatizar a produção de três ou quatro artigos básicos entre os quais a máscara protetora, cloro-acetofenona e o CS, programar a produção de tal modo que em cada Regimento ou Grupo pelo menos uma subunidade fique em condições de combater em zonas gasadas e ainda que em 3 ou 4 anos, 70% do Exército se equipe com estes materiais básicos. Sua produção, deverá permitir a existência de uma dotação básica em granadas de mão fumígenas, bem como de inquietantes, para controle de tumultos, em cada organização militar. Além disso, é de toda a importância que lá se organize um grupo de trabalho permanente que fique encarregado de pesquisar, de inicio com base nos materiais recebidos dos Estados Unidos e depois se conveniente, por iniciativa nossa, mediante determinações superiores, novos meios ou materiais de emprégo em GQ.

A Cia Es GQ fica prejudicada, a nosso ver, com a subordinação dupla em que se encontra. Deveria, em consequência, passar a fazer parte integrante da EsIE e segundo informações que temos

será essa a solução a ser adotada com a reforma do Exército. Teria de ser a primeira unidade a ser reaparelhada, não só em materiais de guerra química, como também nos demais itens básicos para sua existência, inclusive as viaturas necessárias e apropriadas ao transporte de suas seções orgânicas. Essa companhia trabalharia em estreita ligação com a Seção de Guerra QBN, o que permitiria a formação de um núcleo inicial para um futuro Serviço de Guerra Química. Seus Oficiais e Sargentos deveriam, todos ser especialistas em Guerra QBN.

A Seção de Guerra QBN está instalada em um pavilhão que já não comporta de forma ideal a gama de material de que é dotada, necessitando urgentemente de novas instalações, já projetadas e em vias de serem submetidas aos escalões competentes.

Embora nela se encontrem os materiais mais modernos de GQ do Exército há muito ainda a ser feito para que fique integralmente mobilizada.

Está em condições, mediante autorização do comando da EsIE, de fornecer notas de aula sobre todos os aspectos atualizados de GQ, a qualquer unidade do Exército que as solicitar, como também sobre Guerra Biológica e Nuclear.

Forma como já dissemos especialistas em Guerra QBN, Oficiais ou Sargentos, além de ministrar estágios sobre o assunto.

A atualização das Unidades do Exército, no aspecto Guerra QMB pode e poderá, portanto, ficar a cargo dessa seção que deverá também ficar encarregada de opinar sobre a conveniência ou não da adoção de novos manuais e equipamentos pelo Exército nesse setor o que já vem sendo feito em certas ocasiões.

Embora a GQ seja uma forma de guerra quase tão antiga como a própria história da Humanidade o avanço tecnológico por que vem passando o mundo nos últimos 50 anos nos permite afirmar que para o Brasil o seu desenvolvimento é fundamental em termos de Segurança Nacional tendo em vista ser a nosso ver o meio ideal de combate a qualquer forma de subversão em particular as guerrilhas que se nos afigura como a hipótese mais provável de emprégo das nossas Forças Armadas em particular do Exército.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Agentes Químicos — Notas de aula da EsIE.
 Proteção contra a Guerra Química — Notas de aula da EsIE.
 Emprégo — Notas de Aula da EsIE.
 Reflexões sobre a História — Ed. Zahar — Jacob Burckhardt.
 A Guerra das Ocasões perdidas — Cel A. Goutard — Bib. Exército.
 Sociologia de Guerra — Dr. Orestes Araújo — Bib. Exército.
 Estratégia — B. H. Liddell Hart — Trad. Cel Celso dos Santos Meyer — Bib. Exército.



Preço deste exemplar

NCr\$ 0,60

S. Ge. Ex.
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1968